

# *MILITARES E POLÍTICA*

*Número 7  
(julho-dezembro 2010)*

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Reitor: Carlos Antônio Levi da Conceição

Vice-Reitor: Antônio José Ledo Alves da Cunha

## **CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Decano: Marcelo Macedo Corrêa e Castro

Superintendente Administrativo: Maria Goretti Cruz Marques Mello

## **INSTITUTO DE HISTÓRIA**

Diretor: Fábio de Souza Lessa

Vice-Diretor: Fernando Luiz Vale Castro

## **LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE MILITARES NA POLÍTICA**

Responsável: Renato Luís do Couto Neto e Lemos

## **MILITARES E POLÍTICA**

Número 7 – julho a dezembro de 2010 – ISSN 1982-6834

## **CONSELHO EDITORIAL**

Adriana Barreto de Souza - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Adriano Nervo Codato - Universidade Federal do Paraná

Álvaro Pereira do Nascimento - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Celso Castro - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV

Christiane Figueiredo Pagano de Mello - Universidade Federal de Tocantins

Eliézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos/Universidade Estadual de Campinas

Francisco César Ferraz - Universidade Estadual de Londrina

Frank McCann - University of New Hampshire

Hendrik Kraay - University of Calgary

João Roberto Martins Filho - Universidade Federal de São Carlos

José Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Manuel Domingos Neto - Universidade Federal do Ceará

Paulo Ribeiro da Cunha - Universidade Estadual Paulista

Peter M. Beattie - Michigan State University

Renato Luís do Couto Neto e Lemos - LEMP/Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **COMITÊ EDITORIAL**

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP/UFRJ) – Editor

Cláudio Beserra de Vasconcelos (LEMP/UFRJ) – Subeditor

Rachel Motta Cardoso (doutoranda PPGHCS/COC/FIOCRUZ/LEMP/UFRJ) – Secretária

## **DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO**

Cláudio Beserra de Vasconcelos

## **Endereço para correspondência:**

Comitê Editorial

Largo do São Francisco de Paula, 01 – sala 206 – Centro

Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20051-070

Tel.: 55 21 2201-3141 r. 208

<http://www.lemp.historia.ufrj.br> e <http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista>

*e-mail*: [lemp@ifcs.ufrj.br](mailto:lemp@ifcs.ufrj.br)

Militares e Política / Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política / Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 1 (2007). Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2007-

Semestral  
ISSN 1982-6834

1. História I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política.

## ***Sumário***

<i>Nota Editorial</i> .....	05
-----------------------------	----

## ***Artigos***

<i>A Gênese Cultural da Real Academia Militar Brasileira</i> .....	7
André Luiz dos Santos Franco	
<i>A monumentalização de Manoel Luís Osório: a construção de uma memória militar nos últimos dias do governo do Marechal Floriano Peixoto (1887-1894)</i> .....	23
Rodrigo Perez Oliveira	
<i>Ordens do Dia, o discurso fardado</i> .....	51
Lincoln de Abreu Penna	
<i>O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969)</i> .....	76
Jaime Valim Mansan	
<i>La responsabilidad y la convicción. Las “autocríticas” del general Balza y su impacto en la interna militar argentina durante los años noventa</i> .....	100
Paula Canelo	
<i>Stronismo: Colorización de las Fuerzas Armadas y adoctrinamiento en Paraguay</i> .....	117
Sonia Winer	

## Nota Editorial

Número 7 - julho a dezembro de 2010

Em sua sétima edição, *Militares e Política* abre suas páginas para a porção hispânica do nosso continente. Um artigo sobre a Argentina e outro sobre o Paraguai abordam a presença das Forças Armadas nos processos políticos desses países. Os demais artigos tratam de temas relativos à história brasileira: formação escolar e simbologia castrenses, sempre em relação com a política.

*Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP-UFRJ)*



# A Gênese Cultural da Real Academia Militar Brasileira

André Luiz dos Santos Franco\*

## Resumo:

O cerne temático deste artigo repousa na influência da Real Academia Militar na formação e estruturação do pensamento belicista do Exército Brasileiro. O viés empírico para constatação de tal assertiva foi alicerçado na criação desta Academia Militar em terras brasílicas, em 1810, particularizando as idiosincrasias dos seus estatutos e regulamentos, cujo principal objetivo foi projetar o poder da coroa lusitana na sua mais expressiva colônia. Nesse sentido, aborda-se o pensamento do ministro dos negócios estrangeiros e da guerra de Portugal, Rodrigo de Souza Coutinho, durante a sua permanência no Brasil, quando da vinda da família real. Sua principal incumbência foi forjar um exército na colônia, como forma de manter nas mãos da corte o monopólio da violência. Para o ministro português, um exército tinha seu valor balizado pelo valor dos seus oficiais e dos seus comandantes. Assim, a Real Academia Militar foi criada tanto como um instituto formador de oficiais para o exército colonial como um estabelecimento de ensino de engenharia. Ao longo deste artigo, descortina-se o fato da Real Academia ter a dupla missão de atender as necessidades militares e os reclamos dos serviços públicos civis, pois a colônia necessitava de um corpo de engenheiros capaz de diminuir as distâncias e aumentar seu poder infraestrutural. O nascimento dessa contradição entre formações militar e de engenharia dentro do mesmo estabelecimento de ensino bélico impregnou as fileiras do Exército Brasileiro por mais de um século, justificando a relevância do estudo dessa temática na história militar de Portugal e do Brasil.

**Palavras-chave:** Real Academia Militar, Rodrigo de Souza Coutinho, estrutura militar.

## Abstract:

*The core thematic of this article rests in the influence of the Real Military Academy in the formation and structuring of the warmongering thought of the Brazilian Army. The empirical bias for finding of such assertive one was grounded in the creation this Military Academy in "brasílicas" lands, in 1810, distinguishing the idiosyncrasies of its statutes and regulations, whose main objective was to project the power of the "lusitana" crown in its expressive colony. In this direction, the thought of the minister of the foreign affairs and the war of Portugal is approached, Rodrigo de Souza Coutinho, during its permanence in Brazil, when of the coming of the real family. Its main incumbency was to forge an army in the colony, as form to keep at the hands of the cut the monopoly of the violence. For the Portuguese minister, an army had its value*

---

\* Doutorando em História Militar (PPG/ECEME), Mestre em História Política (UFPR), Prêmio Tasso Fragoso 2004 e 2010 (Bibliex). E-mail: andresfranco@bol.com.br.

*marked out with buoys for the value of its officers and its commanders. Thus, the Real Military Academy was created in such a way as a former institute of officers for the colonial army as an educational establishment of engineering. Throughout this article, the fact of the Real Academy is disclosed to have the double mission to take care of to the military necessities and the propagandas of the civil public services, therefore the colony needed a body of engineers capable to diminish the distances and to increase its power infrastructure. The birth of this military dichotomy between formations and engineering inside of the same warlike educational establishment impregnated the rows of the Brazilian Army for more than a century, justifying the relevance of the study of this thematic one in the military history of Portugal and of Brazil.*

**Words-key:** *Real Military Academy, Rodrigo de Souza Coutinho, military structure.*

O passeio pela auto-reflexão do passado é certamente um assunto que pertence ao ofício de qualquer historiador. A elaboração de uma reflexão do sujeito cognoscente sobre si se efetiva na correlação com o objeto primário do pensamento: a própria história.<sup>1</sup> A partir desta assertiva, defende-se uma reflexão sobre a gênese do universo bacharelesco que deu origem ao longo caminho da construção identitária da elite militar brasileira, atrelada à influência da cultura militar da metrópole portuguesa na formação e estruturação do pensamento belicista do Exército Brasileiro.

A vinda da família real para o Brasil marcou definitivamente o destino da colônia portuguesa. O período foi de extremas mudanças e transformações. Os portos coloniais interditados ao mundo desde o descobrimento destas terras estavam finalmente abertos para o intercâmbio internacional. O príncipe D. João favoreceu a abertura de escolas que acabaram sendo fundamentais para a introdução e consolidação de novos hábitos de vida e comportamento que a sociedade colonial nunca sonhara.

Nesse clima de euforia e de expectativas, várias categorias marginalizadas, dentro da esfera colonial, acabaram emergindo como novas forças sociais, numa silenciosa transformação de interesses e de ideias. Dentro desse quadro de alterações profundas na vida da colônia, uma categoria social começou seu longo processo de evolução e de organização nacional, onde os privilégios de uma elite acabaram sendo marcantes dentro dessa instituição armada – o Exército Brasileiro.

Ao chegar ao Brasil, em 1808, D. João encontrou forças militares por demais frágeis para merecer o nome de Exército. Os corpos de tropa eram numericamente diminutos e pouco adestrados em qualquer mister, mostrando-se inexperientes na arte da



guerra. Também se caracterizavam pela fraca formação militar, por estarem precariamente armados e com sérios problemas de articulação e pouco ou nenhum sentido de conjunto, fundamentos básicos das organizações militares mais desenvolvidas daquele período.

Com esse painel caótico, a Coroa portuguesa decidiu investir na melhoria de sua força militar na colônia americana. Essa decisão pode ser justificada pelas antigas pendências no estuário do Rio da Prata e pelos movimentos turbulentos nas colônias espanholas que sempre ameaçavam os domínios de Portugal na América. Assim, D. João tratou de garantir plenas condições de segurança, interna e externa, na nova terra.<sup>2</sup>

A D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, coube enfrentar os problemas da criação de um Exército. Ainda em Portugal, Coutinho já fazia ver ao Regente os perigos de uma política militar fraca e displicente.<sup>3</sup> O advento da transmigração da família real para o Brasil fez aumentar o desejo, em Coutinho, de desenvolver e fortalecer o poderio militar da Coroa, principalmente na colônia americana. Para o ministro, um exército tinha seu valor balizado pela qualidade dos seus oficiais e dos seus comandantes. Na realidade, acreditava que a formação do quadro de oficiais era a peça fundamental de uma estrutura militar que a colônia precisava montar. Desta forma, D. Rodrigo de Souza Coutinho deu total importância à criação da Real Academia Militar (um dos órgãos mais importantes para a evolução militar), que seria “o fecho das providências a serem tomadas no sentido de reformar o Exército e dar-lhe disciplina e instrução”.<sup>4</sup>

Apesar das resistências advindas de Portugal, D. Rodrigo acabou aprovando o Estatuto da Real Academia Militar em quatro de dezembro de 1810.<sup>5</sup> Já em 23 de abril de 1811, numa sala da chamada Casa do Trem, depois Arsenal de Guerra do Calabouço, começaram a ser ministradas as primeiras aulas que deram origem ao pensamento bacharelesco desse estabelecimento de ensino militar, caracterizado como sendo o modo

---

<sup>1</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 25-26.

<sup>2</sup> FROTA, Guilherme de Andréa. *Uma visão panorâmica da história do Brasil*. Rio de Janeiro: S/Ed, 1983, p. 176-179.

<sup>3</sup> LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 187-191.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>5</sup> O documento que criou a Real Academia Militar foi a Carta-de-Lei de 04 de dezembro de 1810, segundo a qual instituíra “uma Academia Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro”. A referida carta ainda detalhava o primeiro Estatuto da Real Academia Militar. Ver BRASIL. *Carta-de-Lei*, de 04 de dezembro de 1810. Aprova a criação de uma Academia Militar na Corte. Rio de Janeiro: ms., 1810. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de manuscritos.

de pensar (o ponto de vista) dos alunos militares que estavam muito mais interessados no título de bacharel (doutor ou mestre) do que no posto de oficial do Exército.

D. Rodrigo Coutinho concebeu a Real Academia Militar como um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a colônia. Segundo sua visão, a escola deveria atender às necessidades militares e aos reclamos dos serviços públicos civis, pois as imensas distâncias da colônia exigiam a construção de estradas, os largos rios pediam pontes e o extenso litoral obrigava a existência de diversos portos, ou seja, a antiga colônia necessitava de um corpo de engenheiros capaz de diminuir as distâncias e aumentar o poder infraestrutural. Assim, a mesma escola deveria cuidar das técnicas da guerra militar e da outra guerra que se traduzia na construção de estradas, portos e canais. Essa configuração dúbia da Real Academia Militar estava alinhada com a orientação política defendida pelos reformistas ilustrados, qual seja, valorizar a formação de agentes integrados ao programa de reformas e de quadros funcionais da administração do “poderoso Império luso-brasileiro”.<sup>6</sup>

Analisando o Estatuto dessa Academia Militar, pode-se destacar esse conflito de maneira bastante clara. Dentre suas principais funções estavam a de formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e oficiais engenheiros, inclusive oficiais engenheiros geógrafos e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, portos e canais. Ou seja, a Academia nascia com dupla destinação, seria escola militar e escola de engenharia, ao mesmo tempo. Tal fato pesou sobre sua estrutura e seu regime de ensino militar, sobrecarregando seu currículo.

Essa dualidade de funções motivou severas críticas de vários setores do poder público. Louvada por uns, por outros apontada como causa de grandes males, a Academia teve força para se manter ao longo das inúmeras reformas realizadas durante o século XIX. O fato importante a ser destacado dentro dessa contradição foi a influência bacharelesca da engenharia sobre todo o corpo teórico do ensino militar e que somente começou a ser questionado a partir de 1874, quando a Escola Central foi transferida para o Ministério do Império, por meio do Decreto n. 5.529, de 17 de janeiro de 1874.

---

<sup>6</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 135-136.

Para uma melhor visualização dessa transferência, destaca-se um trecho do relatório do ministro da Guerra, o deputado João José de Oliveira Junqueira, de 1874. Segundo o referido documento,

o artigo 263 do regulamento aprovado pelo Decreto 5529, de 17 de janeiro deste ano, transferiu para o Ministério do Império a Escola Central, na conformidade da autorização contida na Lei 2261, de 24 de maio de 1873. Comunicou-se ao referido Ministério, em 3 do mesmo mês, que passava a ficar sob sua jurisdição a dita escola, cujo estado, quer em relação ao pessoal docente e administrativo, quer no que respeita ao seu material, era o mais lisonjeiro, achando-se bem montados e na melhor ordem os gabinetes de Física, Química, Mineralogia e Geologia, bem provida a Biblioteca dos mais importantes e recentes livros, e o edifício em excelentes condições de solidez e asseio.<sup>7</sup>

Ainda dentro da análise do Estatuto de 1810, pode-se rapidamente caracterizar essa contradição por intermédio do extenso currículo da Academia. A sua organização do ensino e o regime de vida da Academia refletiam o que se passava na Europa, porém deixavam transparecer quais eram as reais necessidades militares do Brasil. Em realidade, a cultura militar européia era caracterizada pela própria influência lusitana sobre a doutrina militar do período colonial que tinha ressonância na formação do oficial do Exército.<sup>8</sup> Esse currículo tinha por objetivo fazer um curso regular de ciências exatas e de observação, assim como de todas aquelas que eram aplicações das mesmas aos estudos militares e práticos que formavam a ciência militar em todos os seus níveis.

Porém, a realidade econômica e de infraestrutura da colônia não permitia que o setor bélico fosse única e exclusivamente dedicado ao mundo das armas. Dentro de uma perspectiva geral de penúria, com inúmeras necessidades básicas em termos infraestruturais, o imaginário social da sociedade colonial exigia que o militar exercesse atividades bem mais ecléticas que apenas ser um instrumento de guerra. Nesse cenário, a Academia Militar acabou recebendo a incumbência de formar oficiais menos afetos ao mundo das armas, quase que exclusivamente voltados para o mundo infraestrutural. Com uma forte ênfase na formação de engenheiros geógrafos e topógrafos, a Academia Militar respondia ao anseio da sociedade colonial, pois seus militares passaram a ser utilizados na condução de trabalhos administrativos em minas, na construção de estradas, portos, canais e calçadas.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1874, p. 4.

<sup>8</sup> MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 233.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 232-234.

Para atingir tal objetivo, o curso da Academia se arrastava por um longo período de sete anos, nos quais os alunos estudavam: no primeiro ano, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho; no segundo, Álgebra, Geometria, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho; no terceiro ano, Mecânica, Balística e Desenho; no quarto, Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho; no quinto ano, Tática, Estratégia, Fortificação de Campanha, Reconhecimento do Terreno e Química; no sexto, Fortificação Regular e Irregular, Ataque e Defesa de Praças, Arquitetura Civil, Estradas, Portos e Canais, Mineralogia e Desenho; no último ano, Artilharia, Minas e História Natural. Ainda havia a possibilidade do ensino de História Militar e aulas de francês, inglês e alemão.<sup>10</sup>

Pelo mosaico de disciplinas fica claro que se trata de um amplo e complexo plano de estudos, onde aparecem dois graus de ensino: o secundário e o superior; e, ao lado das matérias próprias da profissão militar, alinham-se as específicas da técnica da engenharia. Assim, o primeiro ano era uma espécie de “curso preparatório”, um preâmbulo matemático de nível fundamental e médio, destinado ao preparo para os estudos posteriores de Geometria Analítica, Física e Mecânica. O segundo, terceiro e quarto anos constituíam um período de estudos acadêmicos, de grau superior, que davam base para os estudos militares e de engenharia situados nos três últimos anos.

Em realidade, o currículo da Real Academia Militar de 1810 evidencia como aquele estabelecimento de ensino militar, idealizado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, foi desvirtuado por um Estatuto por demais extenso e minucioso, que criou um longo período de formação de oficiais, que acabava perpassando uma série de estudos teóricos sem nenhuma experimentação prática. Cabe destacar, ainda, que o estudo historiográfico do referido Estatuto se reveste de grande importância, não só para o campo militar, mas para a própria engenharia civil e, por que não afirmar, para a própria cultura brasileira.<sup>11</sup>

A distinção entre oficiais acontecia na própria Academia e estava normatizada pelo Estatuto que previa um “curso matemático”, constituído pelos quatro primeiros anos, e um “curso militar”, englobando as disciplinas dos três últimos anos. Os alunos

---

<sup>10</sup> CARVALHO, Laerte Ramos de. Sobre a carta de fundação. *O Estado de São Paulo*. 22 abr. 1961. Suplemento comemorativo do sesquicentenário da Academia Militar. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.

<sup>11</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Argolo. A Academia Real Militar: sua instalação e o ensino militar. Separata de: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1972.

destinados à Infantaria e à Cavalaria apenas estudavam as matérias do primeiro ano (Matemática Elementar), e os assuntos militares do quinto. Somente aos artilheiros e engenheiros eram exigidos os estudos do curso completo.

Com isso, ocorria uma clara diferenciação entre o preparo dos infantes e cavalarianos e o saber próprio de artilheiros e de engenheiros. Estas duas últimas armas eram ditas as armas “técnicas” ou “científicas”, porque requeriam desenvolvidos estudos teóricos, de Matemática Superior, Balística e Fortificação. Tal compreensão se arrastou até a Primeira Guerra Mundial, quando a Infantaria e a Cavalaria, dotadas de armas automáticas, de morteiros e até de canhões, ganharam igualdade quanto à amplitude de conhecimentos teóricos a serem exigidos dos seus oficiais.

Não se pretende aprofundar ainda mais a discussão sobre a diferenciação entre categorias de oficiais que a própria Real Academia Militar gerava dentro do seu Estatuto e da sua organização de ensino. O que interessa é ressaltar que, tal como as coisas eram tidas em 1810, o infante e o cavalariano podiam ser formados em dois anos de estudo, enquanto artilheiros e engenheiros, com seus longos estudos de sete anos, colocavam-se como o patriciado intelectual do Exército, surgindo, assim, os oficiais “cientistas” e os oficiais “doutores”. Essa anomalia na formação da elite do Exército acabou motivando grandes discussões após a independência do Brasil.

Foi preciso que se passassem treze anos de permanência da Corte portuguesa em terras brasileiras para que, eliminadas as restrições da política colonial da Metrópole, o Brasil adquirisse fundamentais características de uma nação independente. Tais perspectivas são alicerçadas por uma efetiva economia voltada para o mercado externo e o início de um mercado interno já longe do intervencionismo português, ou seja, o Brasil experimentava reais expectativas de desenvolvimento que faltavam ao velho reino português, que vivia, em grande parte, dos recursos advindos da sua colônia americana, principalmente, a partir da segunda metade do século XVII. Aliada à evolução interna do Brasil, a presença de um estrangeiro governando Lisboa, herança das guerras napoleônicas, irritava o povo português e a reação provocada em toda Europa com o espírito liberal implantado pela Revolução Francesa, agitou o velho reino, dando lugar à revolução que transformou a sua monarquia absoluta em governo constitucional.

Apesar desse clima de liberalismo que inundou toda Europa, Portugal não desejava, e não podia desejar, perder o domínio sobre sua principal fonte de riqueza, o Brasil. As novas cortes constituintes portuguesas, então reunidas para traçar os novos rumos da monarquia, não aceitavam que a “colônia” Brasil se tornasse uma nação autônoma em pé de igualdade com a “metrópole” Portugal. Por tanto, realizaram uma política anacrônica de retorno à exploração e dominação, próprias do período anterior à presença da família real no Brasil. Contudo, o nível de autonomia que a “colônia” Brasil já havia desenvolvido tornava praticamente impossível fazê-la retroagir à situação de país colonial, como pretendiam os novos líderes portugueses.

Coube ao rei de Portugal e do Brasil, Dom João VI, compreender essa delicada situação em sua amplitude e tentar uma saída paliativa para o impasse. Ao partir do Rio de Janeiro, de regresso a Lisboa, de onde o chamavam os acontecimentos, deixara o filho dom Pedro, seu herdeiro, representando-o no Brasil e o aconselhara sobre o procedimento a ter para que não escapasse a nova coroa, efetivamente criada, para sua dinastia. Somente a dom Pedro, assumindo a chefia da inevitável reação brasileira contra qualquer tentativa de retorno ao processo de exploração colonial, seria isso possível.

Mesmo assim, os organizadores do constitucionalismo metropolitano português tentaram desconhecer a recente qualidade política que a classificação de reino havia dado ao Brasil. Ou seja, explorando o fato de serem mais fáceis as comunicações das zonas brasileiras do nordeste com Lisboa do que com o Rio de Janeiro, e, também, as rivalidades regionais naturalmente aqui existentes, procuraram, através do fracionamento territorial, fazer o Brasil voltar ao domínio de Portugal. Tal ação não obteve êxito. O intento português foi totalmente neutralizado pela hábil ação dos estadistas que presidiram a formação do Império e que souberam administrar as vaidades regionais e valorizar os interesses econômicos das categorias dirigentes, apesar dos obstáculos existentes. Desta forma, fez-se a independência política do Brasil.<sup>12</sup>

O Império herdava as consequências dos feitos da política externa portuguesa na América, principalmente, na região da bacia do Rio da Prata, onde existiam sérias questões a serem resolvidas. Além desse impasse internacional, o novo Império tinha

---

<sup>12</sup> DIAS, Maria Odila de Souza. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 175-179.

que lidar com as diversas forças portuguesas estacionadas em seu território, que se opunham ao seu movimento de completa autonomia em relação à coroa de Portugal.

Perante esses graves conflitos, o governo imperial viu-se obrigado a reformular e organizar uma força militar capaz de acabar com tais questões. Isso porque os quadros do Exército não tinham uma formação regular e não existiam nacionais em altos postos nas formações de linha. Até porque, como foi observado anteriormente, a Real Academia Militar, com pouco mais de dez anos de existência, não produzira ainda bastantes frutos, e os poucos que formava não eram oficiais de tropa. Assim, o problema do excesso de bacharelismo dentro da formação dos oficiais começava a se fazer sentir já com o advento da independência.

A pesquisa nos documentos relativos à vida da Real Academia Militar, durante o período de sua fundação até o processo de independência, deixa claro que eram muito tênues, para não dizer inexistentes, as relações e correlações entre a Academia Militar e o Exército Brasileiro. As guerras sucediam-se neste período e os integrantes da Academia nunca tomavam conhecimento, caracterizando quase sempre uma imunidade organizacional dentro da estrutura institucional do Exército Brasileiro. No sentido figurativo, era como se aquela casa do Largo de São Francisco fosse uma torre de marfim, onde não penetravam os ecos do Rio da Prata ou de qualquer preocupação com o movimento de conflitos internos inerentes ao processo de emancipação brasileira.

Nesse contexto, nenhum militar foi enviado para essas campanhas por ter cursado a Real Academia; nada foi ensinado na Academia, em consequência de alguma experiência colhida naqueles campos de batalha. A Real Academia Militar funcionava como um verdadeiro centro de estudos totalmente dissociado das instituições militares do Império, ou seja, não teve participação nos sucessos e fracassos do Exército Brasileiro durante os conflitos bélicos que marcaram o período em questão.

Assim, pode-se afirmar que o ensino militar desse período foi alicerçado por duas linhas paralelas, sem qualquer conexão uma com a outra; aquele que se ministrava na Academia, sob a forma de aulas, e outro, que nasceu da experiência viva das campanhas que se sucediam, principalmente, no Sul. O primeiro era a teoria da guerra, a preleção em sala de aula e os livros que falavam em batalhas e em processos de combate vividos na Europa; o segundo era a prática dos acampamentos, das marchas e dos



combates realizados no Rio Grande do Sul, sobre a realidade do soldado, do armamento, das estradas e distâncias.

Isto posto, fica evidenciado que, apesar do desencontro entre os teóricos da Academia e o empirismo das batalhas do Sul, poderia ter ocorrido uma complementaridade entre a teoria e a prática, em que a doutrina européia de guerra certamente poderia ter enriquecido a prática das campanhas sulinas com os seus princípios e as suas generalizações. A experiência do teatro de operações sulista valorizaria, sobremaneira, a introdução nas aulas teóricas de guerra, com retificações e as especificações do ambiente brasileiro.

Contudo, a realidade da sociedade brasileira não permitia tal integração, pois o país experimentava um período caracterizado pela existência de elites desenraizadas, voltadas para o exterior, enamoradas do mundo europeu. Assim, os “doutores” viviam em função dos problemas e das soluções de outros povos, e a ciência, neles, era sempre um fator de alienação e fuga. Esse fato aparecia em diversos campos, como na política, nas letras, nas cátedras e no campo militar. Por isso, aqueles dois ensinamentos eram dois mundos que se ignoravam, fluíam em tempos históricos diferentes, ou seja, distantes um do outro.

Mas, se na Academia não tinham repercussão os fatos militares, o mesmo não ocorria com os políticos. A revolução de 1817, em Pernambuco, acarretou o trancamento de matrícula de muitos alunos, que receberam ordem para seguir integrando as forças enviadas contra os revoltosos. Até os lentes deixaram suas cátedras e partiram com idêntico destino. “No ano de 1817 matricularam-se, no sétimo ano, seis discípulos, que não fizeram exame porque a revolução de Pernambuco os chamou a serviço, assim como aos dos outros anos”.<sup>13</sup>

Todas as atenções do governo se voltaram para o Nordeste, num esforço enorme visando debelar o surto revolucionário. A Academia teve sua vida totalmente alterada. O relatório sobre os trabalhos escolares naquele ano expressava assim a situação:

vê-se que havendo-se matriculado noventa e três discípulos nas diferentes aulas, somente fizeram exame e foram aprovados dezoito, tendo todos os mais deixado de frequentar por motivos que infelizmente ocorreram, e pela persuasão, em que se acham os militares, da inutilidade dos estudos para os seus acessos. É do nosso dever representar a V. Excia. que um semelhante abandono em que se acha a Real Academia Militar, exige as mais eficazes

---

<sup>13</sup> BRASIL. *Anais da Assembléia Constituinte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Império, 1823, p. 35.



providências, afim de se poderem obter as grandes vantagens a que se propôs el Rei nosso Senhor na Carta de Lei da Criação da mesma Academia, e para não ser inútil, como atualmente é, a despesa que se faz com este estabelecimento.<sup>14</sup>

No que tange aos fatos políticos que fervilharam durante o processo de independência, também a atuação dos lentes e dos alunos da Real Academia Militar foi marcante. Alguns lentes participaram desses fatos de modo ativo, escrevendo em jornais de combate, aliciando grupos de resistência ou integrando, a partir de 1824, o Parlamento. Assim foi com Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, engenheiro militar, lente de Trigonometria Esférica, Geodésia e Astronomia, durante certo tempo, membro da Junta Diretora da Academia, que teve intensa atuação na imprensa, como redator dos jornais “O Patriota”, nos anos de 1813 e 1814, “Gazeta do Rio de Janeiro”, de 1813 até meados de 1821, e “O Espelho” em 1822 e 1823, e foi deputado da Assembléia Constituinte de 1823. Assim foi com Antônio José do Amaral, lente de Matemática Elementar, que tomou parte ativa nas agitações político-militares de 1821 e 1822 e foi deputado à Assembléia Geral, em 1830. E, também assim, com José Saturnino da Costa Pereira, lente de Mecânica, que mais tarde chegaria a senador do Império e ministro da Guerra em 1837.

Apesar da falta de documentação e de fontes primárias, esta pesquisa vai ao encontro da opinião de Motta sobre a posição dos alunos perante a situação política do conturbado processo de independência brasileiro. Para o referido autor, seria impossível que, nas salas de aula e nos pátios de recreio, a política portuguesa de recolonização do Brasil não tivesse inspirado indagações e juramentos de rebeldia. Afinal, a trezentos metros do Largo de São Francisco ficava o Rocio, palco, em 1821, de comícios político-militares, onde por duas vezes, no período de quatro meses, a 26 de fevereiro e a cinco de junho, a tropa reuniu-se para exigir, do Rei e do Príncipe, submissão aos princípios democráticos. Das janelas da Academia, os alunos podiam ver toda a movimentação que mudaria os destinos do Brasil.<sup>15</sup>

Assim, fica evidenciado que os acontecimentos da independência refletiram na Academia em grau, pelo menos, moderado, o suficiente para caracterizá-la como um organismo ligado à vida do Brasil nascente. Em torno dela, o Brasil se agitou, expulsou

---

<sup>14</sup> BRASIL. *Relatório dos trabalhos escolares realizados na Real Academia Militar durante o ano de 1817*. Rio de Janeiro, 1818. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, caixa 694.

<sup>15</sup> MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 37.

as tropas portuguesas, elegeu assembléias políticas, forçou a abdicação de Pedro I. Foi nesse ambiente que, nas salas de aula do Largo de São Francisco, o Estatuto de D. Rodrigo Coutinho foi sendo limitado pelo tempo e foi conformando-se ao jogo de fatores que marcaram a vida política-social de um novo país independente.<sup>16</sup>

Dentro do que foi destacado até o momento, fica claro que o Primeiro Reinado (1822-1831) acabou expondo um dos principais problemas que a Carta-de-lei de quatro de dezembro de 1810 apresentava, qual seja, a criação de uma Academia Militar com um estatuto gerado a partir das ideias de um pensamento lusitano totalmente afastado da realidade concreta do Brasil. Desta forma, tanto o estatuto como o currículo da Real Academia Militar nasceram do mundo das ideias, sem a efetiva comprovação prática de sua realidade.<sup>17</sup> Toda a normatização ideológica criada pelo Conde de Linhares para o ensino militar não possuía sustentação dentro da realidade brasileira da época.

Observa-se, portanto, que o grande erro de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao criar a Real Academia Militar foi pensar o concreto do estabelecimento de ensino a partir da sua ideia de um Exército perfeito no Império luso-brasileiro. Na realidade, o Conde de Linhares deveria utilizar a realidade da aglomeração militar existente na colônia portuguesa na América (concreto) como ponto de partida efetivo para pensar uma nova instituição militar para o Brasil. Superando a ideologia lusitana, a situação concreta da Real Academia, durante esse curto período, acabou gerando modificações profundas na maneira de pensar, tanto dos lentes como dos alunos, ou seja, começava a ser lapidada uma nova maneira de pensar o currículo da Academia, a partir da sua experimentação prática.

Durante a pesquisa nos Anais da Câmara dos Deputados do período do Primeiro Reinado, a hipótese de que a Academia Militar surgiu sem o respaldo institucional político-militar foi corroborada. A partir das discussões daquela esfera do poder deliberativo, foi possível concluir que o Estatuto de 1810 começou a ser contestado já em 1823, numa série de sugestões e propostas que faziam menção à sua substituição. A primeira manifestação partiu da própria Academia, através de um projeto de reforma elaborado pelos lentes, sobre o qual emitiu parecer o então coronel Francisco Vilela Barbosa, depois Marquês de Paranaguá, projeto que acabou não tendo andamento. Em

---

<sup>16</sup> MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o primeiro reinado*, v. 1, Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1939, p. 22.

<sup>17</sup> MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: *Os Pensadores*. Tradução de: José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 16.

1828, o deputado Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, que passara brevemente pela Academia, como lente de Física, apresentou à Câmara um projeto de estatuto que também haveria de morrer nas mãos da Comissão de Marinha e Guerra.<sup>18</sup>

O relatório do ministro da Guerra de 1829 também fez referência a uma reforma da Academia, pois acreditava que tal estabelecimento de ensino não estava correspondendo satisfatoriamente aos fins para os quais teria sido criado, ou seja, era desejo do ministro tornar a Academia uma verdadeira escola militar.<sup>19</sup> Observa-se, já em 1829, o início da contradição entre o bacharelismo e o profissionalismo dentro do ensino militar, provocando opiniões díspares e conflitantes, problema que, segundo este trabalho, somente será resolvido com o advento da Missão Militar Francesa no final da segunda década do século XX.

Cabe destacar, dentro desta discussão, o projeto de resolução apresentado à Câmara, em 1830, propondo a extinção da Junta Diretora e aconselhando que a Academia passasse a ser dirigida por um comandante militar. Esse episódio teve como destaque as figuras de dois deputados, lentes da Academia – Antônio José do Amaral e Cândido Batista de Oliveira. Naquela oportunidade, o segundo disse que “como, membro da Academia, conhecia todos os defeitos da sua organização, que não estavam só na administração mas ainda no ensino”. Declarou ainda que algumas atribuições da Junta nunca haviam sido cumpridas, que a destacada “junta de ordinário não tem se composto de mais de três membros, e tempo houve em que apenas um membro exercia a função”. Terminou afirmando que as ideias de reforma da Academia encontravam sempre a junta pela frente, em forte oposição.

Intervieram no debate Raimundo da Cunha Matos, Lino Coutinho e Francisco de Paula Holanda Cavalcanti. O primeiro pediu prudência em tudo o que se referisse à Academia, e aconselhou estudo prévio do que se passava na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Holanda Cavalcanti ironizou esses apelos à prudência, afirmando que o governo “pouco desejo tinha de que a mocidade militar se instruisse nos princípios da guerra”. Para esse deputado, a junta não era mais do que um estorvo ao progresso da Academia, os seus membros discordavam ordinariamente e, ainda por cima, atrasavam os trabalhos. Cavalcanti concluiu sua explanação afirmando que a Academia, naquela

---

<sup>18</sup> BRASIL. *Anais da Câmara dos Srs Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1828, p. 188-189.

<sup>19</sup> BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro, 1829, p. 45-56. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

configuração, “não passava de um mero espantalho”. Lino Coutinho tentou dar um ponto final a tão inflamada sessão, destacando que “pelo que se acaba de dizer, os estudos teóricos são sumamente pesados e os estudos práticos não se têm ensinado; por conseguinte, é necessário apresentar um novo método de ensino”.<sup>20</sup>

Com este conjunto de exemplos, pode-se afirmar que a Academia possuía bastante representatividade no Parlamento, pois os lentes que falavam aos alunos, nas salas de aula, eram os mesmos que debatiam na tribuna parlamentar. Nesse contexto, a categoria de lentes da Real Academia Militar acabou desenvolvendo diversas estratégias para ocupar postos no Parlamento, onde poderiam, efetivamente, ter uma atuação mais efetiva na defesa de seus interesses e da instituição militar, principalmente, da Real Academia.

Cumprido observar que, durante o Primeiro Reinado, a situação do Exército e, por conseguinte, da Real Academia Militar não foi das melhores. O aparato militar herdado do antigo domínio colonial já estava, absolutamente, inadequado para resolver os problemas inerentes ao país. O movimento de independência não contribuiu para modificar os critérios dos chefes militares quanto ao ensino e quanto à capacitação técnica da oficialidade. Ademais, a profissão de engenheiro não era, ainda, uma necessidade premente para a sociedade imperial. O Brasil estava alicerçado por uma economia agrícola à base de trabalho escravo, sem maiores exigências quanto às obras de engenharia.<sup>21</sup>

Assim, a escola destinada à instrução de oficiais para o Exército e à formação de engenheiros para a sociedade teve que lutar com grandes dificuldades para sobreviver. Ou seja, muitos dos problemas que assolavam a Academia não nasciam de seu interior e, muito menos, poderiam ser resolvidos a partir do seu próprio âmago.

Dessa forma, juntamente com o fim do Estatuto de 1810, chegava ao fim o próprio regime de D. Pedro I, que não teve forças para enfrentar, construtivamente, os problemas do país, dentre eles, os do Exército e os da Academia Militar. O Exército, que participou ativamente da abdicação de Pedro I, vivenciou um período tão conturbado quanto o do próprio governo que estava ajudando a derrubar.

---

<sup>20</sup> BRASIL. *Anais da Câmara dos Srs. Deputados*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1830, p. 473-474. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.

<sup>21</sup> FROTA, Guilherme de Andréa. *Op. Cit.*, p. 232-236.

A crise do Primeiro Reinado demonstrou o perigo potencial que representava a concentração do estabelecimento formador do pensamento da elite militar num só lugar e, ainda mais grave, encravado no seio da própria Corte. As perspectivas de diversas rebeliões encabeçadas por elementos originários dos bancos escolares da Real Academia Militar pressupunham que, da parte do aparato militar do sistema institucional, as responsabilidades na área política poderiam ser constantemente alvo de contestação por parte de lentes e/ou alunos. Isso preocupava, em demasia, a elite civil dirigente do Brasil e levou o governo imperial, a partir do período conturbado das regências, a repensar o papel da Real Academia Militar, bem como do próprio Exército Brasileiro.

## Referências Bibliográficas

### Fontes Primárias

- BRASIL. *Anais da Assembléia Constituinte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Império, 1823. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.
- BRASIL. *Anais da Câmara dos Srs. Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1828 e 1830. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.
- BRASIL. *Carta-de-Lei*, de 04 de dezembro de 1810. Aprova a criação de uma Academia Militar na Corte. Rio de Janeiro: ms., 1810. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de manuscritos.
- BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro, 1829. Arquivo Histórico do Exército.
- BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1874. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.
- BRASIL. *Relatório dos trabalhos escolares realizados na Real Academia Militar durante o ano de 1817*. Rio de Janeiro, 1818. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, caixa 694.

### Fontes Secundárias

- CARVALHO, Laerte Ramos de. Sobre a carta de fundação. *O Estado de São Paulo*. 22 abr. 1961. Suplemento comemorativo do sesquicentenário da Academia Militar. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.
- DIAS, Maria Odila de Souza. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FROTA, Guilherme de Andréa. *Uma visão panorâmica da história do Brasil*. Rio de Janeiro: S/Ed, 1983.

- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: *Os Pensadores*. Tradução de: José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o primeiro reinado*, v. 1, Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1939.
- MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Argolo. A Academia Real Militar: sua instalação e o ensino militar. Separata de: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1972. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

# **A monumentalização de Manoel Luís Osório: a construção de uma memória militar nos últimos dias do governo do Marechal Floriano Peixoto (1887-1894)**

Rodrigo Perez Oliveira\*

## **Resumo:**

Em 12 de novembro de 1894 foi inaugurado na Praça XV de Novembro, localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, um mausoléu em homenagem a Manoel Luís Osório, um dos grandes generais do Exército brasileiro durante o século XIX. Esse evento fez parte do calendário da semana de comemorações organizada pelo governo federal, na época presidido pelo marechal Floriano Peixoto, e destinada a compor o roteiro das atividades que marcou o término da “República das Espadas” e o início do governo do primeiro presidente civil da república brasileira, o paulista Prudente de Moraes. Meu principal objetivo nesse trabalho é analisar a forma pela qual os artífices desses rituais cívicos representaram Floriano Peixoto através do culto à memória de Osório.

**Palavras-Chave:** Jacobinismo militar, Monumentalização do passado, Exército brasileiro.

## **Abstract:**

*On November 12, 1894 was inaugurated at Praça XV de Novembro, located in central Rio de Janeiro, the Brazilian capital at the time, a mausoleum in honor of Manoel Luis Osorio, one of the great Generals of the federal army during the nineteenth century. This event was part of the schedule for the week of celebrations organized by the federal government, then headed by Marshal Floriano Peixoto, and intended to celebrate the end of the "Republic of Spades" and the beginning of the government's first civilian president of the Brazilian republic, the "Paulista" Prudente de Moraes. My main goal in this work is to analyze the way the architects of civic rituals represented Floriano Peixoto in worship to the memory of Osorio.*

**Keywords:** *Military Jacobinism, Monumentalization past, Brazilian Army.*

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse artigo relaciona-se a pesquisa de mestrado que contou com o financiamento do CNPQ. rodrigo\_historiaufrj@hotmail.com. Últimas publicações: OLIVEIRA, Rodrigo Perez. “Como devemos fazer para ser mais? O conflito entre as propostas rivais de organização institucional do exército brasileiro (1882-1888)”. *Revista UNIABEU Humanas e Tecnológicas*, Ano 2, n. 2, 2010; e \_\_\_\_\_. “A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888)”, *Ars História*. Revista de história, ano 1, n. 2, 2010.



“Viva, pois, a história; a volúvel história que dá para tudo.”

(Machado de Assis- *Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

## Introdução

Uma grande festa foi realizada na manhã do dia 12 de novembro de 1894. Logo às 8 horas alguns soldados do Exército interditaram as ruas adjacentes à praça XV de Novembro,<sup>1</sup> localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro, que seria o palco do ritual cívico organizado pela Presidência da República brasileira, na época chefiada pelo marechal Floriano Peixoto, que estava nos últimos dias de seu mandato presidencial (1891-1894). Tratava-se da inauguração do mausoléu em homenagem a Manoel Luís Osório,<sup>2</sup> o marquês de Herval (1808-1879), que havia sido um dos principais líderes militares do Exército durante o século XIX. Minha proposta nesse artigo é analisar a memória construída a partir da inauguração desse monumento.

Todo o espaço da praça XV foi cercado e somente poderiam tomar parte dos festejos os convidados e as corporações devidamente munidas de seus respectivos estandartes. A inauguração do *pantheon* de Osório foi cuidadosamente organizada pelo governo de Floriano Peixoto e fez parte de uma semana de comemorações destinada a “celebrar” a transição do governo militar do marechal para o mandato do primeiro presidente civil da república brasileira, o paulista Prudente de Moraes.<sup>3</sup> Um observador desavisado acreditaria que esse era um momento de congraçamento no qual a comunidade política brasileira festejava o começo de mais um mandato presidencial marcado para o dia em que a República completaria seu quinto aniversário. Entretanto, na qualidade de um observador arguto que mira o passado na posição confortável daquele que já sabe o desenlace dos acontecimentos estudados, percebo nessas festividades a atuação simbólica de um segmento do Exército que relutava em entregar a República, que havia sido proclamada por um golpe militar, às oligarquias civis

---

<sup>1</sup> Este logradouro chamou-se, inicialmente, Praça do Paço. Após a proclamação da República, foi rebatizada a Praça XV de Novembro e se tornou um dos lugares mais simbólicos para o novo regime.

<sup>2</sup> Ver DORATIOTO, Francisco. *General Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>3</sup> A imprensa fluminense da época deu grande destaque à semana de comemorações que marcou o término do mandato presidencial de Floriano Peixoto. As edições do jornal *O Paiz* publicadas entre 10 e 16 de novembro de 1894 oferecem valiosas informações a respeito dos rituais cívicos realizados no período.



representadas economicamente pelos cafeicultores paulistas e culturalmente pelos bacharéis formados na faculdade de direito de São Paulo.<sup>4</sup>

Meu principal interesse nesse artigo é pensar a historicidade de uma prática simbólica destinada a “re-presentar” uma experiência pretérita. É exatamente a noção de “historicidade” que está no cerne desse trabalho; a biografia de Osório foi rememorada, ou melhor, co-memorada, na última semana do governo do marechal Floriano Peixoto, sendo convertida em uma memória celebrada publicamente. A produção dessa narrativa relaciona-se diretamente com as disputas sociais e políticas que marcaram a transição do governo militar para o governo civil. Seguindo as indicações teóricas de Pierre Bourdieu, acredito ser importante perceber as determinações sociais e políticas que engendraram a ação simbólica em questão.<sup>5</sup>

O sociólogo francês assevera que os sistemas simbólicos não são auto-referenciais, mas dialogam com certa situação material da existência humana, leia-se: o jogo social no qual são elaborados. Ou seja, a cultura simbólica somente existe efetivamente sob a forma de um conjunto de significantes/significados de onde provém todo seu potencial de representação da realidade. Essa realidade simbólica, que os sistemas de produção simbólica representam e fazem parecer natural, possui relação direta com a organização política da sociedade que os produziu.

Bourdieu afirma que uma das principais características das formulações simbólicas é que elas representam a realidade com pequenos gastos de energia, ou seja, atuam em ocasiões nas quais sua ação é pouco sentida. É por isso que o autor chama atenção para a necessidade de buscar a atuação do poder simbólico onde ele menos se deixa perceber: nas situações, aparentemente, desprovidas de violência, nos momentos em que a tranquilidade e a harmonia parecem pautar a conduta dos agentes históricos, como acontece, por exemplo, nas ocasiões das festividades e das comemorações.<sup>6</sup> Nesses momentos, quando todos parecem estar pacificados, o poder simbólico exerce sua ação de mobilizador e naturalizador de realidades simbólicas artificiais, tendenciosas e dotadas de historicidade. Cabe ao historiador decodificar o significado dessas manifestações semióticas, geralmente representadas através dos rituais coletivos

---

<sup>4</sup> FREIRE, G. *Sobrados e Mocambos*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

<sup>5</sup> BOURDIEU, P. *O poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

<sup>6</sup> CATROGA, F. *A Memória, a História e a Historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.

de culto ao passado, percebendo a lógica dos conflitos político/sociais que as fundamentam.<sup>7</sup> É com essa abordagem teórica que pretendo analisar o problema da memória construída a partir da inauguração do monumento em homenagem a Osório.

É importante atentar para o fato de que a semana de comemorações da qual a inauguração do *pantheon* de Osório consistiu no principal evento foi realizada no momento em que a República brasileira passava por uma importante mudança: os militares estavam sendo desalojados do poder e a oligarquia paulista assenhoreava-se da República pela primeira vez. Prudente de Moraes já estava eleito desde 1º de março de 1894 e tinha vindo ao Rio de Janeiro para ser empossado no cargo.

Defendo, ou pretendo fazê-lo, a hipótese de que as festividades que marcaram a última semana do governo de Floriano Peixoto não foram, em nenhum aspecto, um conagraçamento destinado a celebrar o começo do mandato do novo chefe de Estado. Muito pelo contrário, as cerimônias públicas em questão tiveram o objetivo de rebaixar simbolicamente o novo presidente, que era caracterizado pela retórica político/simbólica jacobina como a metonímia dos políticos civis, considerados por algumas facções do oficialato do Exército moralmente inaptos para governar a República.<sup>8</sup>

Ou seja, o investimento simbólico feito pelo governo jacobino de Floriano Peixoto mobilizou o passado em função de um projeto de afirmação de uma identidade política para o Exército.<sup>9</sup> O alto oficialato da corporação, representado na época pelo próprio presidente, não desejava mostrar o Exército como uma instituição a serviço do Estado, como um braço armado do governo federal, mas defini-lo como a única instituição moralmente capaz de governar a República. É nesse ambiente simbólico/político que desejo situar a inauguração do *pantheon* em homenagem a Manoel Luís Osório. O general foi caracterizado como a personificação das virtudes mais elevadas do militarismo, como o grande representante de um Exército defensor da

---

<sup>7</sup> *Ibidem*.

<sup>8</sup> REIS, Suely Robles. *Os radicais da República*. Brasília: Brasiliense, 1986. A autora conceitua como “jacobinos” o grupo de atores históricos, as classes populares urbanas cariocas, que serviu como base de apoio político ao governo de Floriano Peixoto. Inspirados no grupo homônimo protagonista da Revolução Francesa, os jacobinos brasileiros pautavam sua atuação política na agressividade e possuíam como grande fundamento identitário o anti-lusitanismo. A autora assevera que geralmente os clubes jacobinos eram liderados por militares de média patente.

<sup>9</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. 4ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2007. O filósofo francês caracteriza os rituais cívicos de evocação do passado como elaborações discursivas capazes de fomentar identidades. O autor indica que as mobilizações da memória devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória.

pátria e disposto a lutar pelos interesses nacionais. Nesse sentido, a política simbólica jacobina re-apresentou Osório como o predecessor de Floriano Peixoto na posição de principal herói do Exército brasileiro. A forma como o jacobinismo pensava a política brasileira passava necessariamente pela apologia à atuação militar e política de Floriano Peixoto.<sup>10</sup> O marechal era a chave de leitura para o presente, o principal responsável pela consolidação das instituições republicanas, para o futuro, como modelo de estadista enérgico e patriota no qual as futuras gerações de governantes deveriam ir buscar inspiração e, finalmente, para o passado. Esse último referencial é o que mais me interessa. A ritualização pública que originou a monumentalização de Osório determinou a aproximação entre as biografias de Osório e Peixoto. O primeiro foi identificado, teleologicamente, como o predecessor do segundo em termos de virtudes políticas, cívicas e militares.

Não posso deixar de pensar a peculiaridade inerente à narrativa utilizada pelos artífices do ritual cívico em questão na construção da memória jacobina da biografia de Manoel Luís Osório. Segundo Paul Ricoeur, a forma a partir da qual as memórias são narradas (historiografia, narrativa testemunhal, rituais cívicos) é de central importância para a compreensão dos regimes rememorativos subjacentes a essas formulações. O filósofo francês indica que, no plano mais profundo, o dos condicionamentos simbólicos de uma ação, a memória faz-se presente em um projeto de construção identitária por meio da função narrativa. A narratividade oferece ao discurso memorialístico o enredo a partir da qual será contada a história – não estamos tratando da história disciplinar – que se deseja canonizar como verdade única da realidade representada.<sup>11</sup> No caso da monumentalização de Osório, a narrativa escolhida foi a realização de um espetáculo cívico e popular caracterizado por pomposos desfiles militares. É claro que não se tratou de uma escolha ingênua. Se o espetáculo público foi a forma na qual a memória jacobina da biografia de Osório foi representada é porque tal narrativa consistia a base da ação político/simbólica do jacobinismo militar, que tinha como princípio fundamental “a mobilização das paixões populares, porque nelas está a verdadeira paixão do povo pela pátria”,<sup>12</sup> conforme as palavras de Aníbal Mascarenhas, editor e fundador do jornal *A Bomba*, o principal periódico jacobino em circulação na década de 1890. Ou seja,

---

<sup>10</sup> REIS, Suely Robles. *Op. cit.*

<sup>11</sup> RICOEUR, Paul. *Op. cit.*

<sup>12</sup> *A Bomba*, Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1894, p. 2.

para o marechal Floriano Peixoto, político extremamente carismático que baseou seu governo nos constantes apelos às camadas populares urbanas cariocas, tanto para o apoio político às suas ações como para a participação militar, como foi o caso dos “batalhões patrióticos”, por ocasião da Revolta da Armada, a cerimônia pública consistia no principal veículo de comunicação com aqueles que foram a mais sólida base de apoio durante os três anos em que chefiou a República brasileira.<sup>13</sup>

A memória construída pela monumentalização de Osório foi um tipo de apropriação do passado, a tessitura de uma determinada memória da experiência pretérita. Segundo Fernando Catroga, a memória e a história, entendida como historiografia, são dois diferentes tipos de representação da ausência, inevitável, gerada pela passagem do tempo.<sup>14</sup> Enquanto a primeira fundamenta a sua veracidade no apelo à emotividade do receptor, a segunda possui como condição *sine qua non* de existência o trato com a documentação e a construção de uma “operação escriturária”,<sup>15</sup> baseada nos cânones da erudição e nos métodos científicos. Apesar de diferentes, segundo o autor português essas duas formas de anamnese também possuem diversos aspectos em comum, sendo, ambas, construídas por

Nexos urdidos por afinidades eletivas e estas determinam que cada presente construa a sua própria história/memória dentro do horizonte de possibilidade que ele é, *não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das suas carências, necessidades e expectativas.*<sup>16</sup>

Percebo, tal como Fernando Catroga, mais semelhanças que diferenças entre a memória e a história. Ambas significam o passado através da leitura dos vestígios legados por quem já está ausente; em ambas “o significado das pegadas de quem já passou é inseparável das interrogações que elas colocam a quem vem”.<sup>17</sup> Se é assim, ou seja, se realmente é válida a aproximação entre a memória e a história, podemos, quem sabe, no limite, propor a caracterização da história como um tipo de memória. Por isso dou-me o direito de ressignificar a epígrafe desse artigo. Machado de Assis disse “viva

<sup>13</sup> Quando da morte do marechal Floriano Peixoto, em 30 de junho de 1895, a cidade do Rio de Janeiro foi tomada por grande comoção popular. Jornais como o *Jornal do Brasil*, *A Tribuna* e *Diário de Notícias* noticiaram as romarias realizadas pelos admiradores do ex-presidente da República. Nos anos seguintes, os aniversários do falecimento de Floriano Peixoto seriam marcados por conflitos militares entre o poder executivo e os jacobinos, que se tornaram a mais radical oposição aos Presidentes civis.

<sup>14</sup> CATROGA. F. *Os passos do homem como restolho do tempo: a memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.

<sup>15</sup> CERTEAU. M. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

<sup>16</sup> CATROGA. F. *Op. cit.*, p. 20. Grifos Meus.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 8.

pois a história; a volúvel história que para tudo dá”<sup>18</sup> quando dissertava a respeito do perigo inerente às “idéias fixas”; o leitor me permitirá, espero, dizer o mesmo, substituindo “história” por “memória”. Creio que essa reflexão pode ser o ponto de partida que nos habilite a perceber as multiplicidades de memórias, de futuros possíveis para cada passado. Se uma determinada memória é vencedora, é no seu tempo de constituição, o presente, que deve ser buscado o motivo da vitória. O mesmo vale para a derrota; é possível que no futuro essas posições se invertam. Daí a historicidade das formas de re-apresentação do eterno “não-ser”, marca indelével do tempo passado.

Visando a melhor organização dos meus argumentos optei por dividir o texto que se segue em três seções: na primeira minha proposta é pontuar os conflitos políticos que marcaram os primeiros anos da república brasileira para possibilitar a compreensão da monumentalização de Osório em uma conjuntura mais ampla caracterizada pela rivalidade política entre civis e militares. Na segunda parte faço uma breve análise do governo de Floriano Peixoto, dando atenção especial às manifestações discursivas dos jacobinos, sua principal base de apoio político. Na terceira e última parte analiso os rituais cívicos realizados na última semana do governo do marechal, tendo como preocupação específica a compreensão da memória construída com a inauguração do *pantheon* em homenagem a Manoel Luiz Osório.

### **A República em disputa: os conflitos políticos nos primeiros anos da República brasileira**

Nas duas primeiras seções desse artigo eu apresento ao leitor breves notas da história política da República brasileira na década de 1890. Conheço bem a limitação epistemológica desse tipo de contextualização; entretanto, esse exercício faz-se necessário para que não percamos de vista o lugar histórico da monumentalização de Osório. Não é minha intenção apenas inserir esse objeto de investigação em um molde conjuntural pré-fabricado. Desejo, antes disso, tomar o contexto histórico como problema de análise e construir na narrativa a ambiência histórica que possibilitou a inauguração do *pantheon* em homenagem ao marquês de Herval.

---

<sup>18</sup> ASSIS, J. M. M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 28ª ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 21.

A República foi proclamada no Brasil por conta da atuação política do Exército. O golpe militar republicano foi o desfecho de uma grave crise política que envolveu políticos civis e alguns oficiais do Exército na última década da Monarquia.<sup>19</sup> Os artífices da mobilização que resultou na solução republicana, militares como Benjamin Constant, Sólton Ribeiro e Sebastião Bandeira persuadiram o marechal Deodoro da Fonseca, um dos oficiais do Exército mais influentes do período, a liderar um movimento militar de oposição ao gabinete Ouro Preto. Segundo Wilma Peres Costa o objetivo do velho marechal não era a derrubada da monarquia, mas a troca do ministério; a autora acredita que foi somente após a decisão de d. Pedro II em nomear Silveira Martins, desafeto político de Deodoro, para a presidência do novo gabinete que o marechal optou pela República.<sup>20</sup>

Começava dessa maneira a primeira ditadura militar da República brasileira, que somente terminaria em novembro de 1894 com o fim do governo do marechal Floriano Peixoto. Esse foi um período extremamente instável; o país viveu sob o governo de oficiais militares que conduziram a política nacional com extremo autoritarismo. Não tardou para que surgissem críticas à atuação política do Exército, e um dos principais inimigos da República militar foi o intelectual paulista Eduardo Prado.<sup>21</sup>

Na primeira manifestação após o golpe os chefes do movimento instituíram o Governo Provisório e asseguraram a manutenção dos direitos adquiridos. Um decreto datado do mesmo dia da proclamação da República instalou o sistema federativo que autorizava os estados a elaborarem suas constituições e elegerem seus governantes. Enquanto isso não acontecesse os governadores seriam nomeados pelo chefe do governo.<sup>22</sup> Apesar dessa aparência federalista, o que de fato aconteceu foi a implantação de uma República militar ditatorial que centralizou no poder Executivo a administração política do Brasil. Essa situação gerou conflitos políticos dentro do próprio ministério; de um lado estavam os ministros partidários da ditadura militar, como Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant,<sup>23</sup> e do outro estavam os ministros defensores da

---

<sup>19</sup> CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

<sup>20</sup> COSTA, W. P. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>21</sup> PAGANO, S. *Eduardo Prado e sua época*. São Paulo: O Cetro, 1967.

<sup>22</sup> MONTEIRO, H. *Brasil República*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>23</sup> Para outra perspectiva da posição adotada por Benjamin Constant em relação ao regime político, ver: LEMOS, Renato. *Benjamin Constant – vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.



institucionalização do sistema representativo via constituinte, como Rui Barbosa e Campos Sales.<sup>24</sup>

O marechal Deodoro da Fonseca governou a República brasileira entre 15 de novembro de 1889 e 23 de novembro de 1891. A principal característica desse período foi a luta pelo controle do aparelho do Estado por parte das forças sociais, incluindo-se o Exército, que não estava imune a clivagens políticas internas, a Marinha e as oligarquias regionais, principalmente do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Era de se esperar que o proclamador da República assumisse o governo do novo regime sendo auxiliado por um ministério formado pelos principais líderes do movimento. Em um primeiro momento a base real do governo era formada quase que exclusivamente por militares. Entretanto, passada a agitação inicial, os grupos sociais se posicionaram claramente em relação ao governo do Marechal Deodoro da Fonseca.

A Assembleia Nacional Constituinte somente seria convocada um ano após o golpe republicano, em novembro de 1890. Até lá o governo manteve-se com base no carisma de Deodoro, da violenta repressão militar<sup>25</sup> e da ameaça, real e imaginada, da restauração da monarquia.<sup>26</sup> Com a eleição da Constituinte, mais tarde transformada em Congresso Nacional, os membros da oligarquia cafeicultora paulista começaram a atuar mais ativamente na política republicana. Tal fato, somado às divergências entre os próprios militares, tornaram o ambiente político do período extremamente conflituoso.<sup>27</sup>

As desavenças entre o Executivo e o Legislativo começaram já nos primeiros anos da constituinte. Segundo Hamilton Monteiro,

Não era apenas uma disputa entre Legislativo e Executivo, mas, antes, entre a proeminente oligarquia paulista, que por meio do congresso articulava sua hegemonia, e uma facção militar, chefiada por “tarimbeiros”, que se associava a representativas figuras da antiga burocracia imperial. A jovem e ortodoxa oficialidade que se vai opondo a Deodoro encontra na oposição exercida pelo congresso um importante aliado e, em Floriano, um líder.<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> CARDOSO, F. H. “Dos governos militares a Prudente-Campos Sales”. In. FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura, Poder e Economia*. 8ª ed. Vol. 8. Tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

<sup>25</sup> MONTEIRO, H. *Op. cit.*

<sup>26</sup> JANOTI, M. L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>27</sup> CARDOSO, F. H. *Op. cit.*

<sup>28</sup> MONTEIRO, H. *Op. cit.*, p.27.

Foi claro o desgaste da administração deodorista nessa fase ditatorial; apesar de ameaçada pela repressão e censura, a imprensa manifestava-se diariamente contra os escândalos políticos, fracassos econômicos e a manutenção da ditadura militar. Os principais alvos do ataque da oposição foram a famosa “embaixada de ouro”,<sup>29</sup> o favoritismo aos aliados do governo nas concessões de obras públicas e o polêmico programa de recuperação econômica idealizado por Rui Barbosa e que ficou conhecido como Encilhamento. Não é meu interesse detalhar essas questões; se as menciono é para possibilitar ao leitor uma visão, ainda que superficial, do ambiente social, político e econômico dos primeiros anos da República brasileira.<sup>30</sup>

Com o objetivo de obter a credibilidade internacional, abalada pelos artigos que Eduardo Prado, sob o pseudônimo Frederico de S., publicava na *Revista de Portugal*, editada por Eça de Queiroz,<sup>31</sup> o governo decidiu legalizar o regime e convocou a Constituinte em novembro de 1890. A nova legislação eleitoral considerou eleitores todos os cidadãos brasileiros, homens, que em pleno gozo de seus direitos civis e políticos soubessem ler e escrever; manteve-se assim a proibição quanto aos analfabetos, existente na legislação desde 1881.<sup>32</sup>

Em setembro de 1890 realizou-se a eleição para a Constituinte, que se instalou em 15 de novembro do mesmo ano. Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira constituição republicana brasileira. O mandato do presidente seria de quatro anos e a eleição, direta, exceto para o caso do primeiro presidente, que seria escolhido pelos membros do congresso nacional. Parte do oficialato do Exército apoiou a candidatura de Deodoro e os parlamentares civis aglutinaram-se ao redor de Prudente de Moraes. Durante o mês de fevereiro de 1891 os dois lados se articularam e duas chapas foram formadas: a primeira apresentou a candidatura de Deodoro da Fonseca para a presidência e do almirante Wandenkolk para vice-presidência, enquanto a segunda tentava a articulação entre as oligarquias e segmentos do militarismo e apresentou Prudente de Moraes como candidato a presidente e o marechal Floriano Peixoto a vice-

---

<sup>29</sup> No início de 1890 o governo republicano chefiado por Deodoro da Fonseca enviou para a Argentina uma missão diplomática chefiada por Quintino Bocaiuva, ministro das Relações Exteriores, destinada a resolver a questão do território de Missões. A comitiva embarcou para a Argentina com grande pompa e a bordo do navio de guerra Riachuelo. A imprensa fluminense criticou prontamente a ostentação da comitiva; as críticas ficaram ainda mais agressivas quando chegou ao Rio de Janeiro notícia de que a missão resultara na assinatura de um tratado que concedia à Argentina a região em litígio.

<sup>30</sup> CARDOSO, F. H. *Op. cit.*

<sup>31</sup> PRADO, E. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Lisboa: Revista de Portugal, 1889.

<sup>32</sup> CARDOSO, F. H. *Op. cit.*



presidente. O resultado da eleição foi a construção de um governo militar chefiado por Deodoro da Fonseca e vice-presidido por Floriano Peixoto. A essa altura Deodoro da Fonseca já era extremamente impopular, tanto entre os parlamentares civis como para grande parte da imprensa.<sup>33</sup>

O Parlamento começou seus trabalhos em junho de 1891 e já demonstrava uma forte disposição para a oposição ao governo e, conseqüentemente, para a restrição da ação do presidente da República. Em agosto o Senado aprovou a Lei das Responsabilidades do presidente da República; a Câmara dos Deputados fez o mesmo em setembro. No mês seguinte o Presidente vetou esse projeto e um intenso conflito político foi travado no interior do Legislativo. Diante da pressão, o governista Mata Machado, presidente da Câmara, renunciou e o oposicionista Bernardino de Campos assumiu o cargo. Esse foi um duro golpe para a governabilidade do Executivo e agravou ainda mais o conflito entre este e o Legislativo. Insatisfeito com a oposição, Deodoro determinou a dissolução do Congresso, a demissão do ministério e a convocação do barão de Lucena, político historicamente identificado com a monarquia, para organizar o novo governo. A reação foi imediata; os líderes políticos paulistas, apoiados pelo vice-presidente Floriano Peixoto, reuniram-se secretamente e traçaram as estratégias da resistência. No dia 23 de novembro, a Marinha, fundeada no porto do Rio de Janeiro, juntamente com grande parte da guarnição de terra, iniciou o levante militar. Percebendo a impossibilidade da resistência armada, Deodoro da Fonseca decidiu renunciar ao cargo de presidente da República, começando assim o governo de Floriano Peixoto.<sup>34</sup>

### **República militar x a república civil: das espadas às casacas**

O desgaste da administração deodorista resultou da pressão oriunda das oligarquias regionais, principalmente a paulista, e da facção militar liderada por Floriano Peixoto, que desconfiava do republicanismo dos oficiais “tarimbeiros”<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> MONTEIRO, H. *Op. cit.*

<sup>34</sup> *Ibidem.*

<sup>35</sup> Sobre a diferença entre “oficiais tarimbeiros” e “oficiais bacharéis” ver CARVALHO, José Murilo de. *As forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. O autor indica que no final do século XIX existia uma clivagem no oficialato do Exército brasileiro. Dois grupos disputavam posições políticas tanto dentro da instituição militar como no governo republicano, visto que essas duas esferas não

Segundo Hamilton Monteiro a aliança entre as oligarquias e a facção militar dos autênticos, com tradição autoritário-positivista, foi estratégica e motivada pelo interesses dos dois grupos em assumir o controle do poder Executivo.<sup>36</sup>

O governo de Floriano Peixoto foi extremamente conturbado. A situação não seria nada fácil para o vice-presidente da República. A primeira grande luta de Floriano seria para se manter no poder na medida em que a legitimidade de seu mandato era questionada por alguns grupos, entre os quais estavam os políticos monarquistas adesistas, os “republicanos de última hora”, que exigiam a convocação de novas eleições.<sup>37</sup> Fora isso, havia também dois grandes conflitos; desde fevereiro de 1891 o Rio Grande do Sul estava sendo abalado pelo conflito armado entre os federalistas, partidários de Gaspar da Silveira Martins, político monarquista, e os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos e base de apoio político de Floriano no Rio Grande do Sul. O outro conflito foi a Revolta da Armada, iniciada em setembro de 1893 e liderada pelos almirantes Custódio de Melo e Luis Felipe Saldanha da Gama. Segundo Maria de Lourdes de Mônaco Janotti, a Revolta da Armada foi um movimento antirrepublicano e monarquista.<sup>38</sup> Não é meu interesse nesse artigo entrar no mérito dessas questões; abordo esses eventos apenas para demonstrar a instabilidade política dos primeiros anos da República brasileira. Minha intenção é situar o leitor no ambiente histórico no qual se desenvolveu a monumentalização de Osório, o objeto deste trabalho.

Diante de tantas dificuldades, Floriano Peixoto empunhou a bandeira da legalidade e organizou a resistência. Os interesses mobilizados pelas circunstâncias políticas lhe renderem ampla base de apoio político, principalmente das grandes oligarquias, em especial a paulista. Foi publicada na edição de 1º de novembro de 1894 do jornal *Diário de Notícias* uma matéria intitulada “Aceitação na Câmara”, que versa sobre o apoio que o poder Legislativo concedeu a Floriano Peixoto visando a consolidação das instituições republicanas. Segundo a referida matéria o projeto de combate às revoltas idealizado pelo governo recebeu, na ocasião, apoio de 120 dos 132 deputados presentes na casa legislativa.

---

estavam completamente distinguidas. O grupo dos “oficiais tarimbeiros” era formado por militares mais velhos que em sua maioria não tinham formação na Escola Militar e pautavam suas carreiras em feitos militares, cujo maior era a Guerra do Paraguai. Já o grupo dos “oficiais bacharéis” era formado por militares mais jovens que se formaram na Escola Militar e eram versados em conhecimentos teóricos como filosofia e matemática.

<sup>36</sup> MONTEIRO, H. *Op. cit.*

<sup>37</sup> JANOTI, M. L. M. *Op. cit.*

<sup>38</sup> *Ibidem.*

Até hoje nenhum projeto conseguiu na câmara dos deputados tão alta votação em seu favor, testemunhando isso o espírito de ordem e patriotismo de que se acha dominada a representação direta do povo brasileiro. Mesmo os 12 votos contrários à aprovação do parecer da comissão e que significam o modo de ver dos que assim se manifestam com toda a liberdade são uma prova em favor do nosso regime, onde cada qual pode proceder com a maior independência.<sup>39</sup>

Ou seja, as oligarquias que dominavam o poder legislativo apoiaram Floriano Peixoto na manutenção de seu mandato e na repressão à Revolução Federalista e à Revolta da Armada. Tal apoio teve efeito ambíguo no que se refere ao governo do marechal; se, por um lado, foi central para a manutenção das instituições republicanas, por outro, fez com que Floriano ficasse preso na rede política tecida pelas oligarquias. Tal fato seria central para transição ao governo civil de Prudente de Moraes. O marechal não teve uma sólida base política que o apoiasse em seu projeto de continuar no poder; quando se deu a convenção do Partido Republicano, em 25 de setembro de 1893, que ratificou o nome de Prudente de Moraes para a corrida presidencial, a rebelião da marinha já estava em pleno curso e Floriano Peixoto não poderia rejeitar o apoio da oligarquia paulista.<sup>40</sup>

Antes de encaminhar a reflexão para o fim do mandato de Floriano Peixoto, é importante fazer algumas considerações a respeito da principal base de apoio popular ao seu: os jacobinos. Segundo Suely Robles Reis os clubes jacobinos eram compostos exclusivamente de brasileiros natos sendo geralmente presididos por militares de baixa ou média patente. Suas atividades incluíam reuniões de caráter político onde se decidia a participação em atos públicos, a organização de comícios e homenagens a Floriano Peixoto. Juntamente com os jornais jacobinos, tais associações mantinham vivo o culto a Floriano, promovendo, após a sua morte, ocorrida em junho de 1895, romarias ao seu túmulo.<sup>41</sup> Foi no quadro de uma leitura jacobina da história, centrada na atuação política de Floriano Peixoto, que a monumentalização de Osório foi desenvolvida. É possível analisar o desenvolvimento da retórica jacobina nas páginas dos jornais *O Jacobino*, dirigido por Deocleciano Martir e publicado entre setembro de 1894 e janeiro de 1895, *O Nacional* e *A Bomba*, dirigidos por Aníbal Mascarenhas e publicados, respectivamente, entre agosto de 1894 e março de 1895 e entre setembro de 1894 e

---

<sup>39</sup> *Diário de Notícias*, 1º de novembro de 1894, p. 1.

<sup>40</sup> CARDOSO, F. H. *Op. cit.*

<sup>41</sup> REIS, Suely Robles. *Op. cit.*

janeiro de 1895, e *O Figaro*, dirigido por Aristides Lobo e publicado entre agosto de 1894 e abril de 1895.<sup>42</sup> O projeto da monumentalização de Osório e representação de Floriano Peixoto a partir do desenvolvimento dessa memória foi um dos principais investimentos simbólicos da imprensa jacobina na segunda metade do ano de 1894.

Analisando o a retórica jacobina, notadamente castrense, é possível observar a existência de um elemento fundamental do discurso jacobino: o anti-lusitanismo. Era comum os jornais jacobinos publicarem textos estimulando a violência contra os portugueses e dando a essas agressões o status de ações em defesa da República. A identidade jacobina construiu-se em função da alteridade do ser português. O editorial de inauguração de *A Bomba*, assinado por Aníbal Mascarenhas e publicado em 1º de setembro de 1890, nos possibilita perceber a violência que caracterizou as manifestações jacobinas.

Assoprada pela bombarda do patriotismo e aquecida pelo fogo do sagrado entusiasmo cívico, salta hoje *A Bomba* nos campos da publicidade, pronta e estourar, vomitando a sua carga mortífera por entre os bandos negros dessa corvada faminta, que ao clamor das fanfarras de 15 de novembro, se agachou medrosa no pau de suas baixezas, mas que na treva afia as garras carniceiras de abutre para sangrar a pátria e a liberdade. Arma de guerra e de combate. *A Bomba, a fim de obedecer a trajetória severa que a honra e o dever lhe demarcam, saltará por cima de todas as barreiras das conveniências, vencerá todas as trincheiras sociais e irá alcançar os restauradores onde quer que eles se escondam.*<sup>43</sup>

A citação é extensa, porém importante, porque deixa claros alguns princípios da agenda política jacobina, que por sinal não era nada complexa, consistindo em ataques contra estabelecimentos comerciais de portugueses, manifestações políticas de apoio ao governo do marechal Floriano Peixoto e defesa incondicional do governo militar, considerado por eles o único capaz de garantir a consolidação das instituições republicanas. Existe certo teor messiânico no texto de Aníbal Mascarenhas, que identificou um inimigo e um salvador para a República brasileira.

Todo o discurso jacobino foi fundamentado na possibilidade da restauração monárquica e o português foi identificado como o símbolo da sobrevivência da dinastia dos Bragança no Brasil. Os portugueses foram definidos como pessoas desonestas capazes das artimanhas mais “marotas” para “ganhar vantagens em cima de nós,

<sup>42</sup> Os exemplares destes jornais estão disponíveis para a consulta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>43</sup> *A Bomba*, 1º de setembro de 1894, p.7. Grifos Meus.

brasileiros”.<sup>44</sup> Na edição de *O Jacobino* de 19 de setembro de 1894, foi publicada uma matéria intitulada “Aviso contra português”, um texto que se propôs a ensinar os brasileiros a se prevenir das artimanhas lusitanas. Citava dois tipos de golpes que, segundo o autor da matéria, Deocleciano Martyr, os portugueses aplicavam nas transações comerciais. O autor indicava que “atenção e truculência são as únicas maneiras de lidar com esses marotos.”<sup>45</sup> A imprensa da época é repleta de notícias de agressões promovidas pelos jacobinos contra os portugueses.

O jornal *O Jacobino* possuía uma coluna fixa, publicada em todas as edições, chamada “Bem Feito!”. A coluna relatava episódios de violência contra portugueses e transformava-os em atos heróicos a favor da nacionalidade e da República brasileira. Na edição do dia 10 de outubro de 1894, a coluna relatou a agressão de um soldado da Guarda Nacional a um português que teria oferecido dinheiro para que o primeiro tomasse e rasgasse os exemplares de *O Jacobino* que estava em posse de um jornaleiro. Como resposta à proposta do português “o patriota soldado encostou com vontade cinco valentes sopapos no maroto. Bem feito! Fogo neles, camaradas.”<sup>46</sup>

O anti-lusitanismo característico das manifestações jacobinas também esteve presente na apropriação que o grupo fez da história do Brasil. Para o jacobinismo militar três eventos possuíam central importância e definiam a identidade nacional brasileira:

A falsa e desprezível independência, feita sob a direção do devasso labrego Pedro I, a campanha do Paraguai que teve em Osório a personificação do ímpeto vendido das nossas armas e o 15 de novembro, o maior dia de nossa existência nacional, o momento em que raiou a liberdade no horizonte da pátria.<sup>47</sup>

Nesse sentido, acredito ser possível afirmar que a prática política jacobina propôs uma interpretação da história política brasileira em que cada um dos três momentos apresentados acima deveria ser lembrado de uma maneira específica; a independência feita por d. Pedro I seria, segundo os jacobinos, uma “suposta festa nacional”, porque

A dita independência do Brasil comemorada no dia de hoje não foi feita por brasileiros, mas sim por um Exército de galegos, sob a direção do devasso Pedro I. Encaramos esta data com o mais solene

<sup>44</sup> *O Jacobino*, 19 de setembro de 1894, p. 2.

<sup>45</sup> *O Jacobino*, 19 de setembro de 1894, p. 2.

<sup>46</sup> *O Jacobino*, 10 de outubro de 1894, p.5.

<sup>47</sup> *O Jacobino*, 18 de novembro de 1894, p. 3.

desprezo, e lamentamos que ainda permaneça na praça Tiradentes aquela mentira de bronze, que apelidaram de independência ou morte.<sup>48</sup>

Segundo essa interpretação, o “ponto zero” do nascimento do Estado independente do Brasil, não poderia ser o dia 7 de setembro de 1822, na medida em que a ruptura com Portugal havia sido feita por um príncipe português e, por isso, não representou os interesses nacionais. Ou seja, a leitura jacobina propôs a ressignificação do dia 7 de setembro; ao invés da liberdade, a farsa. Seguindo essa lógica, todo o regime político baseado nesse evento, ou seja, a Monarquia, deveria ser considerada a continuação da colonização européia no Brasil. Sendo assim, a liberdade “verdadeira” somente teria sido conquistada por conta da atuação da única instituição que o jacobinismo militar considerava verdadeiramente nacional: o Exército.

Naquilo que se refere à Guerra do Paraguai, como já foi dito, o jacobinismo militar propôs uma leitura peculiar. A apropriação jacobina eclipsou o evento, entendido como a vasta gama de acontecimentos que caracterizou o conflito, em função da ênfase dada à atuação de Manoel Luís Osório. É importante analisar a maneira pela qual essa memória foi mobilizada. Em “O Jacobino” de 7 de novembro de 1894, foi publicada uma reportagem intitulada “A marcha da tríplice aliança”, cujo autor não teve a identidade revelada. O autor relata a cerimônia organizada pelo governo do marechal Floriano Peixoto e destinada a receber os oficiais do Exército uruguaio que vieram ao Brasil homenagear alguns veteranos do Exército brasileiro que lutaram na Guerra do Paraguai. Após a realização da cerimônia, que analisarei com maior cuidado na próxima seção desse artigo, um grupo de comerciantes promoveu um baile, realizado no “estabelecimento de música dos Srs. Vieira e Machado”. A festividade foi marcada pela execução da “Marcha da Tríplice Aliança”, composta por um músico cujo nome também não foi informado. O compositor é acusado de

Não ter aproveitado somente os hinos brasileiros, oriental e argentino. O patife abre a marcha com o hino português. No correr da marcha, vê-se que o autor plagiou tudo quanto pôde, sem apresentar um compasso original sequer. Há dias exibiu-se a marcha no estabelecimento de música dos Srs. Vieira e Machado, à rua dos Ourives, e a imprensa toda foi unânime em reconhecer demérito nesse trabalho de fantasia, um dos piores que temos visto, o que prova que seu autor é uma nulidade como compositor. E a que vem o hino português logo no princípio da marcha? Será a marcha da quádrupla aliança? O autor não saberá que estamos de relações cortadas com

---

<sup>48</sup> *O Jacobino*, 7 de setembro de 1894, p.3.



Portugal? E que diabo de quádrupla aliança é essa quando foram Brasil, República Oriental e República Argentina que se aliaram para combater o tirano do Paraguai. Mas isto é uma vergonha! O que dirá a comissão oriental ao ouvir uma marcha que começa pelo hino português? Qual esse compositor deve ser apupado e tratar de outro ofício, porque como músico não passa de barbeiro.<sup>49</sup>

A crítica jacobina ao hino da Tríplice Aliança denota o desejo de definir um regime de rememoração para a Guerra do Paraguai. De acordo com essa definição, o conflito no Rio da Prata não possuiria nenhum tipo de relação com Portugal. Mais especificamente: a dinastia dos Bragança, da qual fazia parte d. Pedro II, deveria ser excluída dessa memória. O dia 15 de novembro completa a tríade central da história nacional proposta pelo jacobinismo. A proclamação da República foi representada como a verdadeira independência do Brasil, o momento no qual a liberdade “finalmente alvoreceu no horizonte da pátria”.<sup>50</sup> A edição do jornal *A Bomba* de 15 de novembro de 1894 esteve repleta de textos que comemoravam o quinto aniversário da República brasileira; o marechal Floriano Peixoto foi o protagonista dessas comemorações, assim como Osório era o protagonista da leitura jacobina da Guerra do Paraguai. A Guerra do Paraguai estava para a República na mesma razão em que Osório estava para Floriano Peixoto; foi essa a equação jacobina que fundamentou a memória representada na monumentalização de Osório.

Como veremos na próxima seção, a imprensa jacobina pressionou a comissão responsável pela construção do *pantheon* em homenagem a Osório para que a inauguração do monumento fosse realizada ainda no governo de Floriano Peixoto. Ao mesmo tempo os jacobinos exigiam a demolição da estátua de bronze de d. Pedro I, obra do escultor francês Louis Rochet que foi inaugurada em setembro de 1862 e está localizada na Praça Tiradentes, região central da cidade do Rio de Janeiro, até o dia em que escrevo esse artigo. A questão da monumentalização foi central para a prática político/simbólica jacobina. O grupo apropriou-se de algumas idéias da teoria positivista proposta por Augusto Comte.<sup>51</sup> Tratou-se de uma leitura pouco ortodoxa, devido a não consideração da defesa positivista da paz e da solidariedade. A principal apropriação do

---

<sup>49</sup> *O Jacobino*, 7 de novembro de 1894, p.4.

<sup>50</sup> *A Bomba*, 15 de novembro de 1894, p.4.

<sup>51</sup> Sobre as apropriações do positivismo no Brasil ver LINS, Ivan. *A História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1962.

positivismo feita pelo jacobinismo militar foi no tocante ao uso político da arte, principalmente naquilo que se refere aos monumentos históricos.

Os periódicos jacobinos fizeram grande campanha para a demolição do monumento de d. Pedro I.

Falseando os ares com a soez mentirosa da tartufa proclamação, ali se acha ainda o pesado estafermo, com o braço erguido e punhalando o espaço. E os edis tacanhos, para que melhor sobressaísse na vastidão da praça esse padrão nojento do nosso passado opróbrio, desarraigaram arvores utilíssimas, lançaram por terra arbustos pitorescos, destruíram a relva branda e verde, apertaram o jardim que o circundava.<sup>52</sup>

O ataque jacobino à estátua de d. Pedro I continuou por várias edições de outros periódicos.<sup>53</sup> Os jacobinos selecionaram um longo período da história política do Brasil (1822-1889) para relegá-lo ao esquecimento. Por outro lado, o esquecimento voluntário e forçado demanda uma lembrança prévia.<sup>54</sup> Os jacobinos fizeram questão de lembrar a todos que era preciso esquecer a atuação dos Bragança no Brasil. É interessante a maneira como o grupo tentou produzir esse esquecimento.

Um dos argumentos com que de ordinário, os nossos adversários procuram desviar-nos do pensamento de derrubar aquele estúpido espantalho de bronze que atravanca o Largo do Rocio é que as nações existem, que, embora tenham mudado a sua forma de governo, conservam, no entanto nas praças das cidades as estátuas dos vultos eminentes do regime decaído. E vem logo à baila o exemplo da França, que embora republicana conserva, no entanto, a estátua do antigo rei Henrique IV. Nada mais, nada menos. Querem colocar d. Pedro I na mesma plaina de Henrique IV, devendo por conseguinte os republicanos brasileiros ter os mesmos procedimentos dos republicanos franceses.<sup>55</sup>

Ou seja, o jacobinismo poderia até considerar a possibilidade de aceitar a rememoração do regime derrubado em 15 de novembro, porém o moralismo jacobino considerava o primeiro imperador indigno da lembrança nacional, diferentemente do rei francês Henrique IV, considerado um “chefe de Estado exemplar”. O jacobinismo brasileiro considerou a República como uma fase superior na evolução política da humanidade – mais uma relação com o positivismo de Comte – sendo as fases

---

<sup>52</sup> *O Nacional*. 7 de setembro de 1894, p.4.

<sup>53</sup> Em *A Bomba* de 15 de setembro de 1894, foi publicada uma coluna intitulada “Ainda a estátua”, onde o autor, cujo nome não foi informado, defende a demolição da estátua de dom Pedro I, alegando a “imoralidade dessa memória” para as futuras gerações brasileiras.

<sup>54</sup> BERGSON. H. *Memória e Vida*. 26ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

<sup>55</sup> *O Figaro*, 23 de setembro de 1894, p.3.



anteriores a ela dignas de lembrança. Entretanto, a Monarquia brasileira, acusada de “vilipendiar o Exército” e “reprimir a gênese da nacionalidade pura” não era digna de rememoração. Por isso o empenho dos jacobinos em demolir a estátua de d. Pedro I.

O interesse era apagar o legado monárquico da memória nacional. Para isso foi preciso que a coluna publicada no jornal *O Figaro* em 23 de setembro de 1894 lembrasse eventos da biografia de dom Pedro I, comparando-os com a biografia de Eduardo IV e visando a deslegitimação da atuação do primeiro. O discurso jacobino precisou lembrar-se de um aspecto do passado – no caso dom Pedro I – para justificar a proposta de esquecimento desse mesmo objeto. A memória e o esquecimento, antes de manterem relações antagônicas e serem as faces opostas de uma mesma moeda, são ingredientes complementares de qualquer tipo evocação do passado. Ao mesmo tempo em que todo tipo rememoração é uma espécie de antídoto contra o esquecimento, este por sua vez, supõe a necessidade de lembrar aquilo que é preciso esquecer. Se o dever da memória é não esquecer e toda busca do passado se encaixa nessa tarefa, torna-se impossível falar do esquecimento sem ressaltar a necessidade da lembrança do esquecimento.<sup>56</sup>

É nessa tensão complementar entre lembrança e esquecimento que deve ser pensado o regime de memória proposto pela prática simbólica jacobina. O interesse do grupo foi derrubar o monumento erguido em homenagem a dom Pedro I, e dessa maneira apagá-lo da memória nacional, e edificar um monumento em homenagem a Osório para evidenciá-lo na mesma memória. Para isso, foi preciso lembrar fortemente que dom Pedro I existiu para que fosse possível justificar seu esquecimento e recordar a imagem de Osório para evitar que ela fosse esquecida. A rememoração foi necessária tanto para produzir como para evitar o esquecimento.

Em 1º de março foram realizadas as eleições presidenciais destinadas a definir o sucessor de Floriano Peixoto. O resultado confirmou o controle da máquina eleitoral pela oligarquia paulista e Prudente de Morais e Manoel Vitorino foram eleitos presidente e vice-presidente da República. Aproximava-se o momento da transferência do poder para os civis. Entretanto, os militares não voltariam à caserna de forma tranqüila; os meses que antecederam à posse de Prudente de Morais foram tensos, em

---

<sup>56</sup> RICOEUR, Paul. *Op. cit.*

meio a boatos de que Floriano Peixoto lideraria um golpe militar para permanecer no poder. Isso não aconteceu, não havia condições políticas para uma intervenção dessa natureza. Na próxima seção eu analiso com mais cuidado a semana de festividades que marcou o fim do governo de Floriano Peixoto e a posse de Prudente de Moraes.

### **Derrota Política e Investimento Simbólico: os rituais cívicos que marcaram o fim do governo de Floriano Peixoto**

Prudente de Moraes chegou ao Rio de Janeiro para tomar posse da principal magistratura da República na manhã do dia 3 de novembro de 1894. O presidente eleito estava acompanhado da sua família e de uma pequena comitiva, sendo recebido por um grupo de populares. Uma ausência foi especialmente sentida nessa ocasião; Floriano Peixoto quebrou o decoro e não foi recepcionar o seu sucessor na Estação Central da Estrada de Ferro Central do Brasil. Alegando estar indisposto o marechal enviou o seu ajudante de ordens, o capitão-tenente Saddock de Sá. A partir de então as indisposições de Floriano Peixoto seriam frequentes nas ocasiões em que ele deveria cortejar Prudente de Moraes a fim de promover os rituais político-simbólicos da sucessão presidencial.<sup>57</sup> A essa altura dos acontecimentos a imprensa fluminense já havia divulgado o roteiro das comemorações planejado pela cúpula do governo Peixoto e destinado a “celebrar” a posse de Prudente de Moraes e o quinto aniversário da República.

O interessante é que todas as cerimônias realizadas estavam diretamente relacionadas com rituais militares e, em alguma medida, com a memória da Guerra do Paraguai. Dissertei em outro lugar acerca da importância da memória da Guerra do Paraguai para a construção de uma identidade militar dentro do Exército nas duas últimas décadas do século XIX.<sup>58</sup> Como já disse anteriormente, meu interesse nesse artigo é analisar a “re-presentação” do passado construída a partir da monumentalização de Osório. Antes disso, mencionarei rapidamente o roteiro completo das comemorações que marcaram os últimos dias do mandato de Floriano Peixoto.

No dia 4 de novembro foi realizado um baile no saguão do Hotel dos Estrangeiros, localizado no bairro da Glória, onde estava hospedada a comitiva de

<sup>57</sup> *Diário de Notícias*, 4 de novembro de 1894.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. “A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888)”, *Revista Ars História*. Ano 1, n° 2, 2010.

Prudente de Moraes. Mais uma vez Floriano Peixoto não brindou o sucessor com sua presença; mais uma vez a desculpa foi a famigerada indisposição. Nessa ocasião o Marechal não enviou sequer um representante. Um repórter do *Diário de Notícias* foi deslocado para cobrir o evento e relatou:

A cerimônia foi marcada pelo mais requintado luxo. Estava presente a fina flor da sociedade carioca; empresários, escritores, a melhor gente que o Rio de Janeiro pode oferecer. O vinho e a comida eram de primeira qualidade. Os convivas começaram a chegar ao local às 8 horas da noite, conforme o tempo passava aumentava o constrangimento. Alguns ainda esperavam a presença de Floriano Peixoto, outros tinham certeza de que ele não se faria presente. Quando o relógio marcava 9 horas e trinta minutos chegou na porta do hotel um amanuense do Ministério de Obras Públicas que trazia um bilhete assinado por Floriano que pedia desculpas e culpava um enigmático mal-estar pela sua ausência. A música continuou a tocar e as pessoas a bailar até às 11 horas da noite.<sup>59</sup>

As cerimônias militares começaram no dia 6 de novembro, quando chegou ao Rio de Janeiro uma comissão composta por oficiais do Exército uruguaio que traziam medalhas comemorativas feitas pelo governo daquele país para homenagear os veteranos brasileiros da Guerra do Paraguai.<sup>60</sup> No dia 9, Floriano, em perfeito estado de saúde, recepcionou os militares uruguaio no salão principal do Ministério da Guerra. Devo lembrar o detalhe, nada irrelevante, da ausência de Prudente de Moraes. Não sei dizer se o presidente eleito não compareceu a essa cerimônia por conta de uma indisposição similar àquela de Floriano Peixoto, pelo fato de não ter sido convidado, por aversão a rituais militares ou por tudo isso junto.

A cerimônia de entrega das medalhas foi feita no dia 10 de novembro através de uma pomposa parada militar realizada no Paço de São Cristóvão. Desfilaram o Exército e a Guarda Nacional para a apreciação de uma multidão de populares, do presidente da República, o marechal Floriano Peixoto, a essa altura quase ex, e do presidente e do vice-presidente eleitos, agora sim presentes. Dois dias depois, aconteceu a inauguração do monumento em homenagem a Osório. Nos três dias seguintes a essa data foram realizadas algumas celebrações militares, em homenagem a Floriano, e a posse de Prudente de Moraes no dia 15 de novembro. Curiosamente a indisposição crônica do marechal Floriano Peixoto manifestou-se novamente e ele não compareceu à cerimônia

---

<sup>59</sup> *Diário de Notícias*, 5 de novembro de 1894, p. 1.

<sup>60</sup> *O Paiz*, 4 de novembro de 1894.

pública que pôs fim ao seu governo e deu início ao mandato de seu sucessor. Às três horas da tarde, quando ainda estava sendo realizada a cerimônia de posse na mesma praça XV de Novembro onde três dias antes havia sido inaugurado o *pantheon* de Osório, uma comitiva chefiada por Miranda, Horta, Fernando Borges, tenente-coronel Aristides Vilas-Boas, Raul Pompéia, Aníbal Mascarenhas e composta pela banda de música do 6º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, foi tomar os bondes especiais no Largo São Francisco de Paula, onde já se achava a oficialidade do batalhão Tiradentes e a Brigada Policial do Rio de Janeiro. Todos seguiram para o bairro de São Cristóvão, mais precisamente para a residência de Floriano Peixoto para lhe entregar uma “espada de honra” como reconhecimento aos serviços prestados à causa da consolidação da República brasileira.<sup>61</sup> Tratava-se de uma espada de prata cuja bainha, toda formada de ouro, era marcada pelas seguintes palavras:

Assumi a presidência da República a 23/11/91. Combate naval de Santa Catarina a 16-4-94. Entrega da presidência da República ao Dr. Prudente de Moraes a 15-11-94. Entrada da esquadra legal no Rio de Janeiro e terminação da revolta na Bahia de Guanabara a 13-3-94.<sup>62</sup>

Na outra face da bainha encontrava-se desenhado um dragão de ouro, no punho da espada estavam desenhadas 21 estrelas, cada qual representando um estado da federação. Junto com a espada a comissão entregou um cinturão com a seguinte inscrição: “Ao benemérito Marechal Floriano Vieira Peixoto, consolidador da República brasileira, como prova de perpétua gratidão oferece o povo por iniciativa de José Joaquim de Miranda e Horta. 15 de novembro de 1894”.<sup>63</sup>

Durante o trajeto rumo à residência de Floriano Peixoto a comitiva “levantou entusiásticos vivas ao messias da República brasileira”.<sup>64</sup> O marechal recebeu a massa de admiradores e tomou parte dos festejos, que duraram até às 11 horas da noite. Na cerimônia oraram Raul Pompéia, Anibal Mascarenhas e o tenente-coronel Aristides Villas-Boas. Após as homenagens feitas Floriano Peixoto tomou a palavra:

Agradeço-vos profundamente penhorado a manifestação de apreço que me fazeis. Desvanece-me a pureza de vossas intenções e sinto-me tanto mais obrigado quanto escolhestes, para trazer-me as vossas saudações, o dia de hoje, em que me exonero do honrado encargo que me confiou a presidência da República, que estou certo de haver defendido com todas as energias de minha alma e dedicação afetuosa

<sup>61</sup> *O Paiz*, 16 de novembro de 1894.

<sup>62</sup> *O Paiz*, 16 de novembro de 1894, p.4.

<sup>63</sup> *O Paiz*. 16 de novembro de 1894, p. 4.

<sup>64</sup> *O Paiz*, 16 de novembro de 1894, p. 4.

do coração. *Posso garantir: a idéia fixa e preocupação de meu governo foi firmar nos mais largos alicerces, fossem quais fossem os sacrifícios, a obra de 15 de novembro e salvar a República da ruína e do descrédito. Temo pelo futuro de nossa amada República.*<sup>65</sup>

De acordo com a reportagem de *O Paiz*, o Marechal Floriano Peixoto participou da cerimônia de entrega da “Espada de Honra” e apresentou na ocasião boa disposição e perfeito estado de saúde. Interpreto a recusa de Floriano Peixoto a participar dos rituais cívicos que tinham em Prudente de Morais o centro da encenação simbólica como um indício da insatisfação do marechal, e do grupo dos jacobinos, em entregar o governo da República aos civis. É importante perceber que a atuação de Floriano Peixoto não se resumiu apenas a ausentar-se dos eventos destinados a celebrar a posse do novo presidente; sempre que possível a cúpula do governo militar organizou rituais alternativos e rivais aos realizados pelos políticos civis, marcados pela teatralização militar. Se Prudente de Morais promoveu um baile no saguão do hotel em que estava hospedado, Floriano Peixoto comandou a cerimônia militar na qual os oficiais do Exército uruguaio homenagearam os veteranos do Exército brasileiro que lutaram na Guerra do Paraguai. Enquanto Prudente de Morais era empossado no cargo pelo Congresso Nacional, Floriano Peixoto era homenageado em uma parada militar realizada a poucos quilômetros da região central da capital da República.

Dedico-me agora à análise da memória construída com a construção do mausoléu em homenagem a Manoel Luís Osório. O projeto de construir um *pantheon* em homenagem ao marquês de Herval datava do ano de 1887, quando a comissão presidida por Conrado Grafe e formada por Eduardo P. Guinle, Faustina Vianna e Manoel Vicente Lisboa arrecadou 70 contos de réis para a sua inauguração. Como a quantia não era suficiente para pagar o orçamento do monumento, a comissão colocou o dinheiro em um banco a fim de que os 100 contos de réis necessários para a concretização de tal objetivo.

Somente em 1889 a comissão contratou definitivamente os serviços de Rodolfo Bernadelli, um dos mais famosos artistas plásticos da época, que tinha acabado havia pouco tempo o trabalho no túmulo de José Bonifácio (1763-1838). Visando a aquisição do material o artista partiu para a Europa onde permaneceu até 1891, quando retornou

---

<sup>65</sup> *O Paiz*, 16 de novembro de 1894, p.5. Grifos Meus.

para o Brasil e deu início à construção do monumento.<sup>66</sup> Em fins de 1892 Bernadelli enviou o molde da estátua para ser fundido na Europa com o bronze derretido de canhões brasileiros utilizados na Guerra do Paraguai. O trabalho foi finalizado em março de 1894 e a partir disso começou o conflito entre o governo de Floriano Peixoto, que desejava a inauguração imediata do monumento, e a comissão responsável para a construção do *pantheon*, que relutava a fazê-lo no governo do marechal.

A edição do jornal *A Bomba*, periódico jacobino que era uma das principais bases de apoio político de Floriano Peixoto, publicou em 12 de setembro de 1894 a seguinte nota.

A redação de *A Bomba* tem muito empenho em saber por que razão não se dá andamento à ereção da estátua do legendário general Osório. A Comissão tem obrigação de dar uma satisfação ao público, mesmo porque circulam boatos que um tal senhor Grafe tem firme propósito de não inaugurar enquanto o marechal Floriano estiver no poder, não sabemos por que motivos. O povo tem o direito de saber o quão parecido com o grande Osório é o ,marechal Floriano.<sup>67</sup>

O que parece estar presente nas entrelinhas desse é o conflito político ao redor da figura de Floriano Peixoto. É possível que Conrado Grafe, o presidente da comissão responsável pela edificação do monumento em questão, tenha dificultado a inauguração da estátua por ter percebido a utilização simbólica que o governo de Floriano Peixoto faria, e fez, dela. Ou seja, o empecilho para a inauguração não era Osório, há muito morto, mas sim a apropriação feita pelo “vivíssimo” Floriano Peixoto. O protesto é um indício da importância da memória da biografia de Osório para a prática político/simbólica jacobina.

É possível observar nas correspondências trocadas entre Bernadelli e Conrado Grafe o conflito entre a comissão e o governo do “Marechal de ferro”. Infelizmente, não foi possível localizar as cartas escritas por Bernadelli. No arquivo pessoal do artista consta apenas parte das cartas escritas por Graffe, que dizia:

Estamos sofrendo pressões de gente mui poderosa para que a estátua seja inaugurada até novembro. Quando organizamos a subscrição queríamos apenas louvar o maior dos guerreiros que já defenderam nossa pátria (...) Os agentes da ditadura insistem que a estátua deve estar pronta já no próximo mês.<sup>68</sup>

<sup>66</sup> *O Paiz*, 11 de novembro de 1894.

<sup>67</sup> *A Bomba*, 12 de setembro de 1894, p.3.

<sup>68</sup> Acervo do MNBA. Arquivo pessoal Rodolpho Bernadelli, Pasta nº 4, doc. 33.



Apesar de não estar datada, suponho que essa carta foi enviada para Bernadelli em algum momento de fevereiro ou março de 1894, quando as pressões políticas pela inauguração do *pantheon* parecem ter ficado mais evidentes. Em outra ocasião, em algum momento prontamente posterior ao término da Revolta da Armada, o mesmo Conrado Graffe escreveu:

Peço a V. Exa que conclua prontamente os reparos na estátua do general. Os emissários do governo nos acusam de estar adiando por interesses políticos a realização da cerimônia de inauguração [ilegível]. Recebemos algumas visitas de amigos do marechal que nos informaram do desejo do presidente em que a estátua seja afixada na praça XV o mais rápido possível.<sup>69</sup>

Na ocasião da Revolta da Armada a estátua de Osório, que segundo os escritos de Bernadelli, “estava pronta e exposta ao sol” em seu ateliê, foi atingida por uma bala de canhão que danificou o monumento na altura da coxa do general. Tal imprevisto adiou a inauguração do monumento, que, como já vimos, foi o principal evento da semana de festividades destinada a encerrar o fim do governo de Floriano Peixoto.

O desfecho dessa história já é por nós conhecido: a comissão cedeu às pressões do governo militar e autorizou a inauguração do *pantheon*. Infelizmente a documentação é bastante lacunar naquilo que se refere às discussões entre a comissão e os emissários do governo. Só consegui mapear no arquivo pessoal de Rodolfo Bernadelli algumas cartas escritas por Conrado Graffe em que o presidente da comissão faz menções ao interesse do governo na pronta inauguração do monumento. Referências similares podem ser encontradas também na imprensa jacobina.

Perguntado em 12 de novembro a respeito do significado simbólico do *pantheon* de Osório para a nação brasileira o general Francisco Argolo, quartel-mestre do Exército durante o governo de Floriano Peixoto, disse o seguinte:

Osório, esse homem de grande marcha hebraica, sempre que evoca aparece-me num quadro semelhante, à frente dos regimentos, a espada estendida sobre o fumo das batalhas, denso e negro como as vagas do mar da travessia. Diante do pânico, de guerreiros mortos espalhados por todos os lados, lá estava Osório, impassível diante da dor. Com seu peito indestrutível aberto e disposto a salvar a honra nacional. É justa a celebração e a eternização desse grande soldado nos bronzes da guerra da Tríplice Aliança pois foi lá que o seu gênio se ergueu para salvar a pátria. *Osório é herói, brasileiro e soldado; não há momento*

---

<sup>69</sup> *Ibidem*.



*mais propício para a sua imortalização do que o atual, quando um soldado igualmente bravo entrega prematuramente o governo da República aos bacharéis.*<sup>70</sup>

No momento da cerimônia ficou clara a apropriação da biografia de Osório feita por Floriano Peixoto. O carro trazendo o presidente da República chegou ao local dos festejos às 13 horas e foi recebido com fogos de artifícios, salva de tiros e execução de hinos militares. Prudente de Moraes estava na praça XV, e segundo uma matéria divulgada n’*O Paiz* do dia 13, em um “modesto camarote”; o Presidente eleito fora rebaixado à condição de coadjuvante no ritual cívico que deveria compor a semana de comemorações destinada a celebrar o começo do seu mandato.

O momento mais emotivo da cerimônia aconteceu quando Floriano Peixoto depositou os restos mortais de Osório na cripta que servia de base à estátua de bronze construída por Rodolfo Bernadelli. Estava feito: o herói do presente sacralizou o herói do passado. A política simbólica do governo de Floriano Peixoto conduziu o projeto memorialístico que edificou o *pantheon* de Osório; ao mobilizar essa memória o “Marechal de Ferro” “re-presentou” o passado, no caso a biografia de Osório, em função de sua própria imagem desejando que uma linha de continuidade fosse traçada entre a atuação político-militar dos dois protagonistas desse ato rememorativo.

### **Conclusão:**

Meu objetivo nesse artigo foi analisar uma dada construção simbólica que teve seu lugar histórico nos primeiros anos da República brasileira, no momento em que as novas instituições ainda eram frágeis e os grupos sociais disputavam a hegemonia política e o perfil simbólico do novo regime. Segundo José Murilo de Carvalho, os primeiros anos da República foram marcados pela tentativa de promover o “extravasamento” da cultura política republicana para os grupos sociais não letrados.<sup>71</sup> Carvalho acredita que tal objetivo somente poderia ser concretizado através dos rituais simbólicos realizados nas cerimônias cívicas, porque esse tipo de manifestação possui certa dimensão teatral que facilita a leitura do povo brasileiro, “imerso na época em um oceano do analfabetismo”.<sup>72</sup> É nessa conjuntura que penso a inauguração do monumento em homenagem a Manoel Luís Osório, ou seja, como uma estratégia

<sup>70</sup> *O Paiz*, 12 de novembro de 1894, p.4. Grifos Meus.

<sup>71</sup> CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 10.

político/simbólica pensada em função do objetivo de sensibilizar o olhar das camadas populares do Rio de Janeiro para uma determinada visão do passado.

Quando o Exército perdeu o controle da República proclamada por um golpe militar e os soldados voltavam insatisfeitos à caserna, a cúpula militar que controlava o poder Executivo organizou uma série de cerimônias destinadas a marcar o lugar do Exército na consolidação das instituições republicanas. Na retórica jacobina, esse lugar não poderia ser outro que não a posição de messias, de salvador da República e da nacionalidade brasileira. Tais virtudes cívicas e militares foram atribuídas aos dois personagens que na memória jacobina eram a personificação do patriotismo militar: Osório, o principal herói da Guerra de Paraguai, e Floriano Peixoto, o principal herói republicano.

A principal marca da minha reflexão nesse artigo foi o cuidado de analisar a historicidade de uma operação de evocação do passado. Somente é possível atribuir significação ao passado com os pés fincados em um presente e, por isso, o estudo de uma determinada representação da experiência pretérita tem como condição básica de possibilidade o estudo acerca do espaço de experiência que a constituiu. Acredito que é essa a contribuição que esse trabalho dá aos estudos sobre a historiografia brasileira interessada em assuntos militares.

## **Referências bibliográficas**

### **Fontes Primárias**

*A Bomba*, novembro de 1894.

*Diário de Notícias*, novembro de 1894.

*O Fígaro*, novembro de 1894.

*O Jacobino*, novembro de 1894.

*O Nacional*, novembro de 1894.

*O Paiz*, novembro de 1894.

## Fontes Secundárias

- ASSIS. J. M. M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 28ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- BERGSON. H. *Memória e Vida*. 26ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOURDIEU. P. *O poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CARDOSO, F. H. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura, Poder e Economia*. 8ª ed. Vol. 8. Tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 17-57.
- CARVALHO. J. M. *A Formação das Almas*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO. J. M. *As forças armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem. Introdução de uma filosofia da cultura humana*. 13ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASTRO. C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CATROGA. F. *A Memória, a História e a Historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.
- CATROGA. F. *Os passos do homem como restolho do tempo: a memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERTEAU. M. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- COSTA. W. P. *A Espada de Dâmoçles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DORATIOTO, F. *General Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FREIRE, G. *Sobrados e Mocambos*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- JANOTI. M. L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LINS. I. *A História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1962.
- MONTEIRO, H. *Brasil República*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. “A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888)”, *Revista Ars História*. Ano 1, nº 2, 2010.
- PAGANO. S. *Eduardo Prado e sua época*. São Paulo: O Cetro, 1967.
- PRADO. E. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Lisboa: Revista de Portugal, 1889.
- REIS. S. R. *Os radicais da República*. Brasília: Brasiliense, 1986.
- RICOEUR. P. *A memória, a história e o esquecimento*. 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

# Ordens do Dia, o discurso fardado

Lincoln de Abreu Penna\*

## Resumo:

As “ordens do dia” retratam um discurso voltado tanto para o público interno, a corporação, quanto para o público externo, a sociedade política. Elaboradas pelos chefes do Exército funcionaram ao longo da República como análises de conjuntura e recomendações aos diversos comandos. O artigo reúne algumas dessas manifestações representativas do papel político do exército na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Ordens do dia – Sociedade política – Exército

## Abstract:

*“Daily orders” portray a speech turned as the domestic audience, the corporation, as for the general public, the political society. Drafted by the heads of the army, ran along the Republic as analysis of situation and recommendations to various commands. The article brings together some of these manifestations that represent the army's political role in Brazilian society.*

**Keywords:** Daily orders – Political society – Army.

## Considerações Iniciais

Este artigo se ocupa de um estudo iniciado em meados da década de oitenta do século próximo passado quando integrava o quadro docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia Aplicada da FGV/RJ. Naquela ocasião, concebi um projeto tendo em vista a proximidade do centenário da Proclamação da República, em 1989, a partir dos pronunciamentos de chefes militares ao longo do período republicano. E o critério de escolha desse material de referência recaiu nas “ordens do dia”, mensagem que diariamente é divulgada pelo comandante em chefe do Exército. Durante muito tempo, pelos ministros da Guerra e, depois, do Exército.

Tomei, em seguida, como referência a data da Proclamação da República, o dia 15 de Novembro, e à luz de uma seleção mais ou menos aleatória, reuni uma série desses pronunciamentos, desde a data de fundação da República até a data do seu

---

\* Professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor do livro *O Golpe na República*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2010 e *O Palácio Pedro Ernesto. A republicanização do espaço público*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

centenário. Claro que, a despeito desse caráter aleatório, alguns critérios foram levados em conta. Dentre eles, resalte-se a distribuição dessas “ordens do dia” pelas diversas conjunturas políticas, de maneira a levar em conta precisamente os ambientes em que tais comunicados foram produzidos.

Em observância a esses critérios, quatro grandes conjunturas foram consideradas, a saber: a conjuntura imediatamente pós-Proclamação, a conjuntura da Segunda República (1930-1964), a do período ditatorial ou autoritário (1964-1985) e, finalmente a da Abertura e Reconstitucionalização do país, tendo como marco a nova Carta Magna de 1988. Mesmo não sendo possível, por diversas razões, reunir um número quantitativamente expressivo desses documentos,<sup>1</sup> relativamente a cada período conjuntural, creio que a simples amostragem permite que as considerações aqui aludidas sejam pertinentes, uma vez que retratam os ambientes nos quais elas, “ordens do dia”, foram concebidas e veiculadas.

Apesar de expressarem a voz do comando do Exército, geralmente em consonância com a do comandante em chefe da força e das demais entidades militares – o presidente da República, por imposição constitucional –, essas manifestações obedecem à visão da corporação sobre questões de natureza essencialmente políticas. Daí a relevância que contém tais comunicados, cuja leitura e reflexão percorrem normalmente toda a cadeia de comandos, dos mais altos postos às mais simples esferas da escala hierárquica. Logo, o seu alcance e as eventuais implicações no contexto da corporação são algo incomensurável, de modo a reforçar ou inibir atitudes e comportamentos orgânicos da instituição militar em todas as unidades aonde elas atinjam.

O Exército tem ocupado um papel saliente na história da República brasileira.<sup>2</sup> Desde a Guerra do Paraguai (1864-1870) até hoje, e passando, obviamente, pela centenária trajetória do regime republicano, os militares dessa Arma das Forças Armadas têm marcado os mais importantes momentos de nossa história. O propósito desse estudo é, como já foi sublinhado, o de acompanhar esse itinerário político e cívico através das ordens do dia, comunicado curto e diário, em que os chefes militares

---

<sup>1</sup> Das cem “ordens do dia” contabilizadas tendo como data de referência o 15 de Novembro, para os limites de um artigo, tive de reproduzir apenas sete, que acredito reflitam significativamente a importância desses documentos.

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

orientam seus comandados, e tornam público o que pensa a corporação sobre o que se passa no país.

Dessas conjunturas serão destacadas as questões orientadoras do comunicado da “ordem do dia”. Parte-se aqui da pressuposição de que os eixos formadores do conteúdo objeto da análise refletem o momento histórico, vale dizer, a situação política e institucional do país. E, assim, o Exército diante desses cenários se situa como corporação profundamente voltada para a sustentação das várias repúblicas que se constituíram ao longo do amplo período abarcado por este estudo.<sup>3</sup> É por essa razão que identificamos as quatro conjunturas aludidas antes.

#### **As conjunturas das Ordens<sup>4</sup>**

Na primeira, é evidente que se trata de uma conjuntura a reunir duas circunstâncias do período. A da consolidação do regime e a da subsequente evolução da república oligárquica, que se impôs em seguida aos dois governos militares, portanto representativa de um momento inicial da construção das instituições republicanas. A segunda define-se nos marcos da república liberal forjada após o término do Estado Novo (1937-1945) e que antecede ao novo golpe, o de 1964. A terceira retrata a presença ostensiva dos militares durante os anos de regime autoritário, e finalmente, a última se situa na república democrática representada pela constituição de 1988, que inaugurou os alicerces da situação na qual se vive atualmente.

É fora de dúvida a absoluta identidade do Exército com a República.<sup>5</sup> O sentido que empresta esta instituição ao funcionamento do regime, desde a sua implantação, tem a ver com a própria trajetória desta força armada. E esta constatação se torna evidente se considerarmos que a sua afirmação como corporação ocorreu em grande parte em função não somente de sua efetiva defesa dos limites soberanos do território brasileiro,

<sup>3</sup> SCHULZ, John. *O exército na política*. São Paulo: EDUSP, 1994.

<sup>4</sup> Das conjunturas republicanas, a que se refere aos governos civis da Primeira República (1894 / 1930) não se encontra contemplada nessa relação de ordens do dia. A razão é que após o movimento de Canudos, resistência sertaneja exterminada em 1897, a presença militar foi episódica, com os jovens turcos e com o tenentismo, já às vésperas da Revolução Liberal de 1930.

<sup>5</sup> MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991; \_\_\_\_\_. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

mas, sobretudo, impulsionada pela ideia de *res publica*, o que lhe conferiu a grande parte desta corporação uma atitude antioligárquica a moldar seu caráter desde então.<sup>6</sup>

Todavia, as circunstâncias políticas influíram de forma determinante para que essa ideia da coisa pública como patrimônio da nacionalidade se apresentasse de maneira distinta ao longo das falas aqui reunidas para dar corpo a este estudo. Assim, ela aparece com variadas adjetivações, a emoldurar os momentos nos quais as intervenções de seus comandantes expressam. Assim, no primeiro bloco de ordens do dia, aquele situado ainda na Primeira República, há dois contextos distintos a considerar. O que acontece imediatamente após a Proclamação da República e o que se situa em fins desse período e na conjuntura dos anos pós 1930. Longa fase em que, a despeito da ruptura provocada pela Revolução Liberal de 1930, houve apenas uma mudança significativa: a que foi encabeçada pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956). Neste momento, a fala da corporação obedece a imperativos da própria corporação, independentemente do grau de comprometimento com os governos que se sucederam.

O republicanismo do Exército até esse momento, de reorientação promovida por Góes Monteiro, era de modo a entender a República como um bem a ser preservado, em decorrência de mandado da nação. E, para torná-lo efetivo e real, a corporação se via na obrigação de preservá-lo, como se fora uma instituição como tantas outras merecedoras do crédito das forças de segurança do país. Essa visão mudou com as falas que se deram a partir da intervenção acima mencionada, quando o Exército deixa de ter um papel na política para se ocupar de “sua” política.<sup>7</sup> O Exército abandona a posição de mero ator coadjuvante, cuja missão era a de zelar pela estabilidade institucional e preservar a unidade nacional, para ser um ator com papel a ser definido por si mesmo, de acordo com sua própria avaliação, situação nova a instigar e provocar reações de todo tipo.

Todo pronunciamento coetâneo de um fato histórico, como o que ocorreu com a primeira ordem do dia assinada, em 1889, por Floriano Peixoto (1836-1895), quando marechal de campo e ajudante geral do Exército, tem sempre um tom comemorativo. Neste sentido, este primeiro documento, produzido ainda sob o fervor de quem

---

<sup>6</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales” In: FAUSTO, Boris (org.) *História da Civilização Brasileira* – III – O Brasil Republicano, 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.

<sup>7</sup> PINTO, Sérgio Murillo Lima da Silva. *Exército e Política. Um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada (1831-1937)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. 2005.



participara do movimento bem-sucedido chegado ao poder, é um documento menos analítico e voltado quase exclusivamente à exaltação. Teve como finalidade levar à tropa, à caserna, enfim, à corporação, o sentimento de quem apostara na solução republicana para o país.<sup>8</sup>

Nesta ordem do dia há um dado que merece destaque. Foi a primeira e única a ser dirigida tanto ao Exército quanto à Marinha, porquanto o posto de ajudante geral, embora exercido por um oficial do Exército tivesse uma representação que não se limitava à corporação verde oliva. Não haveria, talvez, necessidade de se mencionar o nome da Armada (Marinha) senão por um gesto de irmandade a apontar para ambas uma espécie de missão conjunta, a defesa das novas instituições. Mal poderia supor Floriano que aquela mesma Armada se voltaria, em parte, contra ele na denominada Revolta da Armada, que se estendeu de setembro de 1893 a abril de 1894.

De qualquer maneira, a primeira ordem do dia, redigida cinco dias após a Proclamação, foi uma demonstração de afinidade política e ideológica com o regime recém-instalado, ao mesmo tempo em que cultivava a autoestima da corporação, absolutamente destacada como a principal personagem daquele fato de indiscutível importância para a sociedade brasileira, e até de certa compreensão política por parte de Floriano, uma vez que fazia ele referência, ao término do pronunciamento, à República Federativa, que a rigor só seria definida constitucionalmente pelos constituintes um ano depois, a despeito de os militares do Exército, em grande parte, terem sido mais favoráveis ao caráter unitário do regime, em função mesmo da influência positivista.<sup>9</sup>

Como Floriano participara de reuniões com grupos civis, de acordo com as revelações dos seus contemporâneos da campanha republicana,<sup>10</sup> é possível que a antecipação do caráter descentralizado do novo regime tenha sido evocada numa homenagem aos que, juntamente com os militares, fundaram o regime. Esta é, seguramente, a única explicação para essa antevisão, apesar de parecer claro a todos que a tendência seria esta mesma, à revelia, portanto, de eventuais pressões da mocidade militar. Esta era o destacamento mais avançado em defesa do regime da coisa pública e de seu sistema centralizado, mas sua influência era limitada à caserna.

---

<sup>8</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *A República dos Manifestos Militares*. Nelson Werneck Sodré, um intérprete republicano. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

<sup>9</sup> MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Artes Gráficas, 1976.

<sup>10</sup> CORREIA, Inocência Serzedello. *A Verdade histórica sobre o 15 de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

A passagem do trigésimo primeiro aniversário da Proclamação do regime republicano, registro sempre ao gosto das falas dos militares, se dava num cenário de grandes expectativas quanto aos rumos do país. Afinal, o Exército de novo retomava sua inclinação e gosto pela política nacional,<sup>11</sup> e os novos atores sociais e políticos começariam a manifestarem-se numa sociedade até então restrita aos grupos das elites dominantes. Estas, integrantes das classes que exerciam o poder, ainda detinham o mando das iniciativas e, portanto, da República inteiramente avessa ao espírito que a consagraria como um regime da coisa pública e do pleno exercício da cidadania.

Essa situação, no entanto, se modificaria a partir de 1930. A Revolução Liberal de outubro daquele ano, se não emplacou de vez o espírito ou os valores doutrinários republicanos, fez avançar muita coisa nesse sentido. Mudaram em parte as práticas políticas, não obstante a manutenção das velhas, empurradas para os mais distantes grotões, onde o avanço da modernidade política demoraria a chegar. Sobretudo, transformou o Estado em instrumento de modernização,<sup>12</sup> a induzir o crescimento econômico abrindo, assim, novas oportunidades de trabalho às massas populares que se encontravam inteiramente desamparadas, de direito e de fato. Era, por isso, natural que o teor das “ordens do dia” se modificasse a partir da consolidação dessas conquistas urbanas e industriais.

Assim, a ordem do dia do general Henrique Lott (1894-1984) traduz um pouco esse momento. Passada a Segunda Grande Guerra (1939-1945) e tendo sido dado o arranco brasileiro em direção ao desenvolvimento industrial, os anos Cinquenta alimentavam grandes esperanças. Acreditava-se que o país iria resolver os seus problemas estruturais. Muito embora o pronunciamento de Lott, que seria mais adiante candidato presidencial, não tenha necessariamente refletido por inteiro essa expectativa,<sup>13</sup> não se pode deixar de dizer que ele foi bem sintomático. E esta “ordem do dia” foi divulgada entre a crise de 1955, na qual Lott garantiu a posse de Juscelino Kubitschek, e a eleição presidencial de 1960, ganha por seu adversário Jânio Quadros.

É verdade que, nessa “ordem do dia” de Lott, não se encontram os valores da democracia. Faz uma ligeira alusão à República e indiretamente se refere à liberdade,

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

<sup>12</sup> MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil – 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.

<sup>13</sup> WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto. Uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

quando menciona: “À hora presente, em que o Mundo livre enfrenta uma luta permanente, alicerçada em ideologias materialistas”. Era uma clara menção ao comunismo e às formas de sociedades socialistas àquela altura existentes. O espírito da Guerra Fria, sem dúvida presente em seu discurso, explica a associação entre a liberdade não dita com a advertência contida em seu texto. E é curioso que o candidato Lott teve o apoio dos comunistas contra o seu adversário, que não chegava a explicitar qualquer restrição a um eventual apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Em 1962, o general Amaury Krueel (1901-1996), assinava a ordem do dia alusiva à data comemorativa da Proclamação da República. O país vivia um momento de expectativa em face da crise que havia sido provocada pela renúncia de Jânio Quadros no ano anterior e, depois, pelas dificuldades para dar seqüência à ordem institucional, com a assunção ao cargo de presidente do vice João Goulart. A nomeação do general Krueel tinha, então, um sentido de pacificação das suspeições de setores militares em relação a Goulart. Amigo pessoal do novo titular do executivo federal, Krueel seria o responsável por essa relação amistosa entre o novo presidente e os membros das forças armadas, num primeiro momento.

Em sua “ordem do dia”, Krueel ressaltava os valores da liberdade e da democracia associando-as ao povo, soberano em suas decisões. Evocava os ícones do Exército – Caxias e Deodoro da Fonseca –, e acenava para uma harmonia entre os integrantes das diversas instituições. Não chegava a se constituir num discurso para dentro, isto é, dirigido aos seus comandados, mas refletia uma intenção de levar adiante a situação em que se encontrava a presidência – sob o manto protetor, como queriam alguns, do parlamentarismo de ocasião (1961-1963) – com o propósito de ser o garantidor dessa nova e inusitada situação política e institucional. Mas com o retorno ao presidencialismo, após o plebiscito de janeiro de 1963, as tensões foram afastando o grupo que atendia à liderança de Krueel, deslocado que fora para o então II Exército, sediado em São Paulo, já às vésperas do golpe de 1964.

O último pronunciamento de um comandante do Exército antes do golpe foi o do general Jair Dantas Ribeiro (1900-1969). A sua “ordem do dia” referiu-se ao ato da Proclamação e fez um rápido retrospecto da própria história do Brasil, para chegar à ideia que norteava seu pronunciamento ao fazer referência ao desejo popular de ver implantada a República. Talvez fizesse, consciente ou não disso, um paralelo com as teses reformistas do governo a que representava, irmanado que se encontrava com as

ideias do presidente Goulart. E essa analogia ficou mais evidente quando evocou as reformas de tempos anteriores, como as que foram levadas a efeito com a Abolição e a República.

Sabe-se que o general Dantas Ribeiro adoeceu as vésperas dos acontecimentos que resultariam no golpe. Tinha algum prestígio junto aos seus camaradas, mas seu afastamento em virtude da saúde abalada tornou ainda mais acéfalo o comando do Exército. Não se pode garantir se sua permanência à frente do comando dessa arma iria ou não alterar os rumos dos acontecimentos. Creio que não, pois o caráter corporativo falou mais alto e, muito provavelmente, iria arrastar também o general Dantas Ribeiro. Como ocorrera na Marinha, o Exército passaria a sofrer com a saída de seu ministro. Mas, àquela altura, a situação do governo Jango estava praticamente definida nos meios militares golpistas ou já aderentes à solução “cirúrgica”, isto é, a um ato que interrompesse o que muitos já consideravam uma experiência perigosa demais para o país. Essa avaliação de profundo desprezo pelas instituições, movida, estas atitudes, pelo anticomunismo visceral, estimulado grandemente pelo exterior, sobretudo pelos EUA, contagiou até os mais arredios à política.

A primeira “ordem do dia” do regime imposto em 1964 foi assinada pelo general Arthur da Costa e Silva (1889-1969), como ministro da Guerra (1964-1967) do presidente eleito indiretamente general Humberto Castello Branco (1964-1967). É curioso que, nesta comunicação, o ministro e futuro presidente associava o advento da República a uma determinação, à vontade que se impusera e com isso fizera surgir o novo regime. Como curioso também são de se notar as sucessivas referências, que serão realmente constantes, ao nome de Floriano Peixoto. Nesta “ordem do dia”, seu nome é evocado como “chefe tranquilo, enérgico e seguro”, como a dizer que seria esta a postura que, como comandante do Exército, Costa e Silva levaria adiante. Se foi seu propósito fazer de Floriano o seu modelo, esqueceu-se de que o “Marechal de Ferro”, apesar de enérgico, sim, não usurpou das normas constitucionais<sup>14</sup> e, mesmo pressionado por seus comandados, entregou ao seu legítimo sucessor a faixa presidencial. Costa e Silva, ainda que a contragosto, segundo alguns, assinou, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n. 5 (AI-5) – que agravou substancialmente o

---

<sup>14</sup> Apesar da divergência quanto à interpretação do artigo 42 artigo da Constituição de 1891, Floriano acabou sucedendo a Deodoro, que não cumprira a metade do mandato. Este fato gerou descontentamentos e a Revolta da Armada.

caráter ditatorial do regime imposto em 1964 – e, neste momento, negou definitivamente as virtudes que dizia ver em seu modelo de comandante.

Naqueles tempos, essa preocupação com a legalidade acompanhou os primeiros momentos do regime de exceção. O calendário eleitoral foi atropelado, com a supressão das eleições presidenciais e as listas de cassações políticas e ideológicas havidas desde a implantação do primeiro dos atos institucionais, mas gerou-se a Carta de 1967. Encomendada, foi submetida a um Legislativo dócil às determinações do regime, não obstante reações de parlamentares dignos de nota, mas impotentes diante do rolo compressor da ditadura que se impunha à revelia das vozes mais sensatas, mas já desiludidas com o rumo tomado pelo movimento que derrubara Goulart do governo.

Após o AI-5, a situação era de absoluta restrição das liberdades democráticas. Foi nesse contexto que o general Orlando Geisel (1905-1979), em 1969, pronunciou a sua “ordem do dia”, em clima de extrema tensão. Afinal, aproximava-se o primeiro ano da edição do AI-5, e a ação sistemática dos chamados órgãos da comunidade de segurança se fazia à revelia das chefias, dos comandos, enfim, da hierarquia das forças armadas, que também em momento algum contestou tais atos. Havia, na ocasião, a firme convicção de que a sobrevivência da nova ordem passava pela mais dura e enérgica atitude frente aos seus inimigos internos. Desenhava-se o que mais adiante se chamaria de “guerra suja”, de modo a justificar as ações terroristas do Estado em face das de mesmo teor dos que combatiam a ordem instituída, na avaliação de seus ideólogos.

Foi, na verdade, a primeira “ordem do dia” a fazer explicitamente menção aos opositores que haviam aderido ao combate direto e armado contra o regime. Começaria durante este comando a luta incessante contra o que se denominou oficialmente de terror, de terroristas, não mais aqueles subversivos de ontem, mas de supostos agentes que tinham obcecadamente a ideia de liquidar com a “Revolução Democrática de 31 de Março de 1964”, na pomposa definição dos responsáveis por essas ações “antiterror”. O trecho abaixo é bem representativo nesse sentido:

A união das Forças Armadas com o povo, nestes últimos cinco anos, tem sido o obstáculo intransponível contra as investidas do adversário em nosso país. E há de fortalecer-se na medida em que o inimigo se avilta nos processos desumanos de ação, no crime, no terrorismo, no sequestro, no assalto ao patrimônio público e privado e no sacrifício inútil de preciosas vidas.

Não é também desconhecido o processo de disputa interna entre as facções militares abertas, de forma mais ostensiva, ainda que internamente, com a ascensão do general Ernesto Geisel (1907-1996) ao governo do país (1974-1979). Fora de grande importância, por isso mesmo, a presença de seu irmão à frente do comando do Exército nos tempos do exercício presidencial (1969-1974), do general Emílio Médici (1905-1985), quinquênio que marcou definitivamente a repressão nos próprios estabelecimentos das Forças Armadas, como sempre se fizera até então nas dependências dos órgãos policiais civis e militares. Estruturou-se, à época, a OBAN,<sup>15</sup> que daria origem ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna DOI-CODI.

O general Orlando Geisel ainda responderia pelo comando do Exército nas “ordens do dia” dos anos seguintes. Ele foi mantido durante o período de governo de Médici, por um acordo que com o tempo aprofundaria mais intensamente a divisão entre duros repressores e repressores mais brandos. Manteve nos seus pronunciamentos dos anos de 1971 e 1972 os mesmos propósitos, centrados na advertência – que para a comunidade interna tinha destinatário, os agentes da repressão – e, para o público externo suas palavras visavam isolar os “bolsões” mais radicais contra o regime.

Na “ordem do dia” de 1972, o general Orlando Geisel evocou a fraternidade corporativa, num momento em que se esgarçava, pela insânia dos mais brancos operadores do regime, a política de combate sem trégua à oposição mais aguerrida. A luta armada promovida por algumas tendências políticas da esquerda brasileira se encontrava em situação delicada em face das inúmeras perdas de combatentes e principais dirigentes. Para o general chegara a hora de reagrupar as forças da ordem. E seu sinal é claro nesta passagem: “Ímune a interesses de grupos ou facções e sempre fiel à sua destinação primeira, o Exército se espalha e marca sua presença em todo o território, ensinando e instruindo homens dos mais variados níveis sociais e sentindo de perto os problemas das diversas regiões”.

O papel de força da ordem terminava diante das avaliações que fazia, a despeito dos acontecimentos que ainda se registravam na região do Araguaia, no Bico do

---

<sup>15</sup> A Operação Bandeirantes (OBAN) foi uma iniciativa de empresários afinados com o regime. Essa ação conjunta foi concebida em fins de 1969 com o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda e desencadeada a partir de 1970, e contava com o financiamento de atividades paralelas as do Estado, com vistas a liquidar com os inimigos internos do regime.



Papagaio,<sup>16</sup> no qual o partido Comunista do Brasil (PC do B) desenvolvia uma guerrilha rural. Daí a chamada para que os militares de sua corporação, o Exército, voltassem ou começassem a dar atenção a tarefas práticas de uma nacionalidade dispersa no imenso território. Assim, “os interesses de grupos ou facções” deveriam ter um ponto final. Mas este ponto final só aconteceria com o outro Geisel, e, mesmo assim, com sequelas não superadas por inteiro.

“Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio”. Esta mensagem do general José Luís Coelho Neto, autor da Ordem do Dia dos 90 Anos de Proclamação da República, em 1979 foi, senão a última a mencionar a questão da unidade e da disciplina hierárquica, que já vinha sendo objeto das mensagens anteriores do general Orlando Geisel. Coelho Neto era um oficial da “facção dura”, ideologicamente falando, mas compreendia a importância do binômio disciplina e hierarquia, razão pela qual incluiu em seu texto alusivo à data essa singela, porém oportuna mensagem aos seus companheiros de arma e subordinados hierárquicos.

Nesse ano havia prosperado o projeto da distensão “lenta, gradual e segura” do presidente Geisel, em fins de governo. Em agosto de 1979 tinha sido promulgada a Lei da Anistia, que não fora tão abrangente seguindo a toada dos termos que a embalsamaram ao longo do movimento em prol da medida, com os famosos dizeres: “ampla, geral e irrestrita”, já que excluiu do benefício os acusados de “crimes de sangue”, mas que acabou permitindo que se beneficiassem também os torturadores contumazes dos aparelhos repressivos do Estado. Não obstante, essa tinha sido a abertura possível naquele momento, e com base nela se transitou para o Estado democrático de direito, que viria a ser consagrado pela Constituição de 1988, a mais popular e democrática das cartas magnas do país.<sup>17</sup>

Após a promulgação da Constituição de 1988, ato solene e sessão simbolizada pelas palavras do presidente do Congresso Nacional, deputado Ulisses Guimarães, ao proclamar que tinha “nojo da ditadura”, estava, para alguns analistas, encerrado o ciclo ditatorial. Mas, o presidente José Sarney (1985-1989), que tinha como ministro do Exército o general Leônidas Pires Gonçalves, não contava com ele para pôr de lado o regime que acabara de ser superado. A “ordem do dia” do general abraçava ainda o

---

<sup>16</sup> Região situada, na época, entre os estados de Goiás (hoje Tocantins), Pará e Maranhão, e escolhida para o centro das atividades de recrutamento e organização da guerrilha do PCdoB.

<sup>17</sup> CERQUEIRA, Marcello. *A Constituição na História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



legado do regime dito militar, que, na verdade, foi civil e militar, posto que a participação empresarial foi decisiva para a manutenção daqueles governos autoritários. Disse, então, o general em sua mensagem centenária da Proclamação, depois de um pedagógico exercício de reconstituição dos fatos mais relevantes para o Exército:

Hoje, quando são comemorados os 100 anos da Proclamação da República – com a nação vivendo um clima de normalidade democrática – o Exército, com justo orgulho, regozija-se de sua participação decisiva não só no histórico episódio, como também em acontecimentos posteriores – como a revolução democrática de 1964 – que, impedindo o País de resvalar no caos e no extremismo, concorreram para a consolidação das Instituições Brasileiras.

De resto, as ordens do dia sintetizam as visões dos militares do Exército sobre os cenários políticos do país e do mundo. São como pontos de vistas tornados públicos de modo a cumprir a função de ator político da ordem institucional, nem sempre em absoluta consonância com os governos instituídos.<sup>18</sup> Nas crises por que passou a República, as ordens do dia representaram os famosos recados de que falava o jornalista Carlos Castello Branco, em sua coluna do *Jornal do Brasil*, coluna sempre aguardada com muito interesse por seus leitores, sobretudo os políticos com mandatos sujeitos às intempéries da alta hierarquia militar.<sup>19</sup>

Nas crises políticas e institucionais e, sobretudo, nos períodos de exceção, tais como os das ditaduras, esses recados ou falas da ordem expressas pelas ordens do dia ganham relevância e certa importância, uma vez que os militares se tornaram fiéis escudeiros desses regimes típicos de restrições às liberdades públicas. Todavia, essa importância das “ordens do dia”, simplesmente desaparece nos períodos de prevalência das instituições democráticas, nas quais preponderam as normas constitucionais pautadas pelas convenções clássicas do Estado de direito. É por essa razão que, ao inventariar esse conjunto de manifestações não se deve esquecer dos momentos, das conjunturas, enfim, dos períodos que emprestaram a esses pronunciamentos características próprias. Assim, tanto quanto tomar ciência das “ordens do dia”, torna-se relevante conhecer os dias, meses e anos em que elas foram elaboradas e difundidas junto à corporação militar.

---

<sup>18</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

<sup>19</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no Poder*, vol. II – O baile das solteironas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

**Ordens do Dia:**

*Ordem do Dia à Guarnição da Capital*

Quartel-General do exército, 20 de Novembro de 1889.

Exultando do mais vivo contentamento, cumpro hoje o dever de levar ao conhecimento do bravo exército brasileiro que, desde o dia 15 do mês andante, acha-se o torrão sagrado da pátria sob a forma Republicana Federativa.

Meu contentamento é tanto maior quanto com brilho que jamais se apagará das páginas da história de todo o mundo, ficou patente que ao exército e armada brasileira, cujo patriotismo tantas vezes provou-se nos campos de batalha em meio das lutas mais renhidas em defesa da honra da nação – e ao povo se deve não só o êxito da empresa, como também a maneira altamente digna e honrosa por ele foi alcançada.

E mais uma data gloriosa para aqueles que pagam o pesadíssimo tributo de sangue.

Ao 7 de Setembro de 1822 juntou-se o 13 de Maio de 1888, que quebrou os grilhões que por três séculos arroxearam o pulso de uma raça; ao 13 de Maio, que foi uma aurora, seguiu-se o 15 de Novembro de 1889, data sacratíssima porque aos pósteros relembrará o advento da inteira liberdade de um povo que a natureza opulentará com tudo quanto de grande havia em seus escrínios.

Cheio, pois, de vivíssimo entusiasmo, saúdo o Exército e louvo a maneira digna por que se houve nesses dias em que mais necessária era a correção de sua conduta, a prova inconcussa da sua disciplina que se deve manter a mesma e sempre ao serviço da causa santa da pátria, que deve ser o objeto do nosso ardente culto.

Viva a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

Viva o Governo Provisório!

Viva a armada!

Viva o exército!

Floriano Peixoto, marechal de campo.

*Ordem do Dia*

*Proclamação da República*

Em 15 de Novembro de 1958

Completando uma fase de sua evolução histórica, adotou o Povo brasileiro o regime republicano, em substituição à forma monárquica, que orientava os seus destinos, desde os primórdios de sua formação até quase o fim das sete primeiras décadas de sua vida independente.

O sentimento de governo “do povo pelo povo” foi uma constante aspiração dos brasileiros, várias vezes confirmadas nos diferentes pronunciamentos em favor da independência da pátria, que precederam à definitiva separação da antiga metrópole.

Impregnados das ideias de liberdade, favorecidas pela vastidão do ambiente geográfico em que viviam e, mais tarde, robustecidas pelo conhecimento da evolução de outros povos, os brasileiros, muito cedo, adquiriram a consciência de que o regime democrático é o que mais condiz com a natureza digna da personalidade humana. Razões políticas sobejamente explicadas pela filosofia da história, e sabiamente exploradas pelos estadistas de então, levaram o Brasil a se fazer uma sociedade independente sob a égide de um cetro imperial que, harmônico com o pensamento dominante do povo, assegurou a integridade territorial e desenvolveu ambiente propício à prática da vida democrática. Por isso foi possível a evolução lógica e natural da nossa história política, que se processou sem maiores sobressaltos, que viessem perturbar profundamente a vida da nacionalidade.

Temos sido fiéis à nossa origem e à nossa tradição histórica porque temos sabido evoluir dirigindo os acontecimentos com o poder da razão e a força do patriotismo.

Quando Benjamin Constant e Deodoro, Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa e tantos outros insignes patriotas julgaram oportuna a implantação do regime republicano, convencidos estavam de que o povo, longamente motivado por pertinaz doutrinação, era capaz de exercer o seu próprio governo. E não se equivocaram, porque o sentimento democrático é característica relevante da própria personalidade de nosso povo.

É certo que temos sofrido crises, mas não é menos verdadeiro que a todas elas temos sabido superar, porque orientados pela sinceridade aos princípios que formam a consciência nacional: amor à Pátria e respeito à pessoa humana.

O Exército, que abriga elementos de todas as classes e de todas as regiões do País, vive com o seu povo cujos anseios nele se refletem. Como organização que destinada à defesa das suas instituições e de integridade pátria, tem de ser fiel aos seus altos interesses e por isso se mantém vigilante para bem cumprir os mandamentos da soberania popular, consubstanciados nas normas legais, que presidem os nossos destinos.

Fidelidade à Pátria e subordinação à sua Lei são os princípios orientadores de nossas ações.

Saibamos segui-los, soldados do Exército, porque, assim, seremos dignos dos nossos concidadãos e serviremos o Brasil.

(a) Mar. Henrique Lott

Ministro da Guerra

### *Ordem do Dia*

1962

### *Proclamação da República*

15 de Novembro

A implantação do regime republicano no Brasil, a 15 de novembro de 1889, foi uma natural consequência do sentimento democrático do povo brasileiro.

Plasmando o seu caráter sob a influência permanente e poderosa de uma miscigenação perfeita, porque sem preconceitos raciais, em ambiente geográfico cuja amplidão estimula o livre empreendimento e enseja espontâneo sentimento de liberdade, e permanecendo fiel aos sentimentos cristãos, o brasileiro adquiriu, como traço predominante de sua personalidade, o respeito a si mesmo e aos seus semelhantes. E isto é fundamento da ideia democrática.

Nascido sob a égide de regime monárquico que, praticado de maneira atenuada, sob a forma representativa, lhe orientou os primeiros passos de nação independente, cuja unidade e integridade ajudou a consolidar, não conheceu o Brasil o jugo do déspota, que olvidasse os anseios do povo, que o suportaria.

A evolução natural das ideias, que se desenvolviam e se consolidavam concomitantemente com o progresso do país, conduziu o pensamento da maioria à convicção de que era oportuno estabelecer o regime político correspondente à verdadeira inclinação do povo brasileiro: regime criado e mantido pelo povo e para o povo.

Dessa maneira, a ideia republicana, que mesmo antes da Independência já contava com numerosos e distinguidos prosélitos, ganhando força e vitalidade, levantou-se e cresceu em todas as dimensões, conquistando novos adeptos e penetrando na alma do próprio povo.

Parcela integrante deste mesmo povo, com o qual por isso mesmo se confunde, as Forças Armadas são sempre sensíveis ao seu palpar e com ele participam de anseios idênticos.

Isto explica a ação das Forças Armadas de 89. Vindo ao encontro da vontade popular, assumiram a árdua responsabilidade de, em nome da Nação, inaugurar novo regime, no qual tiveram guarida as mais amplas liberdades, com o primado do princípio de respeito à dignidade humana.

Ao evocar esse acontecimento, do mais alto significado para a vida da nacionalidade, surge, inconfundível e majestosa, sublime e heróica, na magnitude do seu patriotismo e na simplicidade de sua desambição pessoal, a figura impoluta e grandiosa de DEODORO.

Indiferente aos reclamos da própria saúde, profundamente abalada, alheio aos apelos de merecido repouso, teve força bastante para vencer a própria modéstia e, impulsionado pelo mais ardente patriotismo, já tantas vezes comprovado, inclusive nos campos de batalha, empenhou a autoridade do seu nome e o prestígio de que, indiscutivelmente, gozava no seio de sua classe para dar à Pátria o regime que esta desejava, sem perturbar as atividades normais e sem macular a vitória com a mancha de guerra fratricida.

Setenta e três anos são decorridos e, neste período, têm os brasileiros se mantido fiéis aos princípios que deram origem ao histórico 15 de novembro de 1889. É que esses princípios, que têm por base a pessoa humana, constituem orientação permanente de conduta do povo brasileiro.

Liberdade com dignidade e ambiente no qual todos possam viver, trabalhar, produzir, amar a Deus e organizar a Família, e expressar seus pensamentos, tendo como único limite igual direitos dos semelhantes, representam as preocupações sempre presentes à mente do povo brasileiro.

Nesta data, reafirmemos nós, que integramos o Exército de CAXIAS e de DEODORO, inteira fidelidade ao nosso povo, que confia, sejamos nós intransigentes defensores de suas liberdades, de sua dignidade e do seu progresso, dentro da ordem e do respeito à lei e à autoridade. E o seremos porque, como esse povo, acreditamos que o Brasil há de seguir caminho reto para um porvir de paz e de progresso, sob a égide da democracia, único regime condizente com a dignidade humana.

Gal. Div. Amaury Krueel

### *Ordem do Dia*

1965

#### *Proclamação da República*

Assinala o 15 de novembro de 1889 a Proclamação da República. O Império, em declínio, mostrava-se cada vez menos capaz de resolver os graves problemas internos que assoberbavam a Nação ao final do século XIX. A vontade de renovação contida no ideal republicano ganhava corpo. O Exército, associando-se aos mais legítimos sentimentos nacionais, não poderia manter-se à margem da História. Na fase da propaganda, o verbo ardente de Benjamin Constant inflamou a mocidade militar, preparando o terreno, na derrubada do Trono a figura varonil de Deodoro, empolgando a tropa, decidiu os acontecimentos, a consolidação do novo regime teve seu baluarte em Floriano – figura singular de chefe tranquilo, enérgico, seguro.

Esta intervenção oportuna, para o aperfeiçoamento das instituições, processou-se nos moldes que, ainda hoje, caracterizam o papel moderador desempenhado pelas Forças Armadas nos momentos de crise. O desprendimento, a honestidade de propósitos, o patriotismo têm sido penhores seguros de que esse poder moderador se exerceu e se exercerá, sempre, em benefício exclusivo da Pátria e não será jamais, a expressão de um militarismo ambicioso ou do favorecimento a facções políticas, em detrimento do povo.

Ao cultuarmos hoje a memória ilustre dos varões que nos legaram a República, sentimo-nos orgulhosos de não haver falhado aos seus ideais e de continuar lutando pela defesa e pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas que constituem o mais precioso patrimônio do Exército.

Gen – Ex – Artur da Costa e Silva

Ministro da Guerra

*Ordem do Dia*

1970

15 de Novembro

Neste dia de 1889, completava-se um ciclo importante de nossa formação política. Chegava ao fim a Monarquia, nascia a República. Tomavam forma definitiva os ideais acalentados sofridamente por tantos brasileiros, durante mais de um século.

Amortecendo o impacto das lutas libertárias que sacudiram e malferiram os povos hispano-americanos, o Império fora no Brasil a transição menos brusca, o caminho menos cruento para a completa estruturação da nacionalidade, em harmonia com o espírito liberal e o caráter pacífico que o caldeamento entre lusos, indígenas e africanos forjou no homem brasileiro. Original em seu processo, o País proclamava a República mais tarde que suas irmãs no continente, mas a via monárquica o poupava de muitos tropeços e que o lavaria uma abrupta e completa reformulação de poderes e instituições.

Chegou a República, por evolução natural e quando a Monarquia já cumprira seu papel unificador, pela mão de figuras entre as quais se agiganta a de Caxias, o Pacificador. Porque cristalizava anseios da maioria, afirmou-se sem sangue e assim pode crescer e aperfeiçoar-se. E porque era chegada sua hora, teve do Exército a contribuição decisiva, na proclamação como no período difícil da consolidação. A espada de Deodoro, refulgindo ao sol que iluminava o nascer de nova era, tinha a sustentá-la, mais do que o braço do intrépido Marechal, a força inspiradora da vontade nacional, consubstanciada na pregação infatigável de Benjamin Constant e, logo adiante, na férrea determinação de Floriano Peixoto.

Meus camaradas!



A História nos ensina que os brasileiros repugnam soluções violentas, que aqui não vingam interesses de minorias, nem se processarão transformações no arrepio de nossa índole ordeira e de nossa formação cristã, sejam quais forem as mudanças que, agora como no passado, a nossa volta ocorreram.

Comemoramos hoje a Proclamação e celebramos também o regime republicano, federativo, democrático. É hora de exaltá-lo, mas não nos bastem as galas e os lazes das datas festivas. Faz-se propícia a reflexão, que aviva a consciência do que representa e renova a disposição de preservá-lo, fortalecendo os instrumentos que o vão defender.

Presente e atuante naquele como em todos os momentos da vida cívica do País, o Exército de ontem deixou-nos exemplo de sua interferência moderadora, a ensinar-nos a imparcialidade que infunde confiança, a responsabilidade que não teme decidir, a dedicação que se sobrepõe ao interesse pessoal, o equilíbrio que gera o respeito no exercício da autoridade.

Guardiões das instituições e defensores do regime, festejamos hoje a herança de nossos avós, que havemos de legar intacta aos descendentes. Para que a não desfigurem doutrinas totalitárias qual a comunista, nem ocorra a diluição dos princípios morais ou maltrate a sanha da violência e do terror, seja nosso melhor escudo o próprio Exército profissional, voltado para a instrução e a atividade essencialmente militar, e todo feito do integral e disciplinado devotamento de cada um de nós.

Orlando Geisel

Ministro do Exército

*Ordem do Dia*

1979

*Brasil – 90 Anos de República*

Honra a Deus amando a Pátria sobre todas as cousas por nô-la haver ele dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor do céu e de beleza e fortuna na terra.

Considera a Bandeira como a imagem viva da Pátria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com todas as forças do teu coração.

Honra a Pátria no passado, sobre os túmulos dos heróis; glorifica-a no presente, com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o futuro, com a dedicação, que é a força da fé.

Instrui-te para que possas andar por teu passo na vida e transmite aos teus filhos a instrução que é dote que não se gasta, direito que não perde, liberdade que não se limita.

Pugna pelos direitos que te confere a lei, perpetuando-a em todos os seus princípios, porque da obediência que se lhe presta, resulta a ordem, que é a força suave que mantém os homens em harmonia.

Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio. Quando sentires o tentador, refugia-te no trabalho, como quem se defende do demônio na fortaleza do altar.

Previne-te na mocidade, economizando para a velhice, que assim prepararás de dia a lâmpada que te há de iluminar a noite.

Acolhe o hóspede com agasalho oferecendo-lhe a terra, a água e o fogo, sempre, porém, como o senhor da casa, nem com arrogância que o afronte, nem com submissão que te humilhe, mas serenamente sobranceiro.

Ouve aos teus, que têm interesse no que lhes é próprio, reservando-te com os de fora. Quem sussurra segredos é porque não pode falar alto, e as palavras cochichadas na treva são rebuços de ideias que se não ousam manifestar ao sol.

Ama a terra em que nasceste e à qual reverterás na morte. Porque por ela fizestes por ti mesmo farás, que és terra e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem.

(Mandamentos cívicos - Coelho Neto)

*Ordem do Dia*

1989

*100 Anos de República*

O Exército e o ideal republicano.

A Origem.

É possível materializar, no tempo e no espaço, a origem de um fato histórico?

No caso da participação do Exército Brasileiro nos episódios que culminaram na Proclamação da República, sim: tudo começou nos anos que se seguiram à Guerra da Tríplice Aliança.

O Exército Imperial, coberto de glórias no regresso do maior conflito continental do século, via-se, pouco a pouco, relegado, esquecido e desprestigiado, a par do crescimento e desenvolvimento da Nação.

Diminuía sua eficiência no cumprimento das obrigações constitucionais e, lentamente, um movimento de reação o afastava do Governo Imperial.

Os jovens oficiais e seu grande mestre.

Por outro lado, a desilusão e a mágoa que se abatiam sobre os velhos chefes – outrora esteios tradicionais do Trono – impregnava também a mocidade militar.

Estava aí o terreno propício para a inoculação dos ideais republicanos na mente dos jovens chefes do futuro – trabalho desenvolvido com maestria por uma insigne geração de professores, onde pontificou Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um oficial engenheiro militar, docente de matemática, mas, acima de tudo, um mestre do civismo.

Homem de princípios morais acendrados e dotado de enorme capacidade de persuasão, obteve, sem perder sua proverbial humildade, uma enorme consagração por parte das gerações de oficiais, aos quais influenciou decisivamente.

Adepto do positivismo de Augusto Comte, Benjamin ainda tem o mérito de haver abrandado as ortodoxas ideias republicanas do filósofo francês, tornando-as mais consentâneas com a realidade brasileira.

Interpretando os sentimentos da população.

Na década de 80 do século passado, fervilhavam, no seio da população, as polêmicas sobre a abolição da escravatura e a substituição do regime monárquico.

E o Exército comungava dos mesmos sentimentos.

Era pela libertação dos escravos, nódoa profunda que manchava a nacionalidade. Passou a recusar-se a capturar escravos fugidos.

Pugnava pela República, pelo respeito aos interesses da coletividade, pelo trato mais sério da causa pública, pela queda dos privilégios, pela descentralização administrativa e pelas liberdades civis.

A Questão Militar.

Este posicionamento, evidentemente, acabou gerando um clima de animosidade entre a Instituição Militar e o poder civil, gerado pelo choque de interesses opostos.

E assim, questões que poderiam, sob outro clima, ser consideradas rotineiras, acabaram por atingir um caráter de injúria a toda uma coletividade.

Foi o que ocorreu, no período de 1883/1887, com os três episódios principais e outros de menor vulto que compuseram a chamada “Questão Militar” – que teve por saldo, além de um rude golpe na autoridade do Império, o afastamento do Trono de grandes chefes militares, antes seus fiéis apologistas.

A adesão de Deodoro.

Ferido com os desdobramentos da “Questão Militar”, mas ainda fiel ao Imperador, Deodoro só aderiu ao movimento, há muito em curso, depois que se certificou de que ali estava a melhor opção do país.

Acabou concordando com Benjamin Constant: estava encerrado um ciclo. O Império cumprira sua missão de consolidar a independência e conservar a unidade da jovem Nação, mas agora, seu sistema e suas instituições políticas tinham-se tornado arcaicos, desaparelhados para acompanhar a modernização que atingira, sobretudo, a economia.

A adesão de Deodoro era fundamental, tratava-se do militar mais conceituado e acatado junto à tropa, de vez que a ação de Benjamin Constant sempre esteve restrita, praticamente, à Escola Militar.

#### A Proclamação da República.

Amanhece. De São Cristóvão, parte a coluna revolucionária, conduzindo Benjamin Constant e jovens republicanos. Na altura do Gasômetro, Deodoro da Fonseca assume o comando.

Vãs seriam as tentativas de defesa engendradas pelo Império.

Em movimento de pinça, forças republicanas atingem o campo da Aclamação. Tropas até então fiéis às ordens governamentais, aderem ao movimento. Os cadetes logram atingir aquele local decisivo.

Deodoro proclama a República. Um novo capítulo é aberto nas páginas da história do Brasil.

#### O Exército na História do Brasil.

Hoje, quando são comemorados os 100 anos da Proclamação da República – com a nação vivendo um clima de normalidade democrática – o Exército, com justo orgulho, regozija-se de sua participação decisiva não só no histórico episódio, como também em acontecimentos posteriores – como a revolução democrática de 1964 – que, impedindo o País de resvalar no caos e no extremismo, concorreram para a consolidação das Instituições Brasileiras.

Presença decisiva na Proclamação da República brasileira, o Exército orgulha-se de permanecer, 100 anos depois, fiel às suas tradições de corporação genuinamente brasileira, sempre interpretando os sentimentos da população e, acima de tudo, atento à sua distinção constitucional.

Nesta data, que também assinala o início do processo de escolha do novo mandatário da Nação, pelo voto direto, o Exército Brasileiro associa-se às manifestações de júbilo de todos os segmentos da nossa Sociedade, nesta festa cívica

que entrelaça, a um tempo, o transcendental fato histórico e o presente pleno de esperança.

O centenário acontecimento como que empresta parte de sua perenidade ao importante evento que se desenvolve no dia de hoje. Esta feliz coincidência de datas também faz com que, em contrapartida, as eleições de agora ajudem a marcar, para as gerações atuais, uma História que nunca deverá ser esquecida.

General Leônidas Pires Gonçalves

### **Considerações Finais**

Como é possível perceber, independentemente das conjunturas a retratarem os diversos momentos registrados neste artigo, existe uma linguagem padrão, convencional, rigorosamente concisa, de modo a revelar um envolvimento contido da corporação representada pelos seus comandantes. Todavia, essa característica não consegue contornar a realidade dos fatos e as atitudes que tais comandantes expressaram através de suas ordens do dia. É esta impossibilidade de driblar uma dada situação política e institucional que faz do historiador, que se ocupa da história política, um intérprete de seu tempo, seja ele o tempo de seu objeto de investigação ou de seu próprio tempo, isto é, o da construção de um discurso histórico.

As ordens do dia não são representações capazes de revelarem as imbricadas relações dessa instituição total que são as forças armadas e a sociedade, mas ajudam a quem delas se propuser a analisar pistas das mais significativas, dado que a sua elaboração é um trabalho de cuidadosa arquitetura de palavras, colocadas de tal forma que não deixem seus comandantes à mercê de eventuais cobranças dos membros dessa instituição, principalmente num país no qual sua presença ainda é extremamente influente e penetrante nas áreas de decisão política.

### **Referências bibliográficas:**

CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales”  
In: FAUSTO, Boris (org.) *História da Civilização Brasileira* – III – O Brasil Republicano, 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.

- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no Poder*, vol. II – O baile das solteironas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- CERQUEIRA, Marcello. *A Constituição na História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- CORREIA, Inocêncio Serzedello. *A Verdade histórica sobre o 15 de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil – 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Artes Gráficas, 1976.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papyrus, 1987.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *A República dos Manifestos Militares. Nelson Werneck Sodré, um intérprete republicano*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.
- PINTO, Sérgio Murilo de Souza. “A Doutrina Góis: síntese do pensamento militar do Estado Novo”. In: PANDOLFI (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SCHULZ, John. *O exército na política*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- WILLIAMS, Wagner. *O soldado absoluto. Uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.



# O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969)\*

Jaime Valim Mansan\*\*

## Resumo:

Neste artigo são discutidos os principais resultados de uma análise histórica do Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante o período compreendido entre princípios de 1967 e fins de 1969, correspondente à gestão Tarso Dutra. Mudanças significativas na estrutura do MEC foram implementadas em 1967, no bojo de transformações mais amplas feitas nos ministérios civis no início da presidência do general Artur da Costa e Silva (1967-1969). Essas mudanças marcaram o modo de ação do referido ministério quanto às estratégias de controle do campo do ensino superior. Em 1969, com as transformações políticas iniciadas com o adocimento de Costa e Silva, houve uma inflexão no padrão de ação do MEC, permanecendo inalterados, contudo, os fundamentos desse modo de controle.

**Palavras-chave:** controle do campo do ensino superior, coerção e consenso, Ditadura civil-militar.

## Abstract:

*In this article, we discuss the main results of a historical analysis about Education and Culture Ministry (MEC, in Portuguese) between early 1967 and late 1969 (Tarso Dutra's administration). Several changes in MEC structure were consummate in 1967, as a part of larger changes occurred in civil ministries at the beginning of Artur da Costa e Silva presidency. These changes stamped MEC action mode in what concerns to the strategies used for the control of higher education field. In 1969, with the political transformations started by Costa e Silva ill, an inflection in MEC action standards took place. However, the foundations of this control mode remained unchanged.*

**Keywords:** *control of higher education field, coercion and consensus, Civil-military dictatorship.*

---

\* Este artigo é uma adaptação do cap. 5 da dissertação de mestrado intitulada *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*, defendida e aprovada em 2009 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

\*\* Doutorando em História na PUCRS, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e orientação do Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira. Mestre em História pela PUCRS (2009), licenciado em História (2006) e licenciando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: jaimemansan@gmail.com.

Este artigo trata do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de princípios de 1967 a fins de 1969, período correspondente à gestão de Tarso de Moraes Dutra. Buscou-se analisar algumas funções de controle exercidas diretamente pelo MEC no período mencionado, particularmente aquelas realizadas via vigilância e punição. O ministério contava com amplo apoio do aparato repressivo, tanto no plano da informação quanto no da punição, e precisava do aval do presidente da República para a aplicação de medidas punitivas. Mesmo assim, o MEC atuou diretamente, em ambas as funções mencionadas, sobre suas áreas de influência na sociedade civil, incluídas aí as universidades brasileiras. O referido Ministério não constituía nisso uma exceção, já que, ao que parece, a maioria dos ministérios civis e militares atuou assim, ainda que com certas peculiaridades em alguns casos.

### **O MEC antes de Tarso Dutra**

O MEC, como se sabe, foi criado em 14 de novembro de 1930, através do Decreto nº 19.402, com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Desde então, passou por várias mudanças. Em 1953, com a criação do Ministério da Saúde (Lei nº 1.920, de 25 de julho), deixou de responder por essa área, passando a denominar-se Ministério da Educação e Cultura.

Após o Golpe de 1964, assumiu o MEC o então reitor da Universidade de São Paulo (USP), Luís Antônio da Gama e Silva, que permaneceu na função apenas de 6 a 15 de abril de 1964, quando retornou à reitoria da universidade paulista.<sup>1</sup> Foi substituído no MEC pelo então reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Flávio Suplicy de Lacerda, que teve pronunciada atuação ainda no final de 1964, destacando-se a

---

<sup>1</sup> Gama e Silva foi reitor da USP de 1963 a 1966. Foi nomeado ministro da Justiça em 4 de abril de 1964 e, cumulativamente, ministro da Educação e Cultura no dia 6, deixando ambas as funções em 15 de abril de 1964 para retornar ao cargo de Reitor da USP, onde coordenou os trabalhos da Comissão Especial de Investigação Sumária. Posteriormente, foi ministro da Justiça, de 15 de março de 1967 a 30 de outubro de 1969. Compôs, com Rondon Pacheco (chefe do Gabinete Civil da Presidência da República) e Tarso Dutra, a comissão formada para realizar a revisão final do texto do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), cuja promulgação anunciou formalmente, em 13 de dezembro de 1968. Além disso, assinou, juntamente com outros membros do grupo no poder, vários decretos expurgatórios. BRASIL. Galeria de Ministros. *Ministro Luís Antônio da Gama e Silva* [s/d]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 21 jan. 2008; BRASIL. Ministério da Justiça. *Ministros de Estado da Justiça* [s/d]. Disponível em <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em 21 jan. 2008.

imposição da Lei nº 4.464/64, conhecida como “Lei Suplicy”.<sup>2</sup> Após o ex-reitor da universidade paranaense deixar o cargo, em 10 de janeiro de 1966, passaram por aquele ministério, antes de Tarso Dutra: Pedro Aleixo<sup>3</sup> (10/1/1966 a 30/6/1966), Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão<sup>4</sup> (22/4/1965 a 10/1/1966 - interino com substituição - e 30/6/1966 a 4/10/1966) e Guilherme Augusto Canedo de Magalhães (4/10/1966 a 17/10/1966 - interino - e 21/10/1966 a 10/11/1966 - interino com substituição).

### **O MEC durante a gestão Tarso Dutra**

Em 1967, Paulo de Tarso de Moraes Dutra assumiu a pasta. Porto-alegrense, formara-se bacharel em direito pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, na ocasião em que esta passava a fazer parte da nascente Universidade de Porto Alegre que, criada em 1934, seria o embrião da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 15 de março de 1967, quando assumiu o MEC, tinha 53 anos e já contava com uma trajetória política considerável. Membro do Partido Republicano Liberal (PRL) até o Golpe de 1937, passou a fazer parte do Partido Social Democrático (PSD) após o fim do Estado Novo, partido pelo qual foi deputado estadual de 1947 a 1951 e deputado federal de 1951 até 1967, quando assumiu o MEC. Permaneceu à frente daquele ministério até 3 de novembro de 1969, quando foi substituído por Jarbas Gonçalves Passarinho. De 1971 a 1983, ano de sua morte, foi senador.

Menos de um mês antes de Tarso Dutra assumir o ministério, mais precisamente em 25 de fevereiro de 1967, foi promulgado o Decreto-lei nº 200 (DL-200), conhecido como “Lei de Reforma Administrativa”. Dentre vários outros pontos, definia as seguintes áreas como de competência do MEC:

---

<sup>2</sup> A “Lei Suplicy”, dentre outras medidas repressivas, impôs a extinção da UNE (União Nacional dos Estudantes) e de órgãos de representação estudantil regionais e locais. Paralelamente, criou uma nova estrutura representativa, fortemente hierarquizada e controlada. Estabeleceu o voto obrigatório nas eleições para as entidades estudantis, como forma de evitar protestos através de abstinências em massa, e proibiu “aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (Art. 14). Para uma análise mais detalhada, ver: MANSAN, Jaime Valim. *Op. cit.* P. 155-157.

<sup>3</sup> Um dos articuladores dos golpes de 1930 e de 1964, participou da fundação da UDN (União Democrática Nacional), da elaboração da Constituição de 1934 e teve uma considerável trajetória política. Era um dos mais moderados componentes do grupo no poder nos primeiros anos de ditadura. Vice-presidente no governo do marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), foi o único a votar contrariamente ao AI-5.

<sup>4</sup> Foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em fins da década de 1960.

- a) educação, ensino [civil] e magistério;
- b) cultura, letras e artes;
- c) patrimônios histórico e arqueológico;
- d) patrimônios científico, cultural e artístico;
- e) desportos.<sup>5</sup>

Seu art. 35 estabelecia que os ministérios, organizados em setores de atuação, fariam parte da seguinte estrutura:

SETOR POLÍTICO:

Ministério da Justiça.  
Ministério das Relações Exteriores.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL:

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

SETOR ECONÔMICO:

Ministério da Fazenda.  
Ministério dos Transportes.  
Ministério da Agricultura.  
Ministério da Indústria e do Comércio.  
Ministério das Minas e Energia.  
Ministério do Interior.

SETOR SOCIAL:

Ministério da Educação e Cultura.  
Ministério do Trabalho e Previdência Social.  
Ministério da Saúde.  
Ministério das Comunicações.

SETOR MILITAR

Ministério da Marinha.  
Ministério do Exército.  
Ministério da Aeronáutica.<sup>6</sup>

Ainda em 1967, com o Decreto nº 60.731, de 19 de maio, os estabelecimentos de ensino que eram vinculados até então ao Ministério da Agricultura passaram a fazer parte da estrutura básica do MEC. Assim, por exemplo, a Universidade Rural do Sul, que incluía a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, em Pelotas/RS, passou à alçada do MEC, sendo transformada na Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS).<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> BRASIL. Decreto-lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm)>. Acesso em 13 jan. 2009.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> BRASIL. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. 1967. *Diário Oficial da União*, 22 maio 1967, p. 5543.

O MEC teve atuação indireta na execução das “investigações” que levaram aos expurgos de 1964.<sup>8</sup> Ainda que tenha partido daquele ministério a determinação de instalação das chamadas “Comissões Especiais de Investigação Sumária” (CEIS) e, em casos como o da UFRGS, também a proibição de que os inquéritos sumários fossem “inteiramente insuficientes” – isto é, não apresentassem nenhum nome para o expurgo –,<sup>9</sup> a coordenação da execução das investigações sumárias esteve sob responsabilidade da Comissão Geral de Investigações (CGI), enquanto a execução local ficou a cargo de cada reitoria, que tinha liberdade para compor sua comissão de investigação sumária do modo que julgasse mais adequado, desde que esta contasse com uma permanente “assessoria militar” – ou seja, com o controle direto – de oficiais militares de alto escalão (no caso da UFRGS, um general).

A partir de 1967, esse padrão de ação foi alterado. Oficializadas pelo referido DL-200, foram criadas as Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis, bem como as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), em alguns casos chamadas de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), sem qualquer diferença substancial em relação às ASI.<sup>10</sup> Esse foi o início de uma crescente intervenção do MEC no controle do campo do ensino superior. A partir de então, o ministério passou a exercer diretamente funções de vigilância, bem como a coordenar, também diretamente, a aplicação de determinadas medidas punitivas, como o expurgo, por exemplo. Esse novo padrão de ação foi reforçado a partir da constituição da Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC), em 10 de janeiro de 1969, cuja finalidade era cumprir, de modo centralizado e sob comando direto do Ministro da Educação e Cultura, as funções cumpridas em 1964 pelas CEIS.

---

<sup>8</sup> A esse respeito, cf. MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009, p. 47-119.

<sup>9</sup> Antes de 6 de agosto de 1964, o MEC comunicou à UFRGS “que nos casos em que os resultados de inquéritos sejam inteiramente insuficientes, serão abertos novos inquéritos pela Comissão Geral de Investigações”. UFRGS. Arquivo Geral. Índice de processos. *Processo n.º 9267/64, arquivado em 06/08/1964*. Origem: Ministério da Educação e Cultura. UFRGS/AG. O texto citado foi reproduzido no referido índice, no campo “Obs.,” e a indicação da data de arquivamento permitiu saber que a comunicação foi expedida pelo MEC e recebida pela UFRGS antes de agosto de 1964.

<sup>10</sup> Para uma interessante análise dessa questão e de outras correlatas, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: As assessorias de segurança e informações das universidades”. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

Esse novo padrão, no caso do MEC, começou durante a gestão Tarso Dutra e permaneceu vigente ao longo dos anos 1970.<sup>11</sup> Ao menos oficialmente, essa mudança não correspondeu a uma especificidade do MEC, mas foi resultado de uma transformação mais ampla, regida por uma única legislação e semelhante, em linhas gerais, nos demais ministérios civis. Em parte, é possível explicar tal mudança com base na alteração da relação de forças no interior do bloco no poder, especialmente após a posse de Costa e Silva e o fortalecimento dos setores “linha-dura”.

A estrutura do MEC em 1967 era a seguinte: o Gabinete do Ministro (chefiado por Favorino Mercio), a DSI/MEC (que será abordada a seguir) e a Consultoria Jurídica, como órgãos de assistência imediata; o Conselho Federal de Educação (CFE) e o Conselho Federal de Cultura (CFC) como órgãos normativos; e a Secretaria-Geral, juntamente com a Inspeção-Geral de Finanças, como órgãos de planejamento, coordenação e controle financeiro.<sup>12</sup>

### **A criação da Divisão de Segurança e Informações do MEC (DSI/MEC)**

No Brasil, a história das chamadas “atividades de inteligência” (espionagem e produção de informação e contrainformação) remonta, segundo Buzanelli,<sup>13</sup> a 29 de novembro de 1927, quando, durante a presidência de Washington Luiz (1926-1930), foi criado o Conselho de Defesa Nacional (CDN), através do Decreto nº 17.999. Destinado a reunir informações de toda ordem (financeira, econômica, bélica e moral, “relativas à defesa da pátria”), o CDN era apenas, segundo Figueiredo, “o embrião do serviço secreto”, já que não tinha agentes secretos, sendo efetivamente “um fórum de discussões

---

<sup>11</sup> Isso pode ser verificado, a título de exemplo, no estudo elaborado por J. E. F. Clemente, que analisou a aplicação de medidas de vigilância e de punição (como expurgos, prisões e tortura) sobre a comunidade de físicos da UFBA, de 1964 a 1979. Um dos principais conjuntos documentais utilizados foi o do Instituto de Física daquela universidade, onde o historiador teve acesso a correspondências trocadas entre a DSI/MEC, a AESI da UFBA e o referido instituto. Cf. CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos*. 239 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005; e \_\_\_\_\_. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 129-145, 2006.

<sup>12</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório de 1967*. Brasília: Serviço de Documentação, 1967.

<sup>13</sup> BUZANELLI, Márcio Paulo. Evolução histórica da atividade de inteligência no Brasil. *IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Madrid/Espanha, nov. 2004. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/CLAD/2004/2004\\_IX\\_CLAD\\_BUZANELLI.pdf](http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/CLAD/2004/2004_IX_CLAD_BUZANELLI.pdf)>. Acesso em 20 jan. 2008.



que reunia, duas vezes por ano ou em convocações extraordinárias, o presidente, seus sete ministros e os chefes de Estado-Maior do Exército e da Armada”.<sup>14</sup>

Getúlio Vargas manteve o CDN, mas, em 1934, fez nele uma série de mudanças: criou representações regionais, uma assessoria técnica para o Conselho (Decreto nº 23.873 de 15 de fevereiro de 1934), e, o que mais interessa aqui: instaurou Seções de Defesa Nacional nos ministérios civis, subordinadas ao antigo CDN, que passava a chamar-se Conselho Superior de Segurança Nacional. O embrião do “Serviço” ainda não tinha espiões, mas já contava com algo parecido com o que, após 1967, viria a ser as DSI.<sup>15</sup>

Posteriormente, ainda conforme Lucas Figueiredo:

Na falta de um serviço secreto formal, o presidente improvisou com o que tinha em mãos. Nos últimos oito anos dos quinze que durou sua primeira gestão, quando se enveredou pelo autoritarismo do Estado Novo, Getúlio converteu a Polícia do Distrito Federal (comandada pelo profascista Filinto Müller) e o Ministério da Guerra, dirigido por Eurico Gaspar Dutra, em verdadeiros serviços secretos clandestinos. Ambas as instituições procuraram não decepcionar, sobretudo na caça aos inimigos de governo.<sup>16</sup>

De 1943 a 1945, com a atuação brasileira na Itália, as atividades de inteligência ganharam destaque, particularmente com a criação do Serviço de Informações e Contra-Inteligência da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O Serviço era subordinado à 2ª Seção do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.<sup>17</sup>

Depois de promulgada a Constituição de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) criou oficialmente o primeiro serviço secreto brasileiro: o Serviço Federal de Informações e Contrainteligência (SFICI), oficializado em 6 de setembro de 1946. “Órgão civil regido com batuta militar”, era subordinado ao CSN, que também era regulamentado pelos Decretos-leis nº 9.775 e 9.775-A (DL-9775 e DL-9775A), daquela data.<sup>18</sup> Os objetivos fundamentais do SFICI eram “levantar informações e preparar o país para a guerra”.<sup>19</sup>

<sup>14</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, p. 37-38.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 41-42.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.42.

<sup>17</sup> BUZANELLI, Márcio Paulo. *Op. cit.*

<sup>18</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 77.

<sup>19</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, p. 50-51.



Segundo Buzanelli (2004), “foi somente em 15 de setembro de 1958, com a criação da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), que o SFICI veio a ser ativado”. Na organização do SFICI e na criação da SG/CSN, a Escola Superior de Guerra (ESG) teria cumprido papel central. Cerca de um ano depois, mais precisamente em 17 de dezembro de 1959, as seções de Segurança Nacional dos ministérios civis, criadas pelos referidos DL-9775 e DL-9775A a partir das antigas seções de Defesa Nacional criadas por Getúlio, foram regulamentadas com o Decreto nº 47.445 (Brasil, 1959).

Segundo Antunes,<sup>20</sup> pouco depois do golpe de 1964, o general Golbery do Couto e Silva, um dos líderes da conspiração contra o presidente João Goulart (1961-1964), teria proposto ao marechal Humberto Castello Branco, primeiro presidente, que apresentasse um projeto ao Congresso, no sentido da criação de um novo serviço de informações. “A perspectiva vigente era de que se necessitava de uma sólida instituição de informações para permitir a consolidação do novo regime”. Desse modo, em 11 de maio daquele ano, Castello apresentou o Projeto de Lei nº 1.968, criando o Serviço Nacional de Informações (SNI) para substituir o SFICI. Ainda segundo Antunes, “antes mesmo da aprovação da lei que criava o SNI, o general Golbery do Couto e Silva, que viria a ser o primeiro ministro-chefe do SNI, já ocupava a sala 17 do Palácio do Planalto”.

Como observado por Dreifuss,<sup>21</sup> Golbery aproveitou-se do trabalho elaborado pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que o próprio militar chefiava, incluindo o acervo de informações constituído por aquele grupo, acerca de quatrocentos mil brasileiros, que foi a base de dados inicial para a constituição do sistema de informações. Além disso, vários membros civis e militares da elite orgânica do grande capital monopolista assumiram altos cargos nas áreas de segurança e de informações do aparato repressivo, a partir de 1964. Vale lembrar, assim, que a montagem do setor de informações do aparato repressivo apoiou-se inicialmente em um extenso trabalho realizado, sob coordenação e patrocínio da elite orgânica, pelo menos desde fins de 1961. Além disso, a vinculação do Serviço Nacional

---

<sup>20</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 54.

<sup>21</sup> DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

de Informações (SNI) com o IPES não se encerrou com a criação do primeiro. Ao contrário, o IPES permaneceu, no campo das informações, “como uma fonte independente para o SNI, e como sua ligação imediata com a comunidade empresarial”.<sup>22</sup>

Oficialmente criado em 13 de junho de 1964, através da Lei nº 4.341, o SNI teria incorporado todo o acervo do extinto SFICI, assim como “os funcionários civis e militares que nele exerciam funções”, sem obrigação de publicar ou divulgar sua organização, efetivos e funcionamento. A Agência Central permaneceu sob a chefia do então coronel João Baptista Figueiredo, que, mais tarde, como é sabido, seria o último militar a assumir o posto de presidente da República. Em 10 de dezembro de 1964, com o Decreto nº 55.194, o SNI teria seu regulamento aprovado. Com o decreto, ocorria o primeiro movimento no sentido da ampliação do “Serviço”: previa-se a criação das agências regionais, “tantas quantas necessárias, com sede em capitais dos estados ou cidades importantes”. As primeiras agências regionais a serem criadas teriam sido as do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, nessa ordem.<sup>23</sup>

As DSI foram oficialmente instauradas nos ministérios civis em 25 de fevereiro de 1967, através do DL-200. O Art. 29 do referido decreto-lei estabelecia que, “em cada Ministério Civil, além dos órgãos Centrais de que trata o Art. 22 [Órgãos Centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro, e Órgãos Centrais de direção superior]”, o ministro de Estado teria à sua disposição a “assistência direta e imediata de: I – Gabinete; II – Consultor Jurídico, exceto no Ministério da Fazenda; III – Divisão de Segurança e Informações”. O parágrafo 3º estabelecia, de modo complementar, que “a Divisão de Segurança e Informações colabora[ria] com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações”.<sup>24</sup>

No entanto, na maioria dos casos não se tratava de uma inovação, mas sim da reativação de órgãos que, segundo o ex-presidente general Ernesto Geisel (1974-1979), não tiveram “maior expressão” até 1967. Até então, “muitas dessas seções não estavam organizadas nem funcionavam”.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 442-443. Sobre o Grupo de Levantamento da Conjuntura, ver p. 202-207.

<sup>23</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Op. cit.*, p. 55-56.

<sup>24</sup> BRASIL. Decreto-lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm)>. Acesso em 13 jan. 2009.

<sup>25</sup> Geisel *apud* FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 84.

Ainda assim, o DL-200 apenas fazia menção às DSI, conforme indicado anteriormente. Foi somente em julho daquele ano que concretamente oficializou-se a transformação das seções de Segurança Nacional em DSI, tendo sua estrutura regulamentada de modo um pouco mais detalhado através do Decreto nº 60.940, de 4 de julho de 1967.<sup>26</sup>

O Decreto nº 60.940 estabelecia que as DSI fossem “órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, subordinados diretamente aos respectivos Ministros de Estado”, e manteriam “estreita colaboração com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações, aos quais prestarão todas as informações que lhes forem solicitadas” (Art. 2º). Observa-se que, no trecho referido, foi reiterada a subordinação direta ao MEC, definindo-se a relação com o CSN e com o SNI como de colaboração. É possível dizer, no caso do SNI, que se tratava de mútua colaboração, já que o “Serviço” também era um dos fornecedores de Informações e Informes para o trabalho de espionagem e produção de informações por parte da DSI, ao menos no caso da DSI/MEC, como foi possível constatar nas fontes primárias.<sup>27</sup>

Entretanto, há que se destacar que a criação das DSI também poderia ser o resultado de uma busca por maior centralização do poder, já que, ainda que subordinadas ao respectivo ministro, cada diretor de DSI deveria ser, conforme o art. 4º do referido decreto, “cidadão civil diplomado pela Escola Superior de Guerra, ou militar, de preferência com o Curso de Comando e Estado-Maior ou equivalente de qualquer das Forças Armadas”. Além disso, apesar de caber ao Ministro a indicação ao respectivo cargo de diretor da DSI, o nome escolhido deveria passar pelo crivo do secretário-geral do CSN e do presidente da República, cabendo somente a este último o poder de nomeação.

Cerca de um ano após a promulgação do Decreto nº 60.940, seria enfim aprovado um regulamento bastante detalhado das DSI dos ministérios civis, através do Decreto nº 62.803, de 3 de junho de 1968. Reiterava-se a subordinação aos respectivos ministros e a colaboração com a SG/CSN e com o SNI (Art. 1º). Ainda que, em linhas

---

<sup>26</sup> BRASIL. Decreto nº 60.940 de 4 de julho de 1967. Transforma em Divisão de Segurança e Informações as atuais Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis e dá outras providências. 1967. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=192276>>. Acesso em 22 jan. 2008.

<sup>27</sup> Conforme as inúmeras informações fornecidas ao Gabinete do Ministro pela DSI/MEC. MRS/AHRS/ATD.

gerais, a estrutura anterior tenha sido mantida, cabe mencionar uma inovação que, provavelmente, destinava-se ao aprofundamento da centralização do poder. À estrutura anterior foi acrescentada uma “Assessoria Especial”, que tinha por competência:

realizar estudos do ponto de vista da Segurança Nacional mediante a constituição de Grupos Especiais, **nos quais poderão ser incluídos elementos não-pertencentes ao Ministério**, para fazerem o levantamento de dados e informações setoriais, a fim de serem verificadas as deficiências e vulnerabilidades na área do Ministério (Art. 6º).<sup>28</sup>

É interessante observar a brecha legal que se abria, através de tais assessorias, para a participação de pessoas não-vinculadas ao Ministério. Isso poderia, inclusive, significar uma maior flexibilização na atuação das DSI na vigilância político-ideológica da sociedade civil, através de reforços oriundos de outros setores do campo do Estado, conforme as necessidades conjunturais de cada ministério. Em 1970, foi criado o SISNI (Sistema Nacional de Informações) e, desde então, as DSI e ASI/AESI passaram por várias outras reformulações formais e funcionais, algumas situadas no bojo de transformações mais amplas no campo do Estado.<sup>29</sup>

### A atuação da DSI/MEC

A DSI/MEC, chefiada pelo gen. Waldemar Raul Turola, tinha por cliente preferencial, como nos demais ministérios, o ministro de Estado – no caso em questão, Tarso Dutra.<sup>30</sup>

O movimento estudantil, desde 1967, era um dos principais segmentos sociais a liderar a oposição ao regime e, particularmente, após 1968. Obviamente constituíam, por esse motivo, um dos principais alvos da DSI/MEC. Assim, em abril de 1969, Tarso Dutra afirmou ao gen. Turola que “a documentação pertinente, no corrente ano de 1969, ao movimento subversivo estudantil no País”, que estaria “arquivada nessa Divisão” (conforme Turola havia informado a ele no dia 7 daquele mês), juntamente com “outros

<sup>28</sup> BRASIL. Decreto nº 62.803, de 3 de junho de 1968. Aprovava o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cívicos. 1968b. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=193795>>. Acesso em 12 jan. 2008. Grifo meu.

<sup>29</sup> Cf. a esse respeito, dentre outras obras, ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Op. cit.*, FICO, Carlos. *Op. cit.*, FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.* e Lagôa (1983).

<sup>30</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Aviso nº 210-GAB*. 17 abr. 1969. Do Ministro Tarso Dutra ao Gen. Waldemar Raul Turola, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC. MRS/AHRS/ATD. Cx. 4.

dados que, em abundância, têm sido recolhidos nessa D.S.I.”, passariam a constituir “valiosos elementos de base para instruir o processo de apuração de responsabilidade que está a cargo da CGI Policial-Militar”. O ofício era uma solicitação do ministro da Educação e Cultura ao Diretor da DSI/MEC, no sentido de que reunisse “todos os elementos informativos” que pudessem interessar aos objetivos da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Através do Gabinete da Presidência, a solicitação havia sido encaminhada a Tarso Dutra, poucos dias antes, pelo general de divisão Humberto de Sousa Mello, que presidia aquela comissão.<sup>31</sup> Esta havia sido criada, dois meses após o AI-5, para coordenar todos os inquéritos policial-militares (IPM) no país, em uma das várias ações tomadas naquela conjuntura para a centralização do poder.<sup>32</sup>

Dentre os tipos mais frequentes de informação repassadas a Tarso Dutra pela DSI/MEC, estavam as que informavam “nada constar nesta DSI” em relação a pessoas indicadas a diversos cargos e funções sob responsabilidade do MEC, tanto no interior do ministério (o que indica que havia inclusive uma espécie de ‘autopoliciamento’) quanto nas diversas instituições vinculadas a ele (universidades, faculdades isoladas, escolas de ensino básico e técnico, institutos de pesquisa, etc.).<sup>33</sup>

Um “Sumário do setor político nacional” era diariamente distribuído, via telex, pelos órgãos do sistema de informações. Produzido pelo Serviço de Informações da Divisão de Operações do Departamento de Polícia Federal (DPF), era detalhado a ponto de notificar inclusive a ausência de “novidades dignas de registro”. Em outros casos, divulgava informações, como: “ontem, cerca de 100 estudantes estiveram reunidos no ‘CRUSP’, dando continuação ao Congresso de Ibiúna” (8/12/1968) ou “no dia 11 do corrente o sr. Juscelino Kubitschek [sic] irá à capital desse estado [Pará], paraninfar os diplomandos de Medicina”, informando ainda que “à chegada, uma comissão de vereadores dar-lhe-á as boas-vindas, conforme deliberação unânime do Legislativo Municipal”. Sempre que ocorria algo “digno de registro”, era indicado o respectivo

---

<sup>31</sup> BRASIL. *Aviso nº 211-GAB*. 17 abr. 1969. Do Ministro Tarso Dutra ao Presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, Gen.-Div. Humberto de Sousa Mello. MRS/AHRS/ATD. Cx. 4.

<sup>32</sup> Cf., sobre isso, FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 114.

<sup>33</sup> Cf., a título de exemplo: BRASIL. *Ofício Confidencial nº 444/DSI/SI/MEC/69*. 23 abr. 1969. Do Gen. Waldemar Raul Turola, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC ao Ministro Tarso Dutra. MRS/AHRS/ATD. Cx. 4.

estado onde acontecera o evento. Observa-se, ainda, que, ao menos em dezembro de 1968, o Diretor-Geral do DPF era o general José Bretas Cupertino.<sup>34</sup>

A DSI/MEC também produzia boletins informativos diários. Bem mais detalhados que os sumários oriundos da DPF, eram distribuídos para o ministro, com uma cópia sendo arquivada e outras duas encaminhadas para “DNE” e “Ensino Superior”.<sup>35</sup> Tratavam de tudo que pudesse ter alguma ligação com questões relacionadas ao MEC, com grande ênfase na “subversão” no meio estudantil. Recebiam carimbo da DSI/MEC, com rubrica (provavelmente de seu diretor) e não indicavam nada acerca das fontes das informações transmitidas.<sup>36</sup> Não eram classificados, o que permite pensar que se tratava de documentação para uso exclusivo do MEC.

Em várias ocasiões, a DSI/MEC foi denominada por Tarso Dutra e outros como “DSIEC”, inclusive em referências de documentos, acompanhada, contudo, da mesma denominação por extenso: “Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura”.

Há indícios de que, no início de 1969, a Faculdade de Filosofia da UFRGS estava significativamente integrada com a DSI/MEC nas ações de vigilância político-ideológica no interior da universidade. Em 9 de maio de 1969, o diretor daquela DSI, Waldemar Raul Turola, respondia ao ofício nº 84/69, “sobre fixação de cartazes no Centro Acadêmico”, resposta que teria sido repassada pela Faculdade de Filosofia ao Gabinete do reitor na mesma data.<sup>37</sup>

As faculdades à época integrantes da UFRGS e que se localizavam na cidade de Pelotas, no extremo sul do estado, também estavam sendo acompanhadas pela DSI/MEC, como comprova o “Ofício Confidencial nº 1304/DSI/SI/MEC/68”, de 6 de dezembro de 1968, através do qual o diretor da DSI/MEC informava a Tarso Dutra “nada constar nesta DSI” em relação a uma pessoa daquela cidade.<sup>38</sup> A DSI/MEC vigiava, inclusive, as listas tríplexes ou sêxtuplas de indicados a cargos de reitor ou vice-

<sup>34</sup> Cf., a título de exemplo: BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Operações. Serviço de Informações. *Sumários do setor político nacional*. 6-8/12/1968. MRS/AHRS/ATD. Cx. 2.

<sup>35</sup> Não foi possível descobrir a que órgãos efetivamente se referiam tais indicações, inclusive porque o Diretório Nacional dos Estudantes, que substituíra a UNE em 1964, havia sido formalmente extinto em 1967.

<sup>36</sup> Cf., a título de exemplo, BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. DSI/MEC. *Boletim informativo BI-nº 210-de 0400 hs de 26 nov à 0400 hs de 27 nov/68*. 1968. MRS/AHRS/ATD. Cx. 78.

<sup>37</sup> UFRGS. Faculdade de Filosofia. *Índice do protocolo de [19]69, Reitor, nº 620, 09/05/1969*. Documento não-classificado. UFRGS/NPH/HIFCH.

<sup>38</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Ofício Confidencial nº 1304/DSI/SI/MEC/68*. 6 dez. 1968. MRS/AHRS/ATD. Cx. 2.



reitor de universidades e faculdades isoladas. Sistemáticamente, quando os nomes não possuíam nenhuma contraindicação nos órgãos de informação, o ministro era informado de que ‘nada constava’ acerca deles. Em caso contrário, as Informações daquela DSI, sempre assinadas pelo Diretor Raul Turola, indicavam ‘não ser conveniente’ que a respectiva pessoa assumisse o cargo a que havia sido indicada.<sup>39</sup>

A DSI/MEC também chegou a contar com apoio do 3º Exército. Em 16 de julho de 1969, o então comandante dessa unidade, general Emílio Garrastazu Médici, enviou a Tarso Dutra documentos referentes a “antecedentes ideológicos de professores”, fazendo referência ao Aviso Confidencial nº 424, de 24 de junho daquele ano, oriundo do MEC. Ou seja, também o MEC solicitava, aos setores militares, apoio na vigilância das instituições educacionais e, inclusive, universitárias. Infelizmente, o anexo do referido aviso não foi localizado. Mas é possível que se tratasse de alguns dos professores da UFRGS expurgados em agosto/setembro de 1969, inclusive, porque, na ocasião, já estava funcionando a Assessoria de Segurança e Informações da UFRGS (ASI/UFRGS), chefiada pelo coronel Natalício da Cruz Correa.<sup>40</sup>

### **A Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC)**

As CEIS, criadas em 1964 nas universidades brasileiras para a promoção da “Operação Limpeza”, foram substituídas funcionalmente a partir de 1969 pela CISMEC.<sup>41</sup> O controle do campo do ensino superior, realizado por meio de normatização, vigilância e punição, transformara-se de 1964 para 1969, acompanhando as mudanças pelas quais passara o regime desde sua criação, particularmente no que dizia respeito ao progressivo fortalecimento do grupo no poder. Esse aumento de poder foi obtido, em parte, devido a uma significativa ampliação da estrutura de controle, que

---

<sup>39</sup> Cf., a título de exemplo: BRASIL. *Ofício Confidencial nº 698 SI/DSIEC/69*. 25 jun. 1969. De Waldemar Raul Turola, Diretor da DSI/MEC, ao Ministro Tarso Dutra. Ref. Proc. 2012/69 – Faculdade de Medicina da UFRJ. MRS/AHRS/ATD. Cx. 5; \_\_\_\_\_. *Ofício Confidencial nº 709 SI/DSIEC/69*. 30 jun. 1969. De Waldemar Raul Turola, Diretor da DSI/MEC, ao Ministro Tarso Dutra. Ref. Proc. 220.755/69 – Escola de Geologia da UFRGS. MRS/AHRS/ATD. Cx. 5.

<sup>40</sup> Cf., a esse respeito, MANSAN, Jaime Valim. *Op. cit.* P. 189-203.

<sup>41</sup> A “Operação Limpeza”, como era denominada pelos civis e militares que assumiram o poder em 1964, foi um amplo processo de perseguição e repressão aos que eram considerados “subversivos”, instaurado nas instituições públicas civis e militares naquele ano. Desnecessário retomar o debate acerca da extraordinária (e, por isso, útil) imprecisão e, conseqüentemente, a grande arbitrariedade que marcaram o uso da noção de “subversão” por agentes de Estado envolvidos no controle da sociedade durante aquele período ditatorial.



contou, inclusive, com a criação do SISNI e do SISSEGIN (Sistema de Segurança Interna no País), em 1970.<sup>42</sup>

A CISMEC foi criada, através de Portaria Ministerial, em 10 de janeiro de 1969.<sup>43</sup> Seu primeiro presidente foi Jorge Boaventura de Souza e Silva, um professor formado no Curso Superior de Guerra da ESG em 1966.<sup>44</sup> Participou da Comissão Meira Mattos, como representante do MEC.<sup>45</sup> Em novembro de 1969, assumiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), tendo sido seu primeiro presidente.<sup>46</sup> Muito tempo depois, em 1994, vinculado ao pequeno PPR (Partido Progressista Reformador), candidatou-se ao Senado pelo estado do Rio de Janeiro. Tornou-se, posteriormente, conselheiro do Comando da ESG.

Através do Ofício nº 15/69, o presidente da CISMEC encaminhou a Tarso Dutra as primeiras relações de nomes que, “no entender da Comissão”, deveriam “ser objeto de medidas visando, em alguns casos, diretamente o interesse da segurança nacional e, em outros, o resguardo do erário e dos hábitos de compostura e austeridade administrativas”. Na lista, constavam nomes como Florestan Fernandes, Jaime Tiomno, Hélio Pelegrino, José Leite Lopes, Maria Yedda Leite Linhares, Bolivar Lamounier, entre outros. Apresentava sucintamente, como motivos para a aplicação do afastamento sumário: “comunismo, esquerdismo, atividades subversivas ou contrárias à Revolução”. Obviamente, tratava-se de expurgar das universidades e instituições sob o controle do MEC, arbitrária e sumariamente, todos aqueles que, na visão da “comunidade de segurança e informações”, estavam alinhados com a oposição ao regime. Como fundamento legal, indicava o Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968 (AC-39).<sup>47</sup>

<sup>42</sup> Sobre o SISNI e o SISSEGIN, ver: FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 71-148.

<sup>43</sup> BRASIL. *Diário Oficial da União*. 10 maio 1971. GLIN.

<sup>44</sup> É bastante provável que fosse um civil porque, na lista de formandos da turma de 1966 do referido curso, os militares estão indicados com sua graduação, enquanto os civis aparecem com sua formação e/ou ocupação principal: “médico”, “professor”, “economista”, “engenheiro”, “advogado”, “deputado federal”, “padre”, “doutor”, “procurador” e “arquiteto”; em alguns poucos casos, indicava-se apenas “senhor”. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Turma de 1966*. Curso Superior de Guerra [s/d]. Disponível em <<http://www.esg.br/paginas/turmas/1966.htm>>. Acesso em 20 jan. 2009

<sup>45</sup> Sobre a Comissão Meira Mattos, ver: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

<sup>46</sup> Sobre o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), ver: DORNELES, Malvina do Amaral. *O Mobral como política pública: a institucionalização do analfabetismo*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UFRGS.

<sup>47</sup> O AC-39 determinava que coubesse aos ministros civis e militares apresentar, ao “Presidente da República”, aqueles que, dentre o “pessoal civil ou militar dos respectivos Ministérios, assim como [...] empregados de autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista, que lhes forem vinculadas”,

Referências a instrumentos como o AC-39 foram parte de um elemento comum a todas as estratégias de controle utilizadas ao longo daquele período ditatorial: a preservação meramente formal de instituições democráticas que, de fato, haviam perdido a maior parte ou mesmo todo o poder que detinham antes do golpe. Dispositivos normativos desse tipo destinavam-se a definir comportamentos considerados adequados ou desviantes, bem como as punições a serem adotadas no caso de desvios. Cumpriam, assim, a função de repressão preventiva, parte integrante do indissociável tripé normatização/vigilância/punição que compunha a face coercitiva do controle. A referência a eles em medidas punitivas, como a lista de docentes a serem expurgados, é um dos indicadores de tal indissociabilidade.

No seguinte trecho do citado ofício, é possível observar a concepção que o presidente da CISMEC tinha em relação à função daquela comissão:

De outra parte, Sr. Ministro, desejamos realçar que o interesse da Revolução, claramente reafirmada em seus propósitos pelo Exmo. Sr. Presidente da República, inclusive em sua histórica decisão de editar o A-I nº 5, **recomenda a máxima urgência nos trabalhos a serem executados pelas Comissões** que, por isso mesmo, foram designadas como “Comissões de Investigação Sumária”. São elas, portanto, em nosso entender, **órgãos de apoio às medidas que rapidamente deseja o Governo adotar, visando alcançar fins políticos e administrativos nitidamente enquadrados entre objetivos fundamentais da Revolução** a qual, no dizer do Presidente Castelo Branco, reafirmado pelo nosso atual Presidente ao editar o A-I-5, ‘foi, é e será’.<sup>48</sup>

Em outra parte do mesmo documento, Boaventura de Souza e Silva alertava Tarso Dutra sobre a probabilidade de que, nas listas que seriam enviadas pela CISMEC ao ministro, estivessem presentes alguns “nomes surpreendentes”:

Por conhecer a Comissão os métodos – frequentemente **sutis e velados**, com que agem **a subversão e a corrupção** nos meios da educação e da cultura, é que as presentes relações, e outras que esperamos submeter de futuro à alta consideração de V. Excia., contêm, e conterão às vezes, **nomes surpreendentes** para muitos dos que não conhecem a extensão e profundidade do **dispositivo esquerdista e contrarrevolucionário enquistado naquelas áreas**. É que, Sr. Ministro, além dos que agem às claras e que, como é sabido, são pouco numerosos, **há os que atuam veladamente**, engajados ou não em organizações subversivas, como **há os que dão cobertura**, concorrem com a **omissão intencional**, executando sempre o que

---

deveriam sofrer “I - A suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos; II - A demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma”.

<sup>48</sup> BRASIL. *Ofício nº 15/69*. s/d. 1969d. MRS/AHRS/ATD. Cx. 3. Mantida a grafia original. Grifos meus.

interessa aos inimigos das instituições nacionais, da Revolução e do Governo, recebendo em troca a contrapartida do apoio **da poderosa máquina a serviço, em última instância, do comunismo internacional**, a qual promove celebridades, denigre reputações, apóia ou tenta desmoralizar candidaturas o que, em conjunto, fornece à mencionada máquina os instrumentos de pressão, negociações e barganhas com que ela, até aqui, tem garantido a própria sobrevivência e inquietado a comunidade nacional, ameaçando-lhe a segurança e entretendo-lhe o progresso.<sup>49</sup>

Percebe-se, através da longa justificativa e, sobretudo, dos trechos aqui destacados, a argumentação utilizada pela CISMEC em defesa de suas ações de vigilância, bem como de seu papel na indicação de indivíduos a serem reprimidos por meio de afastamentos sumários e/ou supressão de direitos políticos. Observe-se que a CISMEC era responsável, no que tange ao campo do ensino superior, pela execução das atividades de vigilância, mas não pela determinação da aplicação das medidas punitivas, cuja responsabilidade cabia ao ministro. É importante salientar também que a DSI/MEC e a CISMEC executavam duas funções complementares nesse plano de controle via vigilância: a primeira de forma preventiva, ao indicar aqueles que, no entendimento dos agentes a seu serviço, não deveriam assumir cargos ou funções, realizando uma espécie de triagem político-ideológica dos candidatos a ingresso em quadros de instituições subordinadas ao MEC; a segunda de forma reativa, ao apontar quem deveria ser destituído de determinados cargos ou funções, voltando-se, assim, contra aqueles que já faziam parte de quadros de instituições subordinadas ao MEC. Cabe observar ainda que a CISMEC não se limitava a sugerir punições com base em afirmações de natureza político-ideológica, apoiando-se também em observações de ordem moral, relativas a aspectos pessoais da vida dos docentes acusados.

Na sequência da informação dirigida ao ministro, o presidente da CISMEC relatava que já havia recebido significativo apoio de “órgãos da comunidade de informações, como a DSI-MEC, o SNI, o CENIMAR [Centro de Informações da Marinha], o CIE [Centro de Informações do Exército], e outros”.<sup>50</sup> Essa troca de informações entre os dois órgãos de informação do MEC (CISMEC e DSI/MEC), como se sabe, não era uma especificidade daquele ministério, e sim o padrão de funcionamento da “comunidade de segurança e informações”, tanto internamente quanto em suas relações com os demais setores do Estado.

<sup>49</sup> *Ibidem*. Mantida a grafia original. Grifos meus.

<sup>50</sup> *Ibid.*

Comissões de investigação sumária foram criadas também em outros ministérios, e entre elas havia, do mesmo modo, significativa troca de informações. No caso da CISMEC, foi possível perceber ampla interação com a CISEx, a Comissão de Investigação Sumária do Exército, que chegou inclusive a coordenar algumas investigações sobre estudantes. Ainda assim, apesar da colaboração entre os órgãos de informação, a decisão final sobre a aplicação da punição, no caso de estudantes, sempre cabia ao Ministro da Educação e Cultura.<sup>51</sup>

Em alguns casos, a CISMEC orientou Tarso Dutra no sentido de expedir um decreto coletivo de aposentadoria, apenas citando o AC-39 e o AI-5 como amparo legal, sem entrar em detalhes quanto aos motivos da punição e à vinculação funcional dos atingidos. Pelo que foi possível verificar, a maioria dos decretos expurgatórios publicados nessa época no *Diário Oficial da União* adotou essa forma. O objetivo da CISMEC com isso, segundo a alegação de seu presidente, era agilizar o trabalho de investigação sumária:

Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura

A CISMEC, tendo em vista tornar imediatas as medidas que V.Ex<sup>a</sup> e Excelentíssimo Senhor Presidente da República decidam aplicar, aos indiciados nas investigações sumárias que realizou, até aqui, permite-se sugerir a expedição de decreto coletivo de aposentadoria, no qual se determine que os órgãos próprios de pessoal das entidades a que pertencerem ficam incumbidos de, imediatamente, tomar as providências cabíveis para sua efetivação, bem como a de dispensa, com menção do AC-39, quando se tratar de servidor ocupante de emprego regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Justifica-se a proposta pela circunstância de, com a descentralização resultante da transformação de órgãos de Administração Direta em entidades de Administração Indireta, não poder a CISMEC, com a urgência que o imperativo de segurança nacional a todos impõe, levantar a exata situação, quanto a lotação e regime jurídico, de todos os servidores para os quais propõe medidas baseadas no Ato Complementar nº 39, de 1968.

Respeitosamente,

Jorge Boaventura de Souza e Silva

Presidente – CISMEC.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> BRASIL. *Dossiê sobre H.C.M.*, 10 mar. 1969h. MRS/AHRS/ATD. Cx. 3.

<sup>52</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CISMEC. *Carta de Jorge Boaventura de Souza e Silva, presidente do CISMEC, a Tarso Dutra, ministro da Educação e Cultura.* s/d [1969?]. Documento classificado como “secreto”. MRS/AHRS/ATD. Cx. 3.

A colaboração entre a CISEx e a CISMEC era recíproca, como indica a notificação de recebimento de avisos enviados por Tarso Dutra a Lyra Tavares, em maio de 1969, acerca de uma lista de pessoas investigadas pelos órgãos de informações.<sup>53</sup>

Para a composição dos decretos expurgatórios, a CISMEC encaminhava ao Gabinete do Ministro listas de nomes com fichas em anexo. Tais fichas, via de regra, não apresentavam as identificações sempre presentes nas informações e demais documentos produzidos, pelos órgãos de informação, para disseminação no interior da “comunidade de segurança e informações”. Logo, é possível supor que se destinassem a circulação restrita àquele ministério.

Por outro lado, talvez por precaução, as fichas eram sistematicamente classificadas como documentos “secretos”. Através delas, a CISMEC indicava os professores que deveriam, no seu entender, ser expurgados, apresentando justificativas baseadas em Informes e Informações oriundos de vários órgãos de segurança e de informações. Eram docentes e pesquisadores de diferentes níveis (superior, básico, técnico) e áreas, vinculados a instituições públicas e privadas de todas as regiões do país.<sup>54</sup> As referidas fichas sempre apresentavam, ao final, uma “proposta” ou “medida sugerida”, que variava entre a destituição de determinada função em algum órgão público não-escolar, o afastamento sumário (nas formas de exoneração, aposentadoria ou demissão) do cargo ocupado pelo docente em uma instituição específica, ou mesmo o expurgo de todos os cargos e funções ocupados pelo indivíduo em órgãos públicos.

### **Considerações finais**

Entende-se ter sido possível atingir o objetivo indicado inicialmente, que era analisar algumas funções de controle diretamente exercidas pelo MEC entre 1967 e 1969, sobretudo as baseadas em vigilância e punição, mas atentando também para o crucial papel da normatização.

---

<sup>53</sup> BRASIL. Ministério do Exército. CISEx. *Aviso n° 269/CISEx*. 19 maio 1969a. De Aurélio de Lyra Tavares a Tarso Dutra. MRS/AHRS/ATD. Cx. 4.

<sup>54</sup> Ainda não foi possível definir com precisão o modo como se dava o expurgo em instituições privadas. Sabe-se, entretanto, que também esse segmento do campo educacional foi vigiado pelo MEC e seus órgãos de informações. É exemplar, nesse sentido, uma solicitação de informações, via carta, acerca de inquérito instaurado contra uma professora do Colégio Sévigné (tradicional escola católica porto-alegrense). MRS/AHRS/ATD. Cx. 5.

Como foi evidenciado ao longo deste artigo, a gestão Tarso Dutra foi marcada por certas mudanças no padrão de controle do campo do ensino superior. Entender tais mudanças na ação governamental implica em evitar dois simplismos: 1) atribuir toda a responsabilidade ao ministro, desconsiderando as fundamentais influências de outros agentes e instituições, indicados ao longo deste texto; e, inversamente, 2) desconsiderar o considerável papel desempenhado por Tarso Dutra nas mudanças citadas, obliterando a importância do indivíduo à frente da pasta e de sua equipe por meio de uma sobrevalorização de fatores externos ao Ministério.

Até onde é sabido, foi possível apresentar informações inéditas sobre a estrutura de controle estabelecida no período em questão, particularmente no que diz respeito à DSI/MEC e à CISMEC. Obviamente esse tema não se esgota aqui. Nesse sentido, temos buscado aprofundá-lo, no âmbito da pesquisa de doutorado em História que iniciamos recentemente junto ao PPGH/PUCRS, buscando assim ampliar e aprofundar as análises realizadas no mestrado e aqui parcialmente apresentadas, bem como dialogar com outras abordagens.<sup>55</sup>

Para tanto, e para que outros pesquisadores possam desenvolver novas leituras ou aspectos pouco explorados por nossa investigação, é fundamental que conjuntos documentais como o Acervo Tarso Dutra<sup>56</sup>, entre outros tantos em todo o Brasil, sejam devidamente disponibilizados à comunidade científica e à população em geral, de forma ampla e irrestrita. Só isso permitirá que as várias lacunas, ainda hoje presentes na história daquele período nefasto, possam ser preenchidas pelos frutos de investigações historiográficas apoiadas em conjuntos de dados cada vez mais sólidos.

---

<sup>55</sup> É significativo, nesse sentido, o trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos por Rodrigo Patto Sá Motta. Ver, a título de exemplo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

<sup>56</sup> Tivemos acesso a tal acervo em 2006, quando o mesmo estava disponível a pesquisadores. No ano seguinte, com a mudança no governo do Estado do Rio Grande do Sul, houve diversas modificações organizacionais, no Memorial do Rio Grande do Sul, que inviabilizaram por algum tempo o acesso àqueles documentos. Pouco depois, um processo envolvendo a disputa pela guarda da documentação, movido pela família do ex-ministro, fez com que o acervo permanecesse indisponível ao longo dos anos seguintes, situação em que, até onde se sabe, encontra-se ainda hoje.



## Referências bibliográficas

### Acervos

MRS/AHRS/ATD. Memorial do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo Tarso Dutra. Porto Alegre.

GLIN. *Global Legal Information Network*. Disponível em <<http://www.glin.gov>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

UFRGS/AG. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arquivo Geral. Porto Alegre.

UFRGS/NPH/HIFCH. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Núcleo de Pesquisa Histórica. Fundo História do IFCH. Porto Alegre.

### Fontes Secundárias

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - ADUFRGS. *Universidade e Repressão: Os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

BRASIL. *Ato Complementar nº 39*, de 20 de dezembro de 1968. 1968a. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ACP/acp-39-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-39-68.htm)>. Acesso em 06/09/2007.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 47.445, de 17 de Dezembro de 1959. Dispõe sobre a organização e regula as atribuições das Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis que tratam os Decretos-leis ns. 9.775 e 9.775-A, de 6 de setembro de 1946, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=178137>>. Acesso em 20 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. 1967a. *Diário Oficial da União*, 22 maio 1967, p. 5543.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 60.940 de 4 de julho de 1967. Transforma em Divisão de Segurança e Informações as atuais Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis e dá outras providências. 1967b. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=192276>>. Acesso em 22 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 62.803, de 3 de junho de 1968. Aprovava o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis. 1968b. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=193795>>. Acesso em 12 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. 1967c. Disponível em



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/ Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm)>. Acesso em 13 jan. 2009.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Operações. Serviço de Informações. *Sumários do setor político nacional*. 6-8/12/1968c. MRS/AHRS/ATD. Cx. 2.

BRASIL. *Diário Oficial da União*. 10 maio 1971. GLIN.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Turma de 1966*. Curso Superior de Guerra [s/d-a]. Disponível em <<http://www.esg.br/paginas/turmas/1966.htm>>. Acesso em 20 jan. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Aviso nº 210-GAB*. 17 abr. 1969b. Do Ministro Tarso Dutra ao Gen. Waldemar Raul Turola, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC. MRS/AHRS/ATD. Cx. 4.

\_\_\_\_\_. *Aviso nº 211-GAB*. 17 abr. 1969c. Do Ministro Tarso Dutra ao Presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, Gen.-Div. Humberto de Sousa Mello. MRS/AHRS/ATD. Cx. 4.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CISMEC. *Carta de Jorge Boaventura de Souza e Silva, presidente do CISMEC, a Tarso Dutra, ministro da Educação e Cultura*. s/d [1969?]. Documento classificado como “secreto”. MRS/AHRS/ATD. Cx. 3.

\_\_\_\_\_. *Ofício nº 15/69*. s/d. 1969d. MRS/AHRS/ATD. Cx. 3.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. DSI/MEC. *Boletim informativo BI-nº 210-de 0400 hs de 26 nov à 0400 hs de 27 nov/68*. 1968d. MRS/AHRS/ATD. Cx. 78.

\_\_\_\_\_. *Ofício Confidencial nº 698 SI/DSIEC/69*. 25 jun. 1969e. De Waldemar Raul Turola, Diretor da DSI/MEC, ao Ministro Tarso Dutra. Ref. Proc. 2012/69 – Faculdade de Medicina da UFRJ. MRS/AHRS/ATD. Cx. 5.

\_\_\_\_\_. *Ofício Confidencial nº 709 SI/DSIEC/69*. 30 jun. 1969f. De Waldemar Raul Turola, Diretor da DSI/MEC, ao Ministro Tarso Dutra. Ref. Proc. 220.755/69 – Escola de Geologia da UFRGS. MRS/AHRS/ATD. Cx. 5.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Ofício Confidencial nº 1304/DSI/SI/MEC/68*. 6 dez. 1968e. MRS/AHRS/ATD. Cx. 2.

\_\_\_\_\_. *Ofício Confidencial nº 444/DSI/SI/MEC/69*. 23 abr. 1969g. Do Gen. Waldemar Raul Turola, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC ao Ministro Tarso Dutra. MRS/AHRS/ATD. Cx. 4.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portal do Ministério da Educação – MEC. *Galeria de Ministros* [s/d-b]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 04 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Galeria de Ministros. *Ministro Luís Antônio da Gama e Silva* [s/d-c]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 21 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Portal do Ministério da Educação – MEC. Galeria de Ministros. *Ministro Tarso de Moraes Dutra* [s/d-d]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 04 jul. 2008.

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório de 1967*. Brasília: Serviço de Documentação, 1967d.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Ministros de Estado da Justiça* [s/d-e]. Disponível em <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em 21 jan. 2008.
- BRASIL. Ministério do Exército. CISEx. *Aviso nº 269/CISEx*. 19 maio 1969a. De Aurélio de Lyra Tavares a Tarso Dutra. MRS/AHRS/ATD. Cx. 4.
- \_\_\_\_\_. *Dossiê sobre H.C.M.*, 10 mar. 1969h. MRS/AHRS/ATD. Cx. 3.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. 1967e. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm)>. Acesso em 13 jan. 2008.
- BUZANELLI, Márcio Paulo. Evolução histórica da atividade de inteligência no Brasil. *IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Madrid/Espanha, nov. 2004. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/CLAD/2004/2004\\_IX\\_CLAD\\_BUZANELLI.pdf](http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/CLAD/2004/2004_IX_CLAD_BUZANELLI.pdf)>. Acesso em 20 jan. 2008.
- CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos*. 239 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.
- CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 129-145, 2006.
- DORNELES, Malvina do Amaral. *O Mobral como política pública: a institucionalização do analfabetismo*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UFRGS.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.
- LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo  
do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969) – 99

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

UFRGS. Arquivo Geral. Índice de processos. *Processo n° 9267/64, arquivado em 06/08/1964*. Origem: Ministério da Educação e Cultura. UFRGS/AG.

UFRGS. Faculdade de Filosofia. *Índice do protocolo de [19]69, Reitor, n° 620, 09/05/1969*. Documento não-classificado. UFRGS/NPH/HIFCH.

## La responsabilidad y la convicción.

### Las “autocríticas” del general Balza y su impacto en la interna militar argentina durante los años noventa

Paula Canelo\*

#### Resumen

El artículo analiza las “autocríticas” pronunciadas en 1995 y 1998 por el general Balza, jefe del Estado Mayor del Ejército Argentino, en torno a la violación de los derechos humanos durante la última dictadura, y su impacto sobre la interna militar.

Sostiene que las “autocríticas” no se apartaron del “régimen de memoria” hegemónico; que fueron parte de la estrategia de “subordinación condicionada” desarrollada por el Ejército frente al gobierno de Carlos Menem; que buscaron incidir en la interna que mantenía Balza, representante del “espíritu técnico”, con las organizaciones de militares retirados, representantes del “espíritu heroico”; y que los conflictos entre ambos bandos responden al enfrentamiento entre la “ética de la responsabilidad” y la “ética de la convicción” que han atravesado a la dirigencia política y a las Fuerzas Armadas en el plano de los derechos humanos desde la transición a la democracia.

**Palabras clave:** Fuerzas Armadas – derechos humanos – Argentina

#### Abstract

*This article discusses the “self-criticism” delivered in 1995 and 1998 by General Balza, chief of the Argentine Army in connection with the violation of human rights during the dictatorship, and its impact on the internal military.*

*It maintains that these “self-criticisms” did not depart from hegemonic “memory-systems” that were part of the strategy of “conditionated subordination” developed by the Army towards the government of Carlos Menem which sought to influence the internal maintained by Balza, representative of the “technical spirit” with retired military organizations, representatives of the “heroic spirit”; and that conflicts between both sides respond to the confrontation between the “ethic of responsibility” and the “ethic of conviction”, which have orientated political leaders and armed forces in terms of human rights since the transition to democracy.*

**Keywords:** *Armed Forces – Human Rights - Argentine.*

---

\* Dra. en Ciencias Sociales (FLACSO). Miembro de la Carrera del Investigador Científico del CONICET, República Argentina. Investigadora del Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de San Martín (IDAES-UNSAM). Docente concursada de la UNSAM y de la Universidad de Buenos Aires. [pvcanelo@yahoo.com](mailto:pvcanelo@yahoo.com).

## **Introducción**

Durante los años noventa, tras la transferencia del poder gubernamental del presidente Raúl Alfonsín al presidente Carlos Menem, la primera entre dos mandatarios civiles en largos años, el prolongado ciclo de alternancia democracia-dictadura característico de la dinámica política argentina desde 1930 llegó a su fin. Finalmente, se advertía, se había concretado la efectiva “subordinación” al poder civil de las Fuerzas Armadas, aquel actor político protagónico durante por lo menos medio siglo.

Este hecho, sin dudas inédito en la historia argentina reciente, fue atribuido a la confluencia de, al menos, tres fenómenos. En primer lugar, al contexto de transformaciones del escenario internacional, que modificaban el posicionamiento estratégico tradicional de las Fuerzas Armadas: eentre otros, la “globalización”, el debilitamiento de las amenazas del “bloque comunista” y de las hipótesis de conflicto asociadas con los países vecinos, a partir del avance en la integración económica con Brasil y en los acuerdos limítrofes con Chile.

En segundo lugar, a la profunda crisis militar heredada del “Proceso de Reorganización Nacional” (1976-1983), sobre todo por la derrota en la guerra de Malvinas contra Gran Bretaña y por las consecuencias de la violación de los derechos humanos durante el terrorismo de Estado, crisis prolongada ya entrados los años ochenta por las sucesivas rebeliones “carapintadas”.

Por último, a cierto estilo político característico del menemismo, que combinó la privación con la compensación. Por un lado, Menem redujo el poder económico y operacional de las Fuerzas Armadas como parte de una agresiva política de reducción estatal. Pero por otro, definió el primer rol militar consistente desde la transición a la democracia, la participación en “Operaciones de Mantenimiento de Paz” bajo la bandera de las Naciones Unidas, reprimió exitosamente el último levantamiento “carapintada” en diciembre de 1990, e indultó a los militares procesados por violación a los derechos humanos.

Así, la política militar menemista orientó a las Fuerzas Armadas hacia misiones alejadas de las hipótesis de conflicto interno, las alineó con la concepción de “instrumento” de su política exterior en torno a la hegemonía de los Estados Unidos,

recompuso la deteriorada cadena de mandos, y neutralizó el avance del frente de los derechos humanos mediante una política de “clausura del pasado”.

Sin embargo, hacia mediados de los años noventa comenzó a agotarse la participación en “Operaciones de Paz”, mientras se revitalizaban el debate alrededor de las denominadas “nuevas amenazas” y la “militarización de la seguridad interior”<sup>1</sup>. Por otro lado, la “hibernación”<sup>2</sup> en que había permanecido la cuestión de los derechos humanos desde la sanción del Indulto comenzó a disolverse, proceso del que las “autocríticas” del Ejército Argentino constituyen un hito fundamental.

En abril de 1995, el jefe del Estado Mayor del Ejército Argentino (EMGE), general Martín Balza, reconoció y pidió “perdón” públicamente por los crímenes cometidos por su Fuerza durante la dictadura militar, declaraciones a las que siguieron mensajes similares de la Armada y la Fuerza Aérea, y una nueva “autocrítica” del Ejército en febrero de 1998.

Puede afirmarse que las “autocríticas” se han constituido, junto a la creación de la Comisión Nacional de Desaparición de Personas (CONADEP)<sup>3</sup> en 1983 y el Juicio a las Juntas Militares en 1985, como los hechos fundantes de cierto “régimen de memoria” sobre el terrorismo de Estado, entendido como “aquellas ‘memorias emblemáticas’ que se tornan hegemónicas en la escena pública al instaurar, a través de prácticas y discursos diversos, los marcos de selección de lo memorable y las claves interpretativas y los estilos narrativos para evocarlo, pensarlo y transmitirlo”.<sup>4</sup>

Dotadas de un tremendo impacto público y político, las “autocríticas” han sido, sin embargo, poco tematizadas por la literatura académica.

Por un lado, se las ha interpretado como síntoma del surgimiento de una “nueva mentalidad profesional” tras la derrota en Malvinas, encarnada en una cúpula de

<sup>1</sup> Hemos trabajado más ampliamente estas cuestiones en CANELO, Paula. *Entre la política y la técnica. Las Fuerzas Armadas argentinas de la refundación a la prescindencia (Argentina, 1976-2001)*, Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales. Buenos Aires, FLACSO, 2006; y CANELO, Paula. *¿Un nuevo rol para las Fuerzas Armadas? Políticos y militares frente a la protesta social, los derechos humanos y la crisis presupuestaria. Argentina (1995-2002)*. Buenos Aires, CLACSO, 2010.

<sup>2</sup> JELIN, Elizabeth. “Los derechos humanos entre el Estado y la sociedad”, en SURIANO, Juan (dir.) *Nueva Historia Argentina, Tomo 10, Dictadura y Democracia (1976-2001)*. Buenos Aires, Sudamericana, 2005.

<sup>3</sup> La CONADEP había sido creada durante el gobierno de Raúl Alfonsín con el objetivo de recibir denuncias y pruebas sobre el terrorismo de Estado, averiguar el destino o paradero de las personas desaparecidas, determinar la ubicación de niños sustraídos, denunciar posibles ocultamientos de elementos probatorios y emitir un informe final, el *Informe Nunca Más*.

<sup>4</sup> CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008, p. 24.



generales “profesionalistas”, dentro de la cual Balza es considerado como exponente del tipo de “organizador militar” descrito por Janowitz.<sup>5</sup> Esta “nueva mentalidad” propondría, entre otros elementos, aprender de los errores de Malvinas y modernizar al Ejército, recomponer los lazos con la sociedad, combinar la dedicación exclusiva a las misiones profesionales con la cooperación y la negociación con las autoridades civiles, el pragmatismo, y la defensa de un nuevo tipo de obediencia y de autoridad militar, por lo que sería sumamente crítica del terrorismo de Estado.<sup>6</sup>

Por otro lado, se ha sostenido que la “autocrítica” de 1995 persiguió la formación de una “nueva tradición histórica” en el Ejército, iniciando el enfrentamiento entre dos “memorias rivales”: una “alternativa”, basada en una “política de reconciliación” y el reconocimiento de los crímenes cometidos durante la dictadura, y otra “procesista”, defensora del terrorismo de Estado y la impunidad.<sup>7</sup>

Finalmente, se ha afirmado que el mensaje de Balza constituyó una “interpretación crítica y revisionista” del pasado, tanto en torno a la metodología empleada en la “lucha contra la subversión” como en torno a la intervención militar en la vida política. Mediante su mensaje, el jefe del EMGE habría afirmado la subordinación militar hacia las autoridades gubernamentales, aunque distanciándose al mismo tiempo de las interpretaciones sobre el pasado sostenidas tanto por Alfonsín como por Menem.<sup>8</sup>

En un campo académico donde abundan los estudios sobre las “memorias oficiales”, estos trabajos constituyen significativos avances en la comprensión de las “memorias alternativas”<sup>9</sup> gestadas en torno al terrorismo de Estado. Sin embargo, estas interpretaciones aún no logran relacionar estas “memorias alternativas” con la historia reciente de las instituciones militares, sobre todo, con los profundos conflictos políticos internos que las han atravesado durante las últimas décadas, ni contextualizar estos

---

<sup>5</sup> JANOWITZ, Morris. *El soldado profesional. Retrato político y social*. Buenos Aires, Editorial Bibliográfica Argentina, 1967 (1960).

<sup>6</sup> DONADÍO, Marcela. *De los golpes a la cooperación: una mirada a la mentalidad profesional en el Ejército Argentino*. Tesis de Maestría en Ciencias Sociales. Buenos Aires, FLACSO, 2000.

<sup>7</sup> MAZZEI, Daniel. “El general Balza y la construcción de una memoria alternativa del Ejército argentino” en *Anuario Historia, Memoria y Pasado Reciente*. Rosario, UNR/Homo Sapiens Ediciones, 2004, N°20.

<sup>8</sup> SAIN, Marcelo. *Alfonsín, Menem e as relações cívico-militares. A construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática (1983-1995)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

<sup>9</sup> JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid, Siglo XXI, 2002.



“conflictos por la memoria” en el campo más general de las luchas políticas que los orientan, incorporando al análisis, por ejemplo, el tipo de relación establecida por las Fuerzas Armadas con la política militar y de defensa del gobierno menemista.

En este trabajo analizamos las “autocríticas” de 1995 y 1998 y su impacto sobre la interna militar argentina, deteniéndonos especialmente en los conflictos entablados entre Balza y distintas organizaciones de militares retirados, entre ellas el Círculo Militar, el Foro de Generales Retirados y el Grupo de Almirantes.

Sostenemos que las “autocríticas” no se apartaron del “régimen de memoria” hegemónico en torno a la violación de los derechos humanos; que, en cambio, fueron parte de la estrategia de “subordinación condicionada” desarrollada por el Ejército frente al gobierno de Menem; que buscaron incidir en la interna que mantenía el jefe del Estado Mayor, representante del “espíritu técnico”, con las organizaciones de militares retirados, representantes del “espíritu heroico”, en el seno de la institución militar; y que los conflictos entre ambos bandos responden al enfrentamiento mayor entre la “ética de la responsabilidad” y la “ética de la convicción” que han atravesado tanto a la dirigencia política como a las mismas Fuerzas Armadas en el plano de los derechos humanos desde la transición a la democracia.

### **Las “autocríticas” de 1995**

En 1991 el general Martín Balza fue designado jefe del Estado Mayor General del Ejército Argentino. Se trataba de un militar muy particular, con una trayectoria profesional que le permitía colocarse en una muy conveniente posición de equidistancia frente a las fracciones internas del Ejército. Por un lado, durante la etapa más cruenta de la “lucha antisubversiva” se encontraba estudiando en la Escuela Superior de Guerra del Perú, por lo que podía autoadjudicarse cierta “ajenidad” con la represión, y había participado, como miembro de la fracción “oficialista”, leal al gobierno civil, en la represión de los levantamientos de los “carapintadas”. Pero por otro lado había sido condecorado por su desempeño durante la guerra de Malvinas, como muchos de estos últimos, mientras que varios de los generales que lo acompañaban en la conducción del Ejército se habían desempeñado como jefes de Regimiento o jefes de Grupos de

Artillería durante la dictadura, por lo que podían ser sospechados de haber tenido “responsabilidades medias”<sup>10</sup> de tipo “operativo” en la “lucha contra la subversión”.<sup>11</sup>

En 1995 el “pacto de sangre” sostenido por las Fuerzas Armadas en torno a la “lucha antisubversiva” fue puesto en peligro por las confesiones de dos “arrepentidos”. En febrero, el capitán de corbeta (RE) Adolfo Scilingo confirmó la existencia de los denominados “vuelos de la muerte”, mediante los cuales la Armada había arrojado prisioneros vivos al Océano Atlántico desde aviones de la Fuerza durante la dictadura, metodología que había sido negada sistemáticamente por las autoridades militares.<sup>12</sup> Poco después, el sargento Víctor Ibáñez afirmó que el Ejército también había realizado “vuelos”, y detalló las torturas y vejaciones a los que eran sometidos los detenidos en el Centro Clandestino de Detención “El Campito”, ubicado en Campo de Mayo, provincia de Buenos Aires.<sup>13</sup>

El 26 de abril de 1995 el general Balza pronunció la primera “autocrítica” institucional del Ejército. El jefe del EMGE procuraba “blanquear” la posición de su Fuerza reconociendo cierta responsabilidad por los “errores” cometidos en el pasado: muy especialmente, el empleo de “medios injustos” para alcanzar “fines justos”.

Recurriendo a la “teoría de los dos demonios”<sup>14</sup> para caracterizar el escenario de confrontación previo al golpe de Estado de marzo de 1976, Balza acusaba al “terrorismo demencial” de haber provocado la respuesta “equivocada” (pero “necesaria”) de las Fuerzas Armadas.

Nuestro país vivió una década, la del ‘70, signada por la violencia, por el mesianismo y por la ideología. Una violencia que se inició con el terrorismo (...), y que desató una represión que hoy estremece (...) El

---

<sup>10</sup> MITTELBACH, Federico y Jorge MITTELBACH. *Sobre Áreas y Tumbas. Informe sobre desaparecidos*, Buenos Aires, Sudamericana, 2000.

<sup>11</sup> Mario Cándido Díaz, subjefe del EMGE, había sido jefe del Regimiento de Infantería Mecanizada; Máximo Groba, comandante del Cuerpo de Ejército II, jefe del Regimiento de Caballería de Tanques 7; Jorge Halperin, jefe del Cuerpo V, jefe del Regimiento de Infantería Mecanizada 6; y Raúl Gómez Sabaini, inspector general del Ejército, jefe del Grupo de Artillería de Defensa Aérea 602. CANELO, Paula. *Entre la política y la técnica... Op. cit.*; y CANELO, Paula. *¿Un nuevo rol para las Fuerzas Armadas?... Op. cit.*

<sup>12</sup> *Página/12*, 3 de mar. 1995.

<sup>13</sup> *La Prensa*, 25 de abr. 1995.

<sup>14</sup> La denominada “teoría de los dos demonios” fue el eje principal mediante el que la sociedad argentina entendió el terrorismo de Estado a partir de la transición a la democracia, y la base de la política de derechos humanos de Alfonsín y también, posteriormente, del Indulto. La misma le atribuye la responsabilidad de la violencia política argentina de la década del setenta al enfrentamiento entre dos terrorismos, uno de ultraizquierda y otro de ultraderecha, frente al que la mayoría de la sociedad argentina habría permanecido “ajena”.

Ejército, instruido y adiestrado para la guerra clásica, no supo como enfrentar desde la ley plena al terrorismo demencial. Este error llevó a (confundir) el camino que lleva a todo fin justo, y que pasa por el empleo de medios justos. Una vez mas reitero: el fin nunca justifica los medios.<sup>15</sup>

Los “fines justos” de la “lucha antisubversiva” no justificaban los “medios injustos” (el asesinato, el secuestro, la tortura, etc.). Ambos bandos, el “terrorismo” y las Fuerzas Armadas, debían asumir las “responsabilidades” correspondientes:

Siendo justos (...) veremos que del enfrentamiento entre argentinos somos casi todos culpables, por acción u omisión, por ausencia o por exceso, por anuencia o por consejo. Cuando un cuerpo social se compromete seriamente, llegando a sembrar la muerte entre compatriotas, es ingenuo intentar encontrar un solo culpable, de uno u otro signo, ya que la culpa en el fondo está en el inconsciente colectivo de la Nación toda, aunque resulta fácil depositarla entre unos pocos, para liberarnos de ella.<sup>16</sup>

Mediante la identificación de esta “responsabilidad social”, compartida, por los crímenes dictatoriales, Balza diluía las culpas de las Fuerzas Armadas: si la represión había sido responsabilidad de “casi todos”, casi podía afirmarse que no había sido responsabilidad de nadie.

A pesar de que hasta aquí la “autocrítica” no se apartaba, en lo sustantivo, del histórico discurso justificatorio del terrorismo de Estado, el jefe del EMGE también buscaba fortalecer su autoridad frente a las cúpulas procesistas. Así, Balza cuestionó el “tipo de mando” irresponsable<sup>17</sup> característico de las “cúpulas procesistas” y el “tipo de obediencia” ciega característico de los subordinados, sosteniendo que los “medios injustos” empleados habían convertido a las Fuerzas Armadas en “delincuentes”:

“(…) nadie está obligado a cumplir una orden inmoral o que se aparte de las leyes y reglamentos militares. (...) Delinque quien vulnera la Constitución Nacional. Delinque quien imparte órdenes inmorales. Delinque quien cumple órdenes inmorales. Delinque quien, para cumplir un fin que cree justo, emplea medios injustos, inmorales.”<sup>18</sup>

Era hora, tal como venía afirmando la política de “clausura del pasado” del presidente Menem, y en ausencia de cualquier riesgo judicial, de “mirar hacia adelante”:

Si no logramos elaborar el duelo y cerrar las heridas, no tendremos futuro; (...) quiero decirles como jefe del Ejército que, asegurando su continuidad histórica como institución de la Nación, asumo nuestra

---

<sup>15</sup> *Página/12*, 26 de abr. 1995.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> DONADÍO, Marcela. *Op. cit.*

<sup>18</sup> *Página/12*, 26 de abr. 1995.

parte de la responsabilidad de los errores de esta lucha entre argentinos que hoy nos vuelve a conmover.<sup>19</sup>

La Armada y la Fuerza Aérea debieron establecer una postura institucional. Pero tanto el almirante Enrique Molina Pico, jefe de la Armada, como el brigadier Juan Paulik, jefe de la Fuerza Aérea, no aceptaron la necesidad, reclamada por Balza, de reconocer “responsabilidades” y defendieron el terrorismo de Estado. En mayo, el primero recordó que las Fuerzas Armadas habían respondido a “un ataque masivo contra la sociedad” frente al que había que “matar o morir”, y afirmó que los “hombres que habían cumplido con su deber” ya habían rendido cuentas ante una “justicia humana imperfecta” basada en una “verdad incompleta”.<sup>20</sup> Por su parte, Paulik recordó que las Fuerzas Armadas habían sido “un factor más en un país dominado por una escalada de violencia” frente a “terroristas” “empeñados en lograr el poder a toda costa y alimentados por ideologías extremistas”.<sup>21</sup>

El mensaje de Balza fue bien recibido por el gobierno nacional y gran parte de la opinión pública. El presidente Menem lo calificó como “excelente” y Estela De Carlotto, presidenta de la organización de derechos humanos Abuelas de Plaza de Mayo, como un “paso positivo”.<sup>22</sup>

Sin embargo, la “autocrítica” tuvo un impacto muy negativo sobre la cohesión institucional, provocando la inmediata reacción de varias asociaciones de militares retirados.

### **El Foro de Generales Retirados y el Círculo Militar**

El 4 de diciembre de 1996 se creó una nueva asociación profesional: el Foro de Generales Retirados. La misma reunía a más de 200 generales en situación de retiro (sobre alrededor de 320), y cubría un espectro generacional de 45 promociones.

Las características de la nueva organización eran poco auspiciosas para los objetivos de Balza. Entre figuras militares de marcado perfil político (como Roberto Levingston, ex presidente de la Nación, o Alcides López Aufranc, ex jefe del EMGE),

---

<sup>19</sup> *Ibidem.*

<sup>20</sup> *Desembarco*, N°155.

<sup>21</sup> *La Prensa*, 4 de mayo 1995.

<sup>22</sup> *Micro Semanario*, Año 5, N°193, 24 de abr. 1995.

el Foro estaba integrado por altos funcionarios de la dictadura. Entre ellos, los generales Reynaldo Bignone, último presidente de facto del Proceso, y varios Comandantes de Cuerpo de Ejército, baluartes del terrorismo de Estado, como Jorge Olivera Rovere, Luciano Benjamín Menéndez, Cristino Nicolaidis, Fernando Santiago y Jorge Maradona. Muchos de ellos habían pertenecido a la fracción “dura” del Ejército, fervorosa defensora del terrorismo estatal, o a la “industrialista”, entusiasta promotora de la intervención del Estado en la economía,<sup>23</sup> lo que resultaba poco auspicioso en un contexto donde las “autocríticas” se combinaban con vastas reformas estructurales.

En su primer documento público, el Foro denunciaba el accionar destructivo de los gobiernos de Alfonsín y de Menem, que “han colocado al país en un virtual estado de indefensión”, resultado de la acción conjunta de la “clase política” y de quienes “conducen técnicamente la economía (que) consideran a las FFAA (...) inversiones no rentables”.<sup>24</sup>

Las preocupaciones del Foro encontraban eco en el Círculo Militar, una de las instituciones militares argentinas más tradicionales, creada en 1881 para brindar servicios culturales y recreativos para sus asociados (oficiales del Ejército, retirados y en actividad, y algunos miembros de las otras Fuerzas y sus familias), que históricamente había operado como un verdadero “foro político”.<sup>25</sup> Hacia 1997, su presidente era el general (RE) Ramón Genaro Díaz Bessone, miembro paradigmático de la fracción “dura” del Ejército durante la dictadura,<sup>26</sup> al igual que varios integrantes del Foro de Generales.

En mayo de 1997, en la conmemoración del 187° aniversario del Ejército, Díaz Bessone también denunciaba la crisis de las “estructuras de la Defensa Nacional” y la primacía de criterios “economicistas” en la toma de decisiones.<sup>27</sup>

Pero lo que unía indisolublemente a ambas organizaciones de retirados era la defensa del terrorismo de Estado:

La Argentina fue el teatro de un guerra revolucionaria, que ya nadie se atreva a desconocer sin falsía. (...) Las FFAA fueron empeñadas en

<sup>23</sup> CANELO, Paula. *El Proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone*. Buenos Aires, Prometeo, 2008.

<sup>24</sup> *La Nación*, 7 de mar. 1997.

<sup>25</sup> ROUQUIÉ, Alain. *Poder militar y sociedad política en Argentina*. Buenos Aires, Emecé, 1981.

<sup>26</sup> CANELO, Paula. *El Proceso en su laberinto... Op. cit.*

<sup>27</sup> CIRCULO MILITAR. *Palabras pronunciadas por el Presidente del Círculo Militar, Gral. Div. Ramón Genaro Díaz Bessone, conmemorando el 187° aniversario del Ejército Argentino*. Buenos Aires, Círculo Militar, 29 de mayo 1997, p. 6 y ss.

1975 por el gobierno constitucional, que les prescribió aniquilar a la subversión. (...) La victoria militar en la guerra contra la subversión es una página de gloria para el Ejército Argentino.<sup>28</sup>

El conflicto entre el jefe del EMGE y las principales organizaciones de retirados estallarían con crudeza cuando, en 1998, Balza encare una nueva “autocrítica” institucional.

### La “autocrítica” de 1998

En enero de 1998 el represor Alfredo Astiz, uno de los máximos baluartes de la “lucha antsubversiva”, volvió a poner en peligro el “pacto de sangre”. El marino reveló escalofriantes detalles sobre su participación en los Grupos de Tareas de la Marina y afirmó, refiriéndose a los desaparecidos, que “los limpiaron a todos, no había otro remedio”.<sup>29</sup> Además, acusó a Balza de “cretino. ¿Cómo va a decir que hay órdenes que no hay que obedecer? No existirían las Fuerzas Armadas si eso fuera cierto”,<sup>30</sup> y confesó la existencia de un profundo malestar militar:

Todos los días vienen a verme camaradas a decirme: justamente vos, no puede ser, tenés que liderar un levantamiento (...) que no nos sigan acorralando, porque no sé cómo vamos a responder. Están jugando con fuego. (...) Las Fuerzas Armadas tienen quinientos mil hombres técnicamente preparados para matar. Yo soy el mejor de todos.<sup>31</sup>

Como en 1995, *a posteriori* de una ruptura del “pacto de sangre”, Balza encaró la segunda “autocrítica” del Ejército. La misma debía ser más audaz que la anterior porque buscaba cumplir un conjunto más amplio de objetivos: frenar la locuacidad de Astiz, disciplinar a los retirados, detener la revisión de las “leyes del perdón”<sup>32</sup> y sortear las resistencias parlamentarias a aprobar los ascensos de militares sospechados de represores.

El 12 de febrero de 1998, en la conmemoración de la batalla de Chacabuco, el jefe del EMGE pronunció un discurso en el que refutaba varios de los argumentos

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 18-19.

<sup>29</sup> *Trespuntos*, 14 de ene. 1998.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> *Ibid.*

<sup>32</sup> En enero de 1998 un grupo de diputados nacionales había presentado un proyecto para la “derogación y declaración de nulidad absoluta” de las Leyes de “Punto Final” y de “Obediencia Debida”. *La Nación*, 24 de nov. 1997. Ambas leyes, conocidas popularmente como “leyes del perdón” habían sido sancionadas durante el gobierno de Alfonsín para limitar en forma contundente los alcances del proceso de judicialización por los crímenes cometidos durante el terrorismo de Estado.

centrales con los que tanto militares como civiles habían intentado legitimar, durante décadas, las atrocidades cometidas durante la “lucha antsubversiva”. Entre otros, que la represión se había ejecutado obedeciendo las órdenes de un gobierno constitucional, el de Isabel Perón:

Es cierto que cumplimos órdenes de un gobierno constitucional, pero sólo lo hicimos hasta el 24 de marzo de 1976, a partir de esa fecha perdimos la legalidad que proporciona el estado de derecho en su monopolio del uso de la fuerza. Es cierto que se había ordenado ‘aniquilar a la subversión’, pero como profesionales sabemos que el concepto aniquilar se refiere a ‘quebrar la capacidad de lucha del enemigo’ y que el aniquilamiento puede ser físico pero en la mayoría de los casos es moral.<sup>33</sup>

Por otro lado, y a diferencia de su discurso de 1995, el jefe del EMGE ponía en cuestión la “teoría de los dos demonios”, aceptando que el terrorismo estatal no era equiparable a la acción de los “terroristas”, aun cuando no los excusaba de la responsabilidad por la masacre:

El ‘subversivo terrorista’ no tiene responsabilidad institucional, en cambio, el militar debe regirse por códigos que le son propios (...). En una lucha o en una guerra, la figura del desaparecido es la excepción, nunca la norma; (...) faltó atreverse al juzgamiento legal del oponente y la aplicación, de ser necesario, de las máximas condenas. Se optó por recurrir a macabros procedimientos que privaron a los familiares de enterrar a sus muertos, contrariando con ello las normas elementales de cualquier religión.<sup>34</sup>

Balza construía dos antagonistas principales: las cúpulas procesistas y “cierta dirigencia política”, a la que recordaba en el pasado “golpeando a la puerta de los cuarteles”.<sup>35</sup> El jefe del EMGE se preguntaba hasta cuándo “miles de oficiales y suboficiales” debían soportar el “estigma” con el que se los castigaba (bloqueando, por ejemplo, sus ascensos en el Congreso Nacional), mientras que “conocidos funcionarios del llamado ‘Proceso’, como así también algunos integrantes de organizaciones ilegales de aquellos años no son inhabilitados hoy para ocupar puestos prominentes”.<sup>36</sup>

La segunda “autocrítica” del Ejército tuvo, al igual que la primera, una repercusión favorable en el entorno presidencial y en varios organismos de derechos humanos. Pero radicalizó los ataques del frente interno hacia las cúpulas militares. El Foro de Generales Retirados le advertía a la conducción del Ejército que “el

---

<sup>33</sup> *Soldados*, III/1998.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> *Ibid*.

<sup>36</sup> *Ibid*.



arrepentimiento (...) es patrimonio intransferible de quien lo asume”, mientras que a la dirigencia política le reclamaba detener “los agravios” y “el proyecto de derogación de las leyes de obediencia debida y punto final”.<sup>37</sup>

El malestar era inseparable del avance del frente de los derechos humanos<sup>38</sup>. El 9 de junio de 1998 el juez Roberto Marquevich dispuso la detención del general (RE) Jorge Rafael Videla (presidente de la Nación, Comandante en Jefe del Ejército y miembro de la Junta Militar durante el Proceso) por el delito de robo de bebés. Poco después también eran detenidos por el mismo motivo el almirante (RE) Emilio Eduardo Massera (Comandante en Jefe de la Armada y miembro de la Junta) y otros marinos. El delito de robo de bebés era un crimen imprescriptible, que había sido explícitamente excluido de los alcances de las “leyes del perdón”.<sup>39</sup>

Dos días después de la detención de Massera se constituyó una nueva asociación profesional, el Grupo de Almirantes Retirados, integrado por alrededor de 125 miembros sobre un total de 200 en situación de retiro. La posición de los almirantes era aún más recalcitrante que la de los generales: para ellos, la “lucha antisubversiva” había sido “una guerra (...) a cuyo respecto la población no formuló preguntas, sino que esperó resultados”, y acusaban a los organismos de derechos humanos de conducir una “verdadera caza de brujas”.<sup>40</sup>

Ya en 1999, Menem y Balza debían entregar el poder a sus sucesores, Fernando De la Rúa y Ricardo Brinzoni, respectivamente. El presidente de la Nación agradecía a las Fuerzas Armadas su colaboración “para profundizar un proceso de transformación y

---

<sup>37</sup> *La Nación*, 23 de mar. 1998.

<sup>38</sup> Durante la segunda mitad de los años noventa aumentó la presencia pública de la agrupación HIJOS, creada en abril de 1995 por hijos de desaparecidos. Paralelamente, el juez español Baltasar Garzón investigaba la responsabilidad de militares argentinos en la desaparición de ciudadanos españoles, y se abrían causas similares en Francia, Italia, Alemania y Estados Unidos; en la Cámara Baja se impulsaba un proyecto de “Ley de la Verdad”, que reconocía el “derecho de todo integrante de la comunidad de conocer la verdad acerca de la desaparición forzada de personas, muerte, sustracción de menores y demás violaciones a los derechos humanos”. *Proyecto de Ley de Régimen del Derecho a la Verdad*, expedientes 1.331-D.-98 y 0633-D.-00, Dirección de Información Parlamentaria, Honorable Cámara de Diputados de la Nación de la República Argentina, 10 de mar. 2000. En octubre, la Corte Suprema de Justicia establecía los fundamentos de los “Juicios por la Verdad”, que permitirían ampliar el conocimiento existente sobre el terrorismo de Estado y avanzar con distintos juicios penales que se desarrollarían contra militares y civiles involucrados.

<sup>39</sup> CANELO, Paula. *Entre la política y la técnica... Op. cit.*

<sup>40</sup> *La Nación*, 5 de feb. 1999. Inmediatamente luego de la creación del Grupo de Almirantes, fuentes castrenses anunciaban la “inminente” creación del Foro de Brigadieres Retirados. *La Nación*, 28 de nov. 1998.

de cambio”,<sup>41</sup> mientras que el jefe del EMGE se despedía pidiendo “una vez más perdón a la sociedad”.<sup>42</sup>

El momento más crudo del enfrentamiento entre Balza y los retirados se daría durante la presidencia de De la Rúa (1999-2001). En junio de 2000 una multitudinaria asamblea en la que participarían 504 socios activos del Círculo Militar excluiría definitivamente al ex jefe del EMGE de la centenaria institución. Un asistente observaba, refiriéndose a Balza: “finalmente, este hombre logró unir al Ejército”.<sup>43</sup>

### **Reflexiones finales**

Desde la transición a la democracia en la Argentina, la cuestión de la violación de los derechos humanos ha estado signada por el enfrentamiento entre dos máximas de la acción. De acuerdo con las postulaciones weberianas, las mismas pueden ser caracterizadas como “ética de la responsabilidad” y “ética de la convicción”: mientras que la primera establece la obligación de dar cuenta de las consecuencias de la acción, la segunda postula fines últimos, a los que la acción debe adecuarse, más allá de las consecuencias que esta adecuación implique.<sup>44</sup>

Ambas éticas signaron la acción de los principales protagonistas de la lucha en torno a los derechos humanos durante la historia argentina reciente. En efecto, la “ética de la responsabilidad” fue invocada por los presidentes democráticos postdictadura (especialmente Alfonsín, Menem y De la Rúa), que ensayaron distintas formas de “clausurar” el pasado para evitar que este “amenazara”, sostenían, otros bienes que consideraban superiores, como “la democracia” o “el futuro”; pero también fue practicada por distintos jefes militares, como los generales procesistas Videla y Viola, las cúpulas “oficialistas” de la transición,<sup>45</sup> o el mismo Balza.

Simultáneamente, la “ética de la convicción” orientó tanto las posiciones de la gran mayoría de las Fuerzas Armadas como las de los organismos de derechos humanos; en ambos casos, la convicción acerca del carácter absoluto del propio fin

---

<sup>41</sup> *La Nación*, 6 de jul. 1999.

<sup>42</sup> *Soldados*, X/1999.

<sup>43</sup> *La Nación*, 1 de jul. 2000.

<sup>44</sup> WEBER, Max. “La política como vocación”, en *Ensayos de sociología contemporánea I*. Buenos Aires, Planeta, 1985 (1919).

<sup>45</sup> CANELO, Paula. *Entre la política y la técnica... Op. cit.*; y CANELO, Paula. *El Proceso en su laberinto... Op. cit.*

impidió que entablaran cualquier tipo de negociación. Para las primeras, comprometidas institucionalmente en la comisión de crímenes contra la humanidad, los medios empleados en el terrorismo de Estado estuvieron sobradamente justificados, por ser la única forma de obtener, afirman, el fin último perseguido: la defensa del “ser nacional” frente a la amenaza de su desintegración. Para los organismos, la única forma de construir un orden verdaderamente democrático y/o de recuperar la legitimidad del sistema jurídico, es castigar los crímenes cometidos al amparo del terrorismo estatal, entendida la justicia sobre los mismos como el fin último.

Durante los años noventa, ambas éticas encontraron claros exponentes en el general Balza por un lado, orientado por una “ética de la responsabilidad” que lo alineaba tras las posiciones del Ejecutivo, y en varias organizaciones de militares retirados por otro, que defendieron una “ética de la convicción” en el plano de los derechos humanos que los enfrentó con la conducción del Ejército.

A pesar de esta escisión fundamental que los separaba, Balza y los retirados construyeron “memorias” sobre la dictadura cuyas diferencias no fueron tan evidentes como se ha sostenido. En efecto, ambas se inscribieron dentro del “régimen de memoria” hegemónico porque compartían el marco interpretativo de la “teoría de los dos demonios”, donde la causa de la “desmedida reacción” militar era siempre el ataque “irracional” del “terrorismo subversivo”, responsable indiscutido del “drama” posterior.

Sin pretender, al menos en un inicio, “revisar” el pasado reciente del Ejército ni construir una “memoria alternativa”, la impactante “autocrítica” de 1995 se propuso, en realidad, dos objetivos de orden pragmático: restaurar el “pacto de silencio” frente a episodios de “arrepentimiento” de ex represores, y, simultáneamente, cimentar la política de “clausura del pasado” del Ejecutivo. Así, retribuyó con una estrategia de “subordinación condicionada” a las variadas concesiones con que el gobierno nacional compensaba al poder militar, especialmente, el Indulto, el mayor objetivo político perseguido por las Fuerzas Armadas en su conjunto al menos desde 1983.<sup>46</sup>

Pero las “autocríticas” revelan, además, el desarrollo de una fuerte interna política en el Ejército, de aristas complejas. En primer lugar, y lejos de permanecer en la posición “profesionalista” y apolítica con la que frecuentemente se lo ha asociado,

---

<sup>46</sup> CANELO, Paula. *El Proceso en su laberinto... Op. cit.*

Balza construyó su liderazgo radicalizando el enfrentamiento jerárquico que había atravesado a la Fuerza desde las postrimerías de la dictadura y que se había expresado paradigmáticamente en los levantamientos “carapintadas”. El mismo oponía a quienes “habían dado las órdenes” durante la dictadura de quienes podían ser calificados de “joven oficialidad inocente”, que el jefe del EMGE procuraba conducir y proteger. En segundo lugar, tras las escaramuzas entre Balza y los retirados es posible identificar la tensión, propia de las organizaciones militares modernas, entre los “jefes heroicos”, portadores del “espíritu combativo” (propio, en este caso, de los desquiciados escenarios de confrontación característicos de la dictadura), y los jefes “expertos en organización militar”, portadores del “espíritu técnico”<sup>47</sup> que resultaba más adecuado a los nuevos tiempos de reformas estructurales y reorganización estatal. Este proceso se expresa, por ejemplo, en el evidente ascenso dentro de la cúpula militar del arma de artillería, de alto perfil técnico y alta especialización, por sobre otras armas, tradicionalmente más numerosas y de mayor gravitación política, como la infantería.<sup>48</sup>

Sin embargo, cualquier intento de construir una “profesionalidad” militar diferente a la que había predominado durante décadas, basada en la legitimidad de tipo “heroico” o tradicional de la “lucha antisubversiva”,<sup>49</sup> no podía sino amenazar de muerte las precarias solidaridades militares, además de las posiciones de varios ex jefes militares que habían desempeñado durante el terrorismo de Estado sus roles profesionales más “destacados”.

Fue así que la “autocrítica” de 1998, a pesar de estar motivada también por criterios pragmáticos, debió ir bastante más allá que la primera. La “memoria” que procuró construir debió distanciarse de la defendida por los retirados y encadenar varios cuestionamientos, ciertamente inéditos, a los principales argumentos de justificación del terrorismo de Estado; entre ellos, la “teoría de los dos demonios” y el “cumplimiento de órdenes de un gobierno constitucional”.

En esta inédita pulseada se impuso muy rápidamente la “memoria procesista” de los “jefes heroicos”. Esta primacía se expresó tanto en la expulsión de Balza del Círculo Militar en el año 2000, como en la estrategia que desplegaría su sucesor, Brinzoni, a

<sup>47</sup> JANOWITZ, Morris. *El soldado profesional. Retrato político y social*. Buenos Aires, Editorial Bibliográfica Argentina, 1967 (1960).

<sup>48</sup> CANELO, Paula. *Entre la política y la técnica... Op. cit.*; y CANELO, Paula. *El Proceso en su laberinto... Op. cit.*

<sup>49</sup> CANELO, Paula. *El Proceso en su laberinto... Op. cit.*

partir de 1999, la que combinaría la defensa de la “lucha antsubversiva” con la profundización de la lucha presupuestaria y la “militarización de la seguridad interior”.<sup>50</sup>

Sin embargo, tal y como lo vienen demostrando hechos recientes, el último capítulo de esta historia, y por qué no, el desenlace de este perdurable enfrentamiento entre las dos éticas, están aún por escribirse.

## Referencias bibliográficas

### Fuentes citadas

1. Diarios nacionales

*Página/12*

*Clarín*

*La Nación*

*La Prensa*

2. Revistas

*Soldados*, Fundación Soldados, Ejército Argentino.

*Desembarco*, Armada Argentina.

*Trespuntos*

*Micro Semanario*, Revista Digital, FCEN, UBA.

3. Publicaciones de protagonistas

CIRCULO MILITAR. *Palabras pronunciadas por el Presidente del Círculo Militar, Gral. Div. Ramón Genaro Díaz Bessone, conmemorando el 187º aniversario del Ejército Argentino*. Buenos Aires, Círculo Militar, 29 de mayo 1997.

MITTELBACH, Federico y Jorge MITTELBACH. *Sobre Áreas y Tumbas. Informe sobre desaparecidos*, Buenos Aires, Sudamericana, 2000.

4. Documentos públicos

*Boletín Oficial* de la República Argentina

---

<sup>50</sup> CANELO, Paula. *Entre la política y la técnica... Op. cit.*; y CANELO, Paula. *¿Un nuevo rol para las Fuerzas Armadas?... Op. cit.*

*Proyecto de Ley de Régimen del Derecho a la Verdad*, expedientes 1.331-D.-98 y 0633-D.-00, Dirección de Información Parlamentaria, Honorable Cámara de Diputados de la Nación de la República Argentina, 10 de mar. 2000.

### **Fuentes Secundarias**

CANELO, Paula. *El Proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone*. Buenos Aires, Prometeo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Entre la política y la técnica. Las Fuerzas Armadas argentinas de la refundación a la prescindencia (Argentina, 1976-2001)*, Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales. Buenos Aires, FLACSO, 2006.

\_\_\_\_\_. *¿Un nuevo rol para las Fuerzas Armadas? Políticos y militares frente a la protesta social, los derechos humanos y la crisis presupuestaria. Argentina (1995-2002)*. Buenos Aires, CLACSO, 2010.

CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008.

DONADÍO, Marcela. *De los golpes a la cooperación: una mirada a la mentalidad profesional en el Ejército Argentino*. Tesis de Maestría en Ciencias Sociales. Buenos Aires, FLACSO, 2000.

JANOWITZ, Morris. *El soldado profesional. Retrato político y social*. Buenos Aires, Editorial Bibliográfica Argentina, 1967 (1960).

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid, Siglo XXI, 2002.

\_\_\_\_\_. “Los derechos humanos entre el Estado y la sociedad”, en SURIANO, Juan (dir.) *Nueva Historia Argentina, Tomo 10, Dictadura y Democracia (1976-2001)*. Buenos Aires, Sudamericana, 2005.

MAZZEI, Daniel. “El general Balza y la construcción de una memoria alternativa del Ejército argentino” en *Anuario Historia, Memoria y Pasado Reciente*. Rosario, UNR/Homo Sapiens Ediciones, 2004, N°20.

ROUQUIÉ, Alain. *Poder militar y sociedad política en Argentina*. Buenos Aires, Emecé, 1981.

SAIN, Marcelo. *Alfonsín, Menem e as relações cívico-militares. A construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática (1983-1995)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

WEBER, Max. “La política como vocación”, en *Ensayos de sociología contemporánea I*. Buenos Aires, Planeta, 1985 (1919).

# Stronismo: Colorización de las Fuerzas Armadas y adoctrinamiento en Paraguay

Sonia Winer\*

## Resumen:

El siguiente artículo estudia las variables que incidieron en las Fuerzas Armadas durante el periodo stronista (1954-1989), centrándose en la relación estatal-partidaria-militar articulada por el régimen en Paraguay. Abordaremos también los presupuestos y las técnicas de combate planteados por la guerra contrainsurgente en el marco de la doctrina de la seguridad nacional, introducidos en el país por iniciativa del general Alfredo Stroessner, quien promovió un proceso de adoctrinamiento sobre las Fuerzas Armada.

**Palabras claves:** Fuerzas Armadas- Paraguay- Adoctrinamiento

## Abstract:

*The purpose of this article is to explore the variables that impact the behaviour of the Armed Forces during the stronist period (1954-1989), with particular emphasis in the articulation of state-political party-military carried out by the paraguayan regime. We will also tackle the assumptions and combat technique sunderlying the counterinsurgency warfare, in the context of the national security doctrine, introduced in the country by Alfredo Stroesner, who promoted the indoctrination of the Armed Forces.*

**Keywords:** *Armed Forces – Paraguay- Indoctrination*

## Stronización del aparato represivo y colorización de las Fuerzas Armadas

En el siguiente apartado estudiaremos las principales variables que incidieron en las Fuerzas Armadas durante el periodo stronista (1954-1989), postulando que las mismas – tanto las acciones implementadas por Stroessner como la incidencia doctrinaria y la relación con Estados Unidos –, deben ser comprendidas en el marco de un Estado que priorizó la necesidad de crear un orden político interno, imponiendo un régimen de dominación, con el fin de constituirse en actor capaz de articular relaciones

---

\* Licenciada en Ciencia Política de la UBA, Magister en estudios Latinoamericanos de la Universidad de Toulouse en Francia, candidata a doctora en ciencias sociales de la UBA y becaria del CONICET. Coautora de *Estrategia militar de Estados Unidos en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2006. soniawiner@hotmail.com



sociales estables dentro del territorio paraguayo.<sup>1</sup> Para lograr ese objetivo, se desplegaron una serie de medidas, en el contexto de guerra fría; como por ejemplo el importante fortalecimiento de una relación cercana con Estados Unidos basada en el “mutuo oportunismo y explotación recíproca, inherentemente desigual.”<sup>2</sup>

El paso de Stroessner por la Escuela Militar de Brasil, donde había asistido en 1940 para realizar cursos especializados de artillería, le serviría para entablar amistad con oficiales brasileños y norteamericanos. Aquellas relaciones, y la estrecha asociación de Río de Janeiro con Washington, se tornarían decisivas para la carrera política y militar del autócrata y para su visión estratégica del mundo y del lugar de Paraguay en el Cono Sur. Por eso, ni bien asumió, el autócrata intentó convencer a la administración de Eisenhower de su capacidad para transformar a Paraguay en un bastión estable del anticomunismo en la región, siempre y cuando recibiera a cambio el apoyo político, económico y militar de Estados Unidos. Washington accedió a las demandas, pues veía con buenos ojos que Stroessner se apartara de la tradicional preferencia y compromiso con Argentina, para dirigir a su país hacia una mayor integración económica y estratégica con Brasil (el gran aliado estadounidense en Sudamérica), y la ayuda obtenida resultó fundamental para la supervivencia y consolidación del régimen en esos primeros años posteriores a 1954.

La necesidad de consolidar un orden estable se planteó en contraposición a la crisis de dominación que atravesaba a Paraguay desde hacía dos décadas, cuya manifestación política se había expresado en una guerra civil y en la sucesión de siete presidentes solo entre 1947 y 1954. Las manifestaciones culturales e intelectuales habían evidenciado los cuestionamientos al “consenso liberal”,<sup>3</sup> dando cabida a la formación de un “militarismo nacional” paraguayo y a una reforma constitucional que legalizó lógicas autoritarias y corporativas<sup>4</sup> y terminó facilitando la permanencia del stonismo en el poder.

La presencia de los militares en la arena política en la década de 1930 como también de expresiones más tardías, con impronta nacionalista, de orientación estatal y autoritaria, en un contexto de crisis internacional y de crisis de las clases dominantes,

<sup>1</sup> OSZLAK, Oscar. “Formación histórica del Estado en América Latina: elementos teóricos-metodológicos para su estudio”, *Estudios CEDES*, Buenos Aires, 1978, n°1.

<sup>2</sup> MORA, Frank y COONEY, Jerry. *El Paraguay y Estados Unidos*. Asunción: Intercontinental, 2009, p. 204.

<sup>3</sup> Consenso impuesto con el fin de la Guerra de la Triple Alianza, en 1870.

<sup>4</sup> La constitución de 1940 posibilitó la coexistencia de estas lógicas con elementos liberales como el voto.

no fue privativa del Paraguay. En muchos sitios de América Latina los militares, ante la ausencia de una burguesía capaz de encarar un proyecto nacional, se postularon como grupo político preparado para gobernar.<sup>5</sup>

Sin embargo, todos los presidentes que pasaron por el Ejecutivo, desde mediados del treinta, habían participado, de alguna manera, en la guerra del Chaco (1932-1935); y todos utilizaron a los partidos políticos tradicionales y sus productivas identidades para acceder al Ejecutivo. Específicamente, con excepción de Estigarribia (1939-1940), todos devendrían colorados. Este partido había tenido la virtud de “incorporar” a su identidad, a través de su revisionismo histórico,<sup>6</sup> a los “padres fundadores de la patria” (Francia, los López), en especial a la popular y heroica figura del Mariscal Francisco Solano López, muerto en la guerra de la Triple Alianza.<sup>7</sup>

En aquel momento, numerosos militares, frente a la imposibilidad de las Fuerzas Armadas de constituirse como actor autónomo, se terminaron alojando en el Partido Colorado y Stroessner no fue la excepción. Se afilió entonces en 1951 – apenas tres años antes de derrocar al presidente Federico Chávez –, pero no contaba con un anclaje sólido dentro del coloradismo. Y, aunque tenía el apoyo de una fracción del ejército, éste tampoco terminaba de serle leal.<sup>8</sup>

Por lo tanto, frente a la ausencia de fuerzas propias, Stroessner inauguró su régimen privilegiando un proceso de disciplinamiento, tanto partidario como militar, que lo condujo a rediseñar el entramado institucional estatal, colorado y militar; el cual desarrolló tres mecanismos principales para obtener el control de las Fuerzas Armadas: la partidización formal del estamento militar y la purga de oficiales institucionalistas, los privilegios materiales y el adoctrinamiento.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> ROUQUIÉ, Alain y STHEPEN. “Los militares en la política latinoamericana desde 1930”. In: BETHELL, Leslie (ed). *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1997, Tomo 12.

<sup>6</sup> Uno de cuyos exponentes principales era Natalicio Gonzales, autor de *El Paraguay Eterno*.

<sup>7</sup> SOLER, Lorena. *Régimen político y legitimidad. La construcción del orden stronista (1954-1989)*. Tesis de maestría, Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales de la UBA, 2008, p. 37.

<sup>8</sup> ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.

<sup>9</sup> RIQUELME, Marcial Antonio. *Stronismo, golpe Militar y apertura tutelada*. Asunción: RP Ediciones, 1992, p. 53.

### **Partidización de las Fuerzas Armadas**

Varios autores<sup>10</sup> coincidieron en señalar el periodo anterior a la guerra con Bolivia – mediado de la década del veinte – como el momento de profesionalización del ejército paraguayo y su autonomización de los caudillos políticos. Por entonces, las Fuerzas Armadas habían sido organizadas, bajo el gobierno liberal de Eligio Ayala (1923-1928), en torno al rol específico de defensa de la integridad y de la soberanía nacional. Y se consideraban una institución profesional subordinada al poder civil, donde primaba una oficialidad institucionalista que postulaba la neutralidad militar frente a los partidos políticos:

Las FFAA se colocan en presencia de la Nación, en un plano de absoluta imparcialidad y rectitud, que se traduce en norma institucional, en el respeto a los poderes públicos y en el respeto a la ciudadanía, para que los resortes esenciales de la autoridad rectora, sin lesionar los fueros de los gobernados...Le está vedado al militar, hacer vida de comité o de partido, mas no ciertamente desinteresarse de la suerte de la Patria, desde el momento que debe garantizar la estabilidad de las instituciones y declararse depositario de la fe pública.<sup>11</sup>

Si bien el golpe del 17 de febrero de 1936 encabezado por el coronel Rafael Franco (1936-1937) y la reforma constitucional de 1940 se constituyeron en hechos que debilitaron esa posición institucionalista – que a su vez se encontraba interpelada coyunturalmente por diferentes posturas ideológicas ligadas a la segunda guerra mundial –, no será hasta la instauración de la dictadura corporativista del General Higinio Morínigo (1940-1948) que esta corriente sufrirá un profundo debilitamiento. Morínigo no sólo continuó con las purgas dentro del Ejército que se habían iniciado con el golpe franquista (contra liberales y febreristas), exigiendo a los oficiales la firma de un “Acta de lealtad” a su persona y al “movimiento nacionalista”, sino que también – luego de vencer el levantamiento de 1947 y finalizados los seis meses que duró la guerra civil – impuso una “limpieza masiva” en el mes de agosto dando de baja a casi al 80% de los oficiales de carrera que se habían plegado a la coalición rebelde, reemplazándolos por oficiales de reserva con mezquino nivel de formación, pero leales a su persona.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> RIQUELME, Marcial Antonio. *Op. cit.*; CARDOSO GATTI, Gustavo. *El papel político de los militares en Paraguay*. Asunción: Biblioteca de Estudios Paraguayos, 1990.

<sup>11</sup> *Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación*, números 65, 66 y 67, mayo, junio, julio, Asunción, 1946, p. 35.

<sup>12</sup> ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina*. *Op. cit.*; LEWIS, Paul. *Paraguay bajo Militares e Política*, n.º 7 (jul.-dez. 2010), p. 117-134.

Aunque, a partir de entonces, se modificó radicalmente la composición de las Fuerzas Armadas y se aceleró tanto su desprofesionalización, como la partidización. La colorización de las Fuerzas recién será formalizada con el arribo de Stroessner al poder.

El anuncio de 1955 oficializaba la extensión del censo partidario a los cuarteles.<sup>13</sup> A partir de ese momento, también se exigió a los ingresantes del Colegio Militar (y a sus respectivos padres), como requisito indispensable para su admisión, que presentaran la afiliación firmada por “el presidente de la Honorable Junta del Partido Colorado”.

Estas medidas, además, generaron otro efecto: la militarización del Partido Colorado. Stroessner impuso a la junta partidaria generales de su confianza para tener una intervención vertical sobre la estructura y disciplinar a los afiliados.<sup>14</sup>

De allí en adelante, quienes pretendieron recuperar la autonomía del partido o del ejército fueron arrestados y enviados al exilio, en el mejor de los casos. Las purgas y la desprofesionalización creciente se constituyeron en principio cotidiano durante el stronismo, y varios militares colorados – cuando eran percibidos por el autócrata como rivales potenciales – fueron pasados a retiro o confinados en zonas inhóspitas del país.

De manera simultánea, se buscó consolidar la obediencia al Comandante en Jefe –puesto que Stroessner conservó treinta y cinco años, profundizando la disparidad de rangos – se reemplazó a todos los Comandantes de Unidades de alta graduación (generales, coroneles) por oficiales subalternos (mayores y capitanes). La sustitución de militares de carrera por la incorporación masiva de oficiales de reserva con muy bajos niveles de escolaridad, pero fanáticamente colorados y leales a Stroessner, además de la modificación sustantiva en los criterios discrecionales para la promoción dentro de las fuerzas, eliminaron los últimos remanentes del antiguo profesionalismo militar obtenido en la década del veinte:

Bajo Stroessner no había el menor estímulo para sobresalir en el plano profesional (...) El problema de la desprofesionalización se agudizó (...) especialmente a partir de 1986, cuando un enorme contingente de coroneles pasó a retiro con el objeto de acelerar la promoción de Gustavo Stroessner.<sup>15</sup>

---

*Stroessner*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

<sup>13</sup> Por medio de la circular número 24 de 1955.

<sup>14</sup> RIQUELME, Marcial Antonio. *Op. cit.* p. 54.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 55.

### Esquema patrimonialista

A su vez, el desarrollo de un esquema patrimonialista de dominación en Paraguay (en tanto forma de gobierno personalista donde la lealtad al gobernante está ligada a los incentivos y recompensas materiales)<sup>16</sup> ha sido analizado por diversos autores,<sup>17</sup> destacando todos la manera en que Stroessner incorporó a los oficiales de alto rango en este sistema. El autócrata les hacía participar organizadamente de los beneficios de la corrupción y hasta promovía su involucramiento en actividades ilícitas mediante la legalización de la dedicación militar en actividades económicas privadas (a través de la ley número 847 del “Estatuto del Personal Militar”, el cual habilitaba a los militares en servicio activo, para ejercer directamente o por medio de terceros la administración de sus bienes). Rouquié explicó el rol jugado por la “lealtad paga”:

Sobre todo en un estado ‘contrabandista’ como el Paraguay...Cada jefe de región militar fronteriza tiene su especialidad, de acuerdo a la demanda interna o externa y el arbitrio del ‘padrino’: harina, aparatos de televisión, automóviles, electrodomésticos, ganado robado, etc. Las muy permeables fronteras paraguayas explican el hecho de que la ‘tolerancia histórica’ del comercio ilegal se haya vuelto un medio de gobierno. Es el ‘precio de la paz’ como diría cínicamente Stroessner, quien sacrifica la economía doméstica en aras de su longevidad política.<sup>18</sup>

La corrupción funcionó como dispositivo de control efectivo del régimen sobre el estamento y la mayoría de los generales del stronismo se beneficiaron de grandes extensiones de tierra, de la concesión de la administración de empresas estatales, y de la utilización patrimonialista de bienes públicos (desde maquinaria, transporte y combustible, hasta mano de obra gratuita de los conscriptos) transformándose en poderosos hacendados agrícola-ganaderos o en ricos empresarios. De este modo asumían nuevas tareas que superaban, pero también desplazaban, a las estrictamente militares. Un ejemplo de ello lo constituyó el manejo de la fabricación de materiales para la construcción para planes de vivienda realizada por el I Cuerpo del Ejército.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> LINZ, Juan. *El quiebre de las democracias*. Madrid: Alianza, 1991.

<sup>17</sup> LEZCANO, Carlos María. “El régimen militar de Alfredo Stroessner: Fuerzas Armadas y Política en el Paraguay (1954-1989)”, *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, CEPAG, 1989, Año 26, n° 74, pp. 117-146; LEZCANO, Carlos María y MARTINI, Carlos. *Fuerzas Armadas y democracia. A la búsqueda del equilibrio perdido. Paraguay 1989-1993*. Asunción: CDE, 1994; RIQUELME, Marcial Antonio. *Op. cit.*; ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina. Op. cit.*

<sup>18</sup> ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina. Op. cit.*, p. 205.

<sup>19</sup> SOLER, Lorena. *Op. cit.*, p. 52.

En definitiva, la ausencia de institucionalidad y de profesionalismo militar logró que devinieran en “empresarios de la política”,<sup>20</sup> afiliados al Partido Colorado y leales al régimen.

### **Adoctrinamiento: fusión policial-militar en la guerra contrainsurgente**

Otro mecanismo utilizado por el stronismo para controlar a las fuerzas estatales y coloradas residió en el adoctrinamiento en guerra revolucionaria, devenida contrarrevolucionaria o contrainsurgente – GC, el cual reforzó una orientación antidemocrática dentro del estamento militar paraguayo y ayudó a racionalizar y legitimar los esquemas de seguridad utilizados por el régimen. La noción de GC fue desarrollada en los años cincuenta por la pluma francesa, a partir de la experiencia en Indochina y de su aplicación en Argelia. Extraída del libro *La estrategia de la guerra revolucionaria en China*,<sup>21</sup> la teoría del pez en el agua<sup>22</sup> elaborada por el coronel Lacheroy se propuso explicar la centralidad del dominio de la población en los nuevos escenarios bélicos, trastocando así el universo conceptual de los militares: ahora tendrían que luchar contra enemigos de difícil identificación diseminados en la sociedad civil, asumiendo tareas de naturaleza política y policial.

La escuela propuso una visión global de la GC, construida sobre la premisa de que los movimientos de descolonización eran dirigidos por el comunismo internacional en contra del mundo libre y era necesario combatirlos desde el campo militar: cuestionaba los límites impuestos al accionar de las Fuerzas Armadas al interior de las fronteras nacionales comenzando con la reglamentación que la limitaba en caso de producirse disturbios del orden público.

La urgencia de los acontecimientos históricos en el orden bipolar, condujo a diseñar una modelización del proceso subversivo a escala mundial que se basó en una doble convicción: privadas de voluntad propia, las “masas amorfas” eran presa de un puñado de agitadores, quienes las “podrían” como un cáncer social. Para cuidar al cuerpo enfermo era preciso extraer la metástasis revolucionaria. Siguiendo la metáfora

---

<sup>20</sup> ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina. Op. cit.*, p. 175.

<sup>21</sup> Publicado por Mao Tsé Tung en 1938 y traducido en Francia en 1950.

<sup>22</sup> Según Mao “Por un soldado de combate, hacen falta diez civiles simpatizantes. Las poblaciones son a los militantes lo que el agua al pez”.

de Mao, para destruir el pez había que quitarlo del agua, lo que convertía a la inteligencia en el acto esencial de la cirugía.<sup>23</sup>

En consecuencia, a la nueva modalidad de la amenaza planteada en la GC había que oponerle un “método contrarrevolucionario” o de “pacificación” que fue probado en la tristemente célebre “Batalla de Argel”.<sup>24</sup> A partir de 1957, se aludió a la “guerra sucia” argelina para señalar la proliferación de “técnicas” ilegales en la GC, erigiendo a la tortura como arma absoluta de la guerra antisubversiva.<sup>25</sup>

El objetivo de control sobre las masas populares, donde cualquier forma de oposición organizada se constituía subversiva, habilitaría la instrumentalización del terror y las “técnicas” de secuestro individual y grupal, el interrogatorio, la desaparición forzada de personas, las ejecuciones extrajudiciales, los campos de concentración, todo en pos de subsumir a los indecisos, convertir a los “reductibles” y abatir a los “irreductibles”.

Varios autores<sup>26</sup> coinciden en señalar que las nociones acerca de la GC se integraron al cuerpo de la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN). Simultáneamente, la idea central de que las condiciones de penuria material podían generar un ambiente propicio para el avance de regímenes de características radicales, por una parte, y de propuestas desarrollistas, por la otra, fue tomada como fundamento del programa presentado por la Alianza para el Progreso en 1961. Mismo año en el que la Escuela de las Américas ponía en marcha el primer curso de GC por encargo especial del presidente Kennedy. El inicio de los sesenta se convirtió en testigo de un doble crecimiento: el de la ayuda económica destinada a fines militares y el de la cantidad de oficiales latinoamericanos que asistían a la Escuela de las Américas, ambos

---

<sup>23</sup> PEYRES, Gabriel. *De l'action militaire a l'action politique. Impulsion, codification et application de la doctrine de la "guerre révolutionnaire" au sein de l'armée française (1944-1966)*. Tesis de doctorado, Universidad Paris 1, 1999.

<sup>24</sup> Famosa porque así se tituló una película, filmada en 1966 por el director italiano Gillo Pontecorvo, producida y actuada por Yaceef Saadi e que narraba los métodos desplegados por los militares franceses en el conflicto que se dio en la Ciudad Blanca en 1957, y que duró aproximadamente seis meses para desarticular la estructura del Frente de Liberación nacional Argelino.

<sup>25</sup> ROBIN, Marie Monique. *Escuadrones de la muerte. La escuela Francesa*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 162.

<sup>26</sup> COMBLIN, Joseph. *Le pouvoir militaire en Amérique Latine. L'idéologie de la sécurité nationale*. Paris: Jean Pierre-Delarge/Editions Universitaires, 1977; ROBIN, Marie Monique. *Op. cit.*; PIANETTO, María Elena Besso. “Una doble estrategia en versiones diversas, la doctrina de la seguridad nacional en Brasil, Chile y Perú”, Buenos Aires, e-l@tina, Revista electrónica de estudios latinoamericanos, 2006, Volumen 4, n° 16, p. 39-60.



proporcionales con la envergadura de las amenazas potenciales planteadas desde la perspectiva del Pentágono.<sup>27</sup>

En Paraguay, si bien desde el año 1947 se había iniciado la recepción de un equivalente a 570 mil dólares anuales en armamentos, repuestos, municiones, etc. por parte del Programa de Ayuda Militar<sup>28</sup> y se enviaban desde esa época oficiales a los cursos de capacitación impartidos por Estados Unidos, estas acciones se intensificaron. Entre 1962 y 1966, el régimen de Stroessner obtuvo 41 millones de dólares estadounidenses, que, sumados a los créditos de bancos norteamericanos e instituciones crediticias internacionales controladas por Washington, alcanzaron los 73 millones. La ayuda militar (5, 5 millones) elevó la suma total a más del 5 % del PBI paraguayo.<sup>29</sup>

En esos años, alrededor de cuatrocientos paraguayos participaron en programas de formación militar en la zona del Canal de Panamá y en territorio continental a través del programa IMET (Educación y Entrenamiento Militar Internacionales). La ayuda monetaria estadounidense alcanzaría a cubrir el 17% del presupuesto de Defensa del país sudamericano en aquel periodo. Además, a fines de marzo de 1964, Washington y Asunción celebraron al unísono el advenimiento de un régimen militar pro-norteamericano en Brasil, reconociendo casi al mismo tiempo al nuevo gobierno mientras Stroessner se apuraba a estrechar lazos económicos y de seguridad con el régimen de Castelo Branco. El derrocamiento de João Goulart fortalecería, a través de una nueva vía, de manera estratégica las relaciones paraguayo-norteamericanas.

La presencia de instructores estadounidenses aumentó de tres a seis en Paraguay, país que sistemáticamente se alineó con Estados Unidos en las instancias internacionales, inaugurando una tradición de colaboración que perduraría en el tiempo. Un ejemplo de esto se evidenció en 1965, cuando el stronismo envió doscientos soldados para la ocupación de República Dominicana mientras defendía la postura norteamericana en la OEA sobre este conflicto y convocaba a una intervención internacional para “detener la agresión comunista en el Caribe”.<sup>30</sup>

Además de ser el primero en presentar un proyecto que exigía financiación ante la Alianza para el Progreso, Stroessner fue pionero en la incorporación del discurso

---

<sup>27</sup> PIANETTO, María Elena Besso. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>28</sup> BOUVIER, Virginia. *Decline of the Dictator: Paraguay at a Crossroads*. Washington: Wola, 1988, p. 8.

<sup>29</sup> MORA, Frank y COONEY, Jerry. *Op. cit.*, p. 215.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 23 y 24.

doctrinario de GC, como quedó plasmado en la argumentación de su demanda. El general afirmó que el modo de combatir el comunismo era “resolver los problemas y elevar los estándares de vida de los pueblos”. Al relacionar el comunismo con el subdesarrollo, el autócrata trataba hábilmente de incrementar el monto de la ayuda económica estadounidense fundamentándose en las premisas de la GC.<sup>31</sup>

Para cuando el Estado Mayor del norte fue instruido en las técnicas de la GC por uno de los protagonistas de Argel, el general Aussaresses (instructor de los cursos de Fort Bragg y de Fort Bening), los contornos de definición del adversario se habían esfumado mientras las “técnicas” de la GC se expandían en el continente.

Años más tarde, esta percepción de la amenaza difusa abrevó en la construcción de dispositivos estatales que, según el ideólogo del Colegio Nacional de Guerra del Paraguay, precisaban subordinar todas las actividades de un país a la seguridad nacional definida como:

El grado relativo de garantía que, a través de acciones políticas, económicas, psicosociales y militares, un Estado puede proporcionar, en una determinada época, a la nación que jurisdicciona para la consecuencia y salvaguardia de los Objetivos Nacionales a pesar de los antagonismos internos o externos, existentes o previsibles.<sup>32</sup>

Así, la doctrina de la GC suprimía la distinción entre violencia y no violencia, entre los medios de presión violentos y los no violentos, entre violencia represiva y violencia preventiva. La seguridad absoluta tenía un precio, la inseguridad absoluta de los ciudadanos, pues al no reconocer diferencias entre crítica, oposición política, subversión, guerrilla, todo quedaba englobado como expresión de un mismo fenómeno: la subversión.<sup>33</sup> Este fue ligado a cualquier expresión de descontento popular y, según la GC, debía destruirse o neutralizarse lo antes posible.

A pesar de que la institucionalidad de la DSN y de la GC arribó con cierto retraso a Paraguay, su cuerpo doctrinario encontró un terreno especialmente propicio debido a la influencia previa del régimen, y a la de la Misión Militar Brasileña instalada en el país, aunque no se originó un nuevo tipo de profesionalismo como en Brasil.<sup>34</sup> Sumado al trabajo desempeñado por la Misión Militar de Estados Unidos<sup>35</sup> por medio

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 188.

<sup>32</sup> LITTUMA, Alfonso. *La Nación y su Seguridad*. Assunción: Comando en Jefe de las Fuerzas Armadas, 1975, p. 57.

<sup>33</sup> COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*, p. 34.

<sup>34</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1986, p. 21.

<sup>35</sup> Además, a CIA mantuvo estrechos contactos desde 1959 con la división de inteligencia de las Fuerzas

de la cual 1064 oficiales paraguayos asistieron a los cursos de la Escuela de las Américas entre 1947 y 1988.

El esquema conceptual planteado por la GC, a diferencia de otras naciones del Cono Sur, no se materializó en la creación de estructuras militares o policiales clandestinas o paralelas a las del Estado, y la tardanza fue explicada – en parte – por la capacidad del régimen stronista para organizar el funcionamiento de una “democracia sin comunismo” con el apoyo estadounidense, así como por el rápido y temprano proceso de eliminación de los movimientos guerrilleros y la delegación específica de tareas en la DNAT<sup>36</sup> y en los órganos partidarios.

Recién en la década del setenta los discursos y argumentos se iban a desplazar con mayor vigor en torno a la DSN y la GC, formalizándose, a través de la ley 832, la reorganización general y objetivos de las Fuerzas Armadas en Paraguay, las cuales asumirán oficialmente la misión de “garantizar la seguridad interna en coordinación con otras instituciones del poder nacional” y “organizar, equipar, adiestrar fuerzas para hacer frente a cualquier tipo de agresión”.<sup>37</sup>

Sin embargo, la institucionalización de la DSN resultó decisiva a la hora de fortalecer y racionalizar la orientación antidemocrática predominante en el estamento militar paraguayo desde finales de la guerra civil – proceso de desprofesionalización y colorización mediante –, jugando un papel pedagógico sobre los militares que iba a perdurar en el post-stronismo.<sup>38</sup>

Si bien la DSN y el código de la GC se expresarán de maneras diversas en la región, su capacidad sistemática para deformar la realidad se pondrá de manifiesto cuando se analicen las directivas académicas y la orientación ideológica del Colegio Nacional de Guerra del Paraguay (el cual se estableció, con la asesoría de Brasil, el 26 de agosto de 1968). Según su Reglamento,<sup>39</sup> ingresaban por año quince civiles y quince militares nominados por el Estado Mayor paraguayo, quedando la selección final en

---

Armadas -así como también con la sección política del Ministerio del Interior y las fuerzas de seguridad-.

<sup>36</sup> Dirección Nacional de Asuntos Técnicos.

<sup>37</sup> SOLER, Lorena. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>38</sup> RIQUELME, Marcial Antonio. *Op. cit.* p. 58.

<sup>39</sup> El Colegio estaba abierto a Jefes de las Fuerzas Armadas graduados de la Escuela de Comando y Estado Mayor, civiles con título universitario que fueran Directores o Jefes de Reparticiones, técnicos o especialistas en determinadas actividades del sector público, y representantes del sector privado.

manos del propio Presidente de la República (hasta febrero de 1989 se habían graduado alrededor de 300 oficiales).

Durante el curso de formación, que duraba aproximadamente nueve meses, los temas recurrentes de las directivas académicas y de los trabajos realizados en equipo por las distintas promociones giraban en torno a los siguientes puntos: a) la inminencia de una tercera guerra mundial entre oriente y occidente y el alineamiento incondicional de Paraguay con este último; b) el carácter global y total de dicha confrontación; y c) la incapacidad del sistema democrático tradicional para enfrentar el desafío de la subversión comunista.<sup>40</sup>

Esta visión de cruzada entre las “fuerzas del bien” y las “fuerzas del mal” atravesó la política exterior de Stroessner y la educación militar del régimen, como lo evidencia la evaluación política de la coyuntura planteada por la directiva académica número 8/82 del Colegio:

La guerra desarrollada por la Unión Soviética es total. Occidente continúa con la táctica creada bajo viejos moldes que se maneja en base a reacciones y no a acciones concretas para desarrollar el comunismo. El Sistema Democrático tradicional es pernicioso para la Seguridad Colectiva. El comunismo y todas las corrientes de izquierda deben ser tenidos fuera de la ley, como lo establece la legislación paraguaya. Hoy vale más que nunca la premisa Democracia sin comunismo.<sup>41</sup>

Bajo el paraguas conceptual de la DSN, no solo se negaron los orígenes socio-económicos de los conflictos sociales o de las protestas políticas – explicados en términos de “grupos antagónicos” que se proponían destruir la propiedad privada y desestabilizar al stronismo –, sino que también se realizó una lectura ajena a la realidad paraguaya. Lectura ilustrada por una selección de los trabajos realizados en equipo por la promoción XVI del Colegio durante el año 1984, donde los hechos más destacados del país y su entorno eran, entre otros:

- . “Vigencia de los inmutables principios republicanos de la Democracia Representativa, inspirados en los más puros sentimientos de amor a la Patria”
- . “Permanente campaña de difamación a través de los medios de comunicación sobre supuesta violación de los Derechos Humanos”

---

<sup>40</sup> RIQUELME, Marcial Antonio. *Op. cit.* p. 64.

<sup>41</sup> Colegio Nacional de Guerra, Directiva Académica número 8/82 del, “Evaluación política de la coyuntura, campo político”, Asunción, 1982, Tomo I, p. 32.

- . “Atropello constante a las propiedades privadas por colonos, instrumentados y dirigidos por grupos antagónicos (Ejemplo: Comité de Iglesias)”
- . “Constante aumento del poder militar de Bolivia”
- . “Permanente espíritu revanchista boliviano, que sus dirigentes inculcan al pueblo”
- . “Abierta y constante intención del comunismo internacional de desestabilizar al gobierno nacional”.<sup>42</sup>

La pervivencia de la amenaza boliviana como hipótesis de conflicto no deja de llamar la atención pues no existió, en ese periodo, ningún indicador real del supuesto riesgo que podía presentar dicho país, mientras que la masiva penetración brasileña en zonas limítrofes del territorio paraguayo no suscitaba ninguna inquietud en el estamento militar encargado de defender la integridad territorial.

Una serie de entrevistas realizadas a miembros de las Fuerzas Armadas por Riquelme entre 1989 y 1992 develó que, en los años noventa, muchos oficiales en servicio activo continuaban usando el arsenal conceptual de la DSN y la GC, en tanto los mismos habrían calado profundo en la visión del mundo de cúpula militar, incluso en aquella oficialidad crítica del stronismo.<sup>43</sup> Una de las razones puede hallarse en que tanto el derrocamiento de Stroessner (mediante el golpe de 1989 conducido por el general Rodríguez) como la “transición democrática” quedaron tuteladas por las mismas Fuerzas Armadas y el Partido Colorado. Otra de las razones del profundo impacto doctrinario, fue relacionada con la formación brindada por países como Taiwán, Brasil y Estados Unidos durante el stronismo.

Hacia mediados de la década del ochenta, gracias a los vínculos entre el sector más militante del Partido Colorado y la embajada taiwanesa – cuyo embajador era el general Wang Cheng” –, se dictó entrenamiento a cerca de cincuenta oficiales, ministros, funcionarios civiles y líderes colorados, en cursos de lucha anticomunista o “guerra política”, en el Colegio Hsing Kang de Tapei.<sup>44</sup> Así se reemplazaba la formación brindada por Estados Unidos que en ese momento quitaba su apoyo al general (desde los setenta, el llamado “affaire” Ricourd<sup>45</sup> y la política exterior de Carter,

<sup>42</sup> Colegio Nacional de Guerra, Trabajo en equipo de la promoción XVI, Asunción, 1984.

<sup>43</sup> RIQUELME, Marcial Antonio. *Op. cit.* p. 67.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>45</sup> Sobre este tema recomendamos la lectura del libro *Paraguay: Represión. Estafa. Anticomunismo*, escrito por Domingo Laino, Intercontinental Editora, Asunción, 1989.

sumado a la poca predisposición de Stroessner para responder a las demandas de Reagan en materia de narcotráfico, habían generado un distanciamiento en las relaciones paraguayo-norteamericanas).

También, cerca de trescientos oficiales paraguayos habrían tomado cursos de perfeccionamiento en Brasil,<sup>46</sup> donde la GC era enseñada en la Escuela de Guerra y en la de Manaus. Sumado a la labor de asesoramiento permanente en Paraguay de más de veinte oficiales de la ya mencionada Misión Militar brasileña, y asesoría ideológica específica para el establecimiento del Colegio Nacional de Guerra del Paraguay.<sup>47</sup> Es sabido Brasil y Argentina habían sido pioneros en la adopción de la doctrina francesa de GC. Brasil tenía su propio centro de formación y contaba con asesores estadounidenses y franceses: allí encontraremos a Aussaresses en 1973. Mientras que, en Buenos Aires, desde 1959 existía una delegación de especialistas en GC contratados por las Fuerzas Armadas para la formación de sus cuadros en la Escuela de Guerra. En octubre de 1961 se organizaba el “primer curso interamericano de guerra contrarrevolucionaria” y Paraguay participaba del mismo, estableciendo contacto con uno de los teóricos franceses, Georges Grasset – apodado “el soldado monje”<sup>48</sup> –, quien luego visitará en reiteradas ocasiones Asunción.

Por lo tanto, la GC llegaba a Paraguay desde el norte y desde el sur, en una especie de avance silencioso y envolvente que devino en una nueva oleada represiva sobre su población. Las influencias y elementos doctrinarios aprendidos sistemáticamente por la oficialidad paraguaya fortalecieron la internalización del concepto de subversión, permitiendo incluir en esa categoría cualquier tipo de actividad, calando profundo en los militares quienes, como explicamos al comienzo, se encontraban particularmente proclives a asimilar este tipo de enseñanzas. Los efectos más visibles del adoctrinamiento se expresaron, por una parte, en la consolidación de “mentalidades” antidemocráticas dentro de las Fuerzas Armas de Paraguay, y por la otra, en la naturalización del uso de las “técnicas” de la GC.

La investigación de la Comisión Verdad, Justicia<sup>49</sup> estimó que durante el régimen stronista 19.862 personas fueron detenidas en forma arbitraria o ilegal y 18.772

<sup>46</sup> País que aportó tanques Urutu y Cascabel al I Cuerpo del Ejército de Paraguay, y aviones Xavante y Tucano a la Fuerza Aérea.

<sup>47</sup> RIQUELME, Marcial Antonio. *Op. cit.* p. 59.

<sup>48</sup> Para conocer su historia y pensamiento recomendamos lectura de la tesis doctoral de Gabriel Peyres.

<sup>49</sup> Entrevista realizada por la autora en 2010. Se puede ver el informe en [www.verdadyjusticia-dp.gov.py](http://www.verdadyjusticia-dp.gov.py)

fueron torturadas; 59 ejecutadas extrajudicialmente; 336 desaparecidas y 3.470 exiliadas. Los cálculos de víctimas, comparados con población adulta del país arrojaron que se detuvo en forma arbitraria o ilegal al 0,79% de la población total. En el tomo I del informe se contabilizó 360.000 personas pasaron por las cárceles del régimen, mientras que un millón y medio debió exilarse.<sup>50</sup>

Con el descubrimiento, realizado en Lambaré en 1992, de los archivos del stronismo, se conoció que la mayoría de las decisiones eran coordinadas por el Segundo Cuerpo de Inteligencia del Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas – ESMAGENFA. En los setenta se destacaron las actividades de Alejandro Fretes Dávalos, jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas y responsable de la Inteligencia Militar, y del general Guillermo Glebsch, subjefe del Estado Mayor.

A su vez, la llegada de la Operación Cóndor a Paraguay se tradujo en la apertura del campo de concentración de Emboscada,<sup>51</sup> por donde pasaron aproximadamente dos mil prisioneros, y se masificó la técnica de la desaparición forzada y la ejecución extrajudicial. Para sembrar el terror y la desmovilización en comunidades campesinas, por primera vez apeló a la violación de niñas y a la tortura psicológica. Durante las investigaciones realizadas para la tesis doctoral tropezaríamos nuevamente con relatos de estas características.<sup>52</sup> A la luz de la historia posterior, esta fue una de las lecciones mejor “aprendidas” por un sector de las Fuerzas Armadas, pero, no pude dejar de asombrarme cuando algunos de los entrevistados que pertenecían a las mismas,<sup>53</sup> me aseguraron que las lecciones de Vietnam se aplicaban perfectamente a Paraguay, puesto que el movimiento campesino local era el único que podría poner en práctica las lecciones de Mao y de Ho Chi Minh.

---

<sup>50</sup> Para un estudio acabado sobre este tema recomendamos el libro *Inmigración, Etnicidad y Política. Representaciones y cultura política de exilados paraguayos en Argentina* escrito por Gerardo Halpern, Buenos Aires: Prometeo, 2009.

<sup>51</sup> Un viejo fortín levantado a pasos del desembarcadero de Arecutacúa, sobre el río Paraguay.

<sup>52</sup> En las entrevistas realizadas en 2006 en Concepción.

<sup>53</sup> Entrevistas realizadas entre 2008 y 2010.



## **Conclusión**

Si bien el involucramiento político de las Fuerzas Armadas había comenzado en los tiempos del franquismo, desarrollándose durante la dictadura del general Morinigo, Stroessner pasará a la historia como el principal responsable de formalizar la partidización del estamento militar exterminando los resabios del ejército profesional creado en la década del veinte.

El régimen consagró la colorización del estamento militar apelando a la combinación de premios y castigos, instaurando prácticas corruptas, trastocando la subordinación del poder militar al civil y modificando los roles tradiciones de Defensa territorial mientras promovía las tareas policiales al interior de la frontera nacional.

El proceso de adoctrinamiento recibido durante el stronismo promovió el uso de la tortura y de técnicas violatorias del derecho internacional y de la dignidad humana, contribuyendo a una percepción deformada de la amenaza, al trastocamiento de las hipótesis de conflicto, y a un cambio de la cosmovisión militar – sobre su rol corporativo y sobre el mundo en general – que instaló parámetros y operaciones de sentido ajenos a la realidad paraguaya. Mientras que los saberes en GC transmitidos en el marco de la DSN, calaron hondo y fortalecieron una orientación antidemocrática dentro de las Fuerzas Armadas, ayudando a racionalizar la fundamentación del esquema de seguridad del régimen.

La instauración de una tradición de colaboración con Estados Unidos y con Brasil habilitó la injerencia extranjera en los asuntos estratégicos del país, reestructuró los lazos materiales y las alianzas entre las clases dominantes locales y las internacionales, en tanto los militares devenidos empresarios y latifundistas consideraron la defensa del patrón de acumulación como una cuestión personal estrechamente relacionada con sus propios intereses. También impidió el desarrollo de una escuela de pensamiento militar nacional en el Paraguay.

## Referencias bibliográficas

### Documentos:

Colegio Nacional de Guerra, Directiva Académica número 8/82 del, “Evaluación política de la coyuntura, campo político”, Asunción, 1982, Tomo I, p.32.

Colegio Nacional de Guerra, Trabajo en equipo de la promoción XVI, Asunción, 1984.

Comisión Verdad y Justicia. Informe final, agosto de 2008.

*Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación*, números 65, 66 y 67, mayo, junio, julio, Asunción, 1946.

### Libros y artículos:

BOUVIER, Virginia. *Decline of the Dictator: Paraguay at a Crossroads*. Washington: Wola, 1988.

CARDOSO GATTI, Gustavo. *El papel político de los militares en Paraguay*. Asunción: Biblioteca de Estudios Paraguayos, 1990.

COMBLIN, Joseph. *Le pouvoir militaire en Amérique Latine. L'idéologie de la sécurité nationale*. Paris: Jean Pierre-Delarge/Editions Universitaires, 1977.

LEWIS, Paul. *Paraguay bajo Stroessner*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

LEZCANO, Carlos María y MARTINI, Carlos. *Fuerzas Armadas y democracia. A la búsqueda del equilibrio perdido. Paraguay 1989-1993*. Asunción: CDE, 1994.

LEZCANO, Carlos María. “El régimen militar de Alfredo Stroessner: Fuerzas Armadas y Política en el Paraguay (1954-1989)”, *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, CEPAG, 1989, Año 26, n° 74, pp. 117-146.

LINZ, Juan. *El quiebre de las democracias*. Madrid: Alianza, 1991.

LITTUMA, Alfonso. *La Nación y su Seguridad*. Assunción: Comando en Jefe de las Fuerzas Armadas, 1975.

MORA, Frank y COONEY, Jerry. *El Paraguay y Estados Unidos*. Asunción: Intercontinental, 2009.

OSZLAK, Oscar. “Formación histórica del Estado en América Latina: elementos teóricos-metodológicos para su estudio”, *Estudios CEDES*, Buenos Aires, 1978, n°1, pp.15-26.

PEYRES, Gabriel. *De l'action militaire a l'action politique. Impulsion, codification et application de la doctrine de la “guerre révolutionnaire” au sein de l'armée française (1944-1966)*. Tesis de doctorado, Universidad Paris 1, 1999.

PIANETTO, María Elena Besso. “Una doble estrategia en versiones diversas, la doctrina de la seguridad nacional en Brasil, Chile y Perú”, Buenos Aires, e-l@tina, *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, 2006, Volumen 4, n° 16, pp. 39-60.

- RIQUELME, Marcial Antonio. *Stronismo, golpe Militar y apertura tutelada*. Asunción: RP Ediciones, 1992.
- ROBIN, Marie Monique. *Escuadrones de la muerte. La escuela Francesa*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.
- ROUQUIÉ, Alain y STHEPEN. “Los militares en la política latinoamericana desde 1930”. In: BETHELL, Leslie (ed). *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1997, Tomo 12, pp.281-341.
- ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.
- SOLER, Lorena. *Régimen político y legitimidad. La construcción del orden stronista (1954-1989)*. Tesis de maestría, Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales de la UBA, 2008.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1986.